



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS
CAMPUS ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS

PEDRO ALEXANDRE POUZADA MANDELLI

A SERVIDÃO ÍNTIMA:
ENTRE-LAÇOS COM A TIRANIA QUE NOS HABITA

Erechim
2026

PEDRO ALEXANDRE POUZADA MANDELLI

**A SERVIDÃO ÍNTIMA:
ENTRE-LAÇOS COM A TIRANIA QUE NOS HABITA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientador: Prof Dr. Fernando Vojniak
Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Patricia Ketzer
Linha de Pesquisa 3: Sujeito e Linguagem

Erechim
2026

**A SERVIDÃO ÍNTIMA:
ENTRE-LAÇOS COM A TIRANIA QUE NOS HABITA**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim, para obtenção do título de Mestre Interdisciplinar em Ciências Humanas, defendida em banca examinadora em 9 de julho de 2026.

Orientador: Professor Dr. Fernando Vojniak (UFFS)

Coorientadora: Patrícia Ketzer (PUC/RS)

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Fernando Vojniak – UFFS
Presidente da banca/orientador

Prof. Dr^a. Patricia Ketzer
Coorientadora- PUCRS

Profa. Dr^a. Marcela Alvares Maciel
Membro titular interno – UFFS

Profa. Dr^a. Mônica Medeiros Kother
Membro Titular Externo – UFRGS

Profa. Dr^a. Adriana Richit
Membro Titular Interno - UFFS

Erechim/RS, julho de 2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E
Centro, Chapecó, SC - Brasil
Caixa Postal 181
CEP 89802-112

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Mandelli, Pedro Alexandre Pouzada

A Servidão íntima: Entre-laços com a tirania que nos
habita / Pedro Alexandre Pouzada Mandelli. -- 2026.
100 f.

Orientador: Dr Fernando Vojniak

Co-orientadora: Dra Patricia Ketzer

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas, Erechim, RS, 2026.

1. servidão voluntária; psicanálise; filosofia
política; desamparo; inconsciente; grupos e massas.. I.
, Fernando Vojniak, orient. II. Ketzer, Patricia,
co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul.
IV. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

AGRADECIMENTOS

Em especial ao Professor Thiago Ingrassia Pereira, cuja acolhida e cujo entusiasmo transbordante para com os alunos, ainda quando eu cursava disciplinas como aluno especial, me fizeram acreditar que a UFFS era o espaço no qual eu gostaria de realizar meu percurso acadêmico.

Ao meu Orientador Professor Fernando Vojniak e minha coorientadora Professora Patrícia Ketzer pela confiança em deixar este trabalho encontrar sua própria forma.

Às professoras Adriana Richit, Marcela Alvares Maciel, Mônica Medeiros Kother Macedo, que aceitaram compor a banca e oferecer ao texto o olhar generoso e exigente de quem lê para fazer o outro crescer.

Aos meus colegas de mestrado e agora grandes amigos, Gilmar Muniz e Fernando Haetinger, que, ao contrário das massas artificiais de que falava Freud, não se uniram por temor a um líder nem por ilusão de pertencimento, mas por aquilo que nenhuma instituição prescreve: o gosto livre da conversa, do riso e do pensamento partilhado.

À colega e amiga Psicanalista, Maria Laura Ghirardi, pela troca dos textos e daquilo que não cabia neles.

Aos meus sobrinhos Antônio, Benjamim, Francisco e Heitor, que, só por existirem, me fazem querer ser alguém de quem, quem sabe um dia, valha a pena se espelhar.

Aos pássaros do campus de Erechim, que não sabem que ajudaram. Mas ajudaram. O poeta Manoel de Barros já dizia que há mais sabedoria num pássaro pousado do que em muitos tratados; que “quem acumula muita informação perde o condão de adivinhar: divinare/ Os sabiás divinam”

Foi nesse não saber achando que poderia vir a saber, das coisas aparentemente miúdas que ninguém anota, que aqui escrevi.

Assim, ao se inserir no diálogo interdisciplinar, a psicanálise passa a responder às mesmas questões de outras disciplinas que participam de uma interlocução desta ordem, ou seja, os limites de sua incursão na exterioridade do campo clássico de suas referências, a legitimidade de seus movimentos para a periferia de seu campo e o rendimento conceitual dessas incursões. Isso acarreta perguntas inevitáveis para os diferentes saberes que aceitam o desafio interdisciplinar: seriam teoricamente rigorosas estas pesquisas, isto é, poder-se-ia falar sobre temas em princípio estranhos aos campos empíricos de referência de uma dada disciplina? Se essa indagação inicial é respondida de maneira afirmativa, a questão que se impõe em seguida é sobre a possível extensão da interdisciplinaridade e sobre seus limites, de forma a se manter seu rigor conceitual das problemáticas construídas. [...] Portanto, qualquer disciplina apresenta um limite epistemológico inevitável que define o campo dos possíveis para suas incursões, não podendo, pois, falar abusivamente do que queira e da maneira que queira. porém quando o movimento de saída se realiza, com a sua contrapartida lógica de retorno e de reflexão sobre os seus fundamentos, a disciplina em pauta torna-se não apenas mais consistente, como também incrementa a potencialidade de seus conceitos em função das novas ligações estabelecidas pela problemática que pôde construir.

(Birman, 1994; p. 8).

RESUMO

Esta pesquisa buscou investigar, por meio de uma abordagem interdisciplinar entre psicanálise e filosofia política, o fenômeno da servidão voluntária e as condições psíquicas que sustentam a adesão de indivíduos e coletividades a líderes autoritários e tirânicos. O problema que orientou este empreendimento investigativo formulou-se por meio de uma interrogação: de que modo a psicanálise, em diálogo com a filosofia, pode oferecer uma compreensão ampliada das condições psíquicas que sustentam a adesão das massas a líderes tirânicos? O objetivo geral de pesquisa consistiu em investigar, por meio da teoria psicanalítica conjugada interdisciplinarmente com a filosofia, o fenômeno social da submissão voluntária a lideranças autoritárias, tendo como objetivos específicos: (1) examinar a noção de servidão voluntária em Étienne de La Boétie; (2) caracterizar a psicanálise como instrumento de pesquisa social; (3) apresentar conceitos da metapsicologia freudiana (como narcisismo, eu ideal, ideal do eu, masoquismo e desamparo) que contribuíssem para o entendimento do laço com o líder. Quanto à abordagem metodológica, optou-se pela pesquisa qualitativa, bibliográfica, interdisciplinar e desconstrutiva, tomando o *Discurso da Servidão Voluntária* de La Boétie como objeto empírico-discursivo privilegiado, lido à luz dos aportes de Platão, Spinoza e Adorno no campo filosófico, e de Sigmund Freud, Joel Birman, entre outros, no campo psicanalítico. Como hipótese central, sustentou-se que a servidão voluntária não pode ser compreendida apenas como fenômeno político ou ideológico, mas exige ser pensada como uma experiência inscrita na economia psíquica dos sujeitos: o sujeito não apenas obedece, mas participa ativamente da produção de sua própria submissão, investindo libidinalmente no líder, identificando-se com ele e encontrando, no laço masoquista, muitas vezes uma defesa inconsciente contra o desamparo. A pesquisa demonstrou que a massa se organiza a partir de laços afetivos estruturados em torno do ideal do eu, mecanismo pelo qual cada membro renuncia à sua própria instância crítica e a deposita na figura do líder. O narcisismo das pequenas diferenças, a identificação com o agressor e o mal-estar civilizatório figuraram como operadores teóricos que permitiram compreender tanto a coesão interna dos grupos quanto a hostilidade sistemática dirigida ao outro. Entre os achados de pesquisa, destaca-se que a liberdade não é uma conquista definitiva nem um estado natural dado, mas uma tarefa permanente de elaboração subjetiva, bem como a crítica da tirania, para ser eficaz, não pode prescindir da escuta dos processos inconscientes que tornam a dominação não apenas tolerável, mas desejável.

Palavras-chave: servidão voluntária; psicanálise; filosofia política; tirania; desamparo; inconsciente; grupos e massas.

ABSTRACT

This research sought to investigate, through an interdisciplinary approach between psychoanalysis and political philosophy, the phenomenon of voluntary servitude and the psychic conditions that sustain the adhesion of individuals and collectives to authoritarian and tyrannical leaders. The problem guiding the investigative thinking was: in what way can psychoanalysis, in dialogue with philosophy, offer an expanded understanding of the psychic conditions that sustain the mass adhesion to tyrannical leaders? The general objective consisted of investigating, through psychoanalytic theory interdisciplinarily combined with philosophy, the social phenomenon of voluntary submission to authoritarian leaderships, with the following specific objectives: to examine the notion of voluntary servitude in Étienne de La Boétie; to characterize psychoanalysis as an instrument of social research; and to present Freudian metapsychological concepts (such as narcissism, ego ideal, ideal ego, masochism, and helplessness) that contribute to the understanding of the bond with the leader. The work employed a qualitative, bibliographical, interdisciplinary, and deconstructive methodology, taking La Boétie's *Discourse on Voluntary Servitude* as a privileged empirical-discursive object, read in light of contributions from Plato, Spinoza, and Adorno in the philosophical field, and from Sigmund Freud, Joel Birman, and others in the psychoanalytic field. The central hypothesis sustained is that voluntary servitude cannot be understood merely as a political or ideological phenomenon, but must be thought of as an experience inscribed in the psychic economy of subjects: the subject not only obeys, but actively participates in producing their own submission, libidinally investing in the leader, identifying with them, and often finding, in the masochistic bond, an unconscious defense against helplessness. The research demonstrated that the mass organizes itself from affective bonds structured around the ego ideal, a mechanism by which each member renounces their own critical instance and deposits it in the figure of the leader. The narcissism of minor differences, identification with the aggressor, and civilizational malaise appeared as theoretical operators that allowed understanding both the internal cohesion of groups and the systematic hostility directed at the other. Among the findings is that freedom is neither a definitive conquest nor a naturally given state, but a permanent task of subjective elaboration, and that the critique of tyranny, to be effective, cannot do without listening to the unconscious processes that render domination not only tolerable, but desirable.

Keywords: voluntary servitude; psychoanalysis; political philosophy; tyranny; helplessness; unconscious; groups and masses.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: SOBRE UMA QUESTÃO QUE PERSISTE	10
2. A ESCUTA DO TEXTO E O MÉTODO COMO DERIVA: NOTAS PARA UMA LEITURA DESCONSTRUTIVA	21
3. O ENIGMA DA SERVIDÃO VOLUNTÁRIA: SOMBRAS, LIBERDADE E DESEJO DE SUBMISSÃO	33
3.1. PLATÃO E A CAVERNA: ENTRE A VERDADE E A RESISTÊNCIA	34
3.2. SPINOZA E A ECONOMIA DAS PAIXÕES: MEDO, ESPERANÇA E SERVIDÃO AFETIVA	38
3.3. ADORNO E A SUBJETIVAÇÃO DO AUTORITARISMO: O DESEJO DE SERVIDÃO	42
4. PSICANÁLISE E A ERRÂNCIA DO SUJEITO: DESEJO, PODER E SUBMISSÃO	47
4.1. O EU NÃO É SENHOR EM SUA PRÓPRIA CASA: O INCONSCIENTE	49
4.2. O EU IDEAL REENCONTRADO NO OUTRO: NARCISISMO E LAÇO COM O LÍDER	51
4.3. DINÂMICAS PSÍQUICAS NO FASCÍNIO E IDENTIFICAÇÃO AO LÍDER	57
4.4. O CARÁTER SADOMASOQUISTA, O DESAMPARO E A SERVIDÃO	62
5. ENTRE-LAÇOS ENTRE PSICANÁLISE E FILOSOFIA: A TIRANIA E SERVIDÃO COMO DIMENSÃO PSÍQUICA E POLÍTICA	67
6. SOBRAS DE UM DIZER: ONDE A ANÁLISE NÃO TERMINA (CONSIDERAÇÕES FINAIS)	83
7. REFERÊNCIAS	87
8. ANEXOS E APÊNDICES	92

1. INTRODUÇÃO: SOBRE UMA QUESTÃO QUE PERSISTE

A história das civilizações é marcada pela sucessão dos modos de governar, de mobilizar uma ampla gama de elementos sociais articulados tanto à coletividade quanto à individualidade de cada governado. Nesse viés, a relação entre governantes e governados configura-se como um campo fértil para se compreender não apenas a organização política das sociedades, mas também as dinâmicas psíquicas e sociais que sustentam o poder. Em especial quanto ao poder autoritário, inúmeros são os exemplos de populações subjugadas por líderes fascistas e nazistas, bem como sob ditaduras civis e militares, seja na América Latina, seja em outras partes do mundo. Do ponto de vista da gestão interna do poder, os regimes autoritários (ditatoriais, despóticos) diferem uns dos outros na medida em que privilegiam ou preterem determinados modos de relação entre os sujeitos e as instituições, e que adotam distintas estratégias para conquistar a adesão da coletividade e dos indivíduos.

No que se refere à adesão dos governados aos regimes autoritários, cabe ressaltar que muitas lideranças autocráticas, além de serem apoiadas por significativa parcela da sociedade, são por ela alçadas ao poder mediante processos eleitorais democráticos. No centro dessa encruzilhada entre autocracia e democracia, impõe-se um questionamento: como podem povos de diferentes nações, em distintos momentos históricos, submeterem-se de forma voluntária e resignada a um líder cujas ações e discursos apontam para o caminho da violência, da segregação, do extermínio o qual, não raras vezes, se volta contra aquela mesma parte da população que, de apoiadora, é transformada em vítima?

De fato, a ascensão e sustentação de líderes autoritários, mesmo em contextos democráticos, leva a interrogantes que transcendem a esfera econômica como provedora de uma resposta última. Diante de tal fenômeno, é importante destacar que o submetimento voluntário de expressivo número de sujeitos se dá por meio de uma narrativa de destruição e aniquilamento do outro, composta não apenas por palavras, mas por diversos signos, mobilizando significantes, gestos, sinalizações, uniformes, propagandas capazes de persuadir ainda mais as massas a aderirem aos interesses daquelas lideranças. Nesse horizonte, torna-se necessário analisar as estratégias políticas e simbólicas que promovem a adesão voluntária por parte da população, bem como identificar os mecanismos psíquicos envolvidos no consentimento à autoridade,

especialmente quando esta adota práticas de exclusão, violência e supressão das diferenças.

Considerando que a recorrência de líderes capazes de mobilizar coletividades desafiando a razão e a autonomia dos sujeitos é uma constante histórica, não só psicólogos, mas também filósofos e sociólogos têm-se debruçado, ao longo de séculos, sobre os motivos que levam parcelas da população a se submeterem voluntariamente a regimes os quais afrontam direitos e liberdades individuais. Nesse contexto, é relevante partir do problema da voluntariedade marcado no *Discurso da servidão voluntária* de Étienne de La Boétie. O ensaio político, escrito por volta do ano de 1548, se constitui como a principal obra do filósofo, revelando-se como um dos textos fundadores da reflexão sobre o poder, a dominação e a obediência política.

Étienne de La Boétie (1530–1563) foi um humanista e filósofo francês que, apesar da vida breve, teve uma carreira significativa como magistrado e pensador político. Sua obra principal discorre sobre a interrogação central de sua teoria política: “[...] como é possível que as pessoas consentam com sua própria escravidão?” (Rothbard, 2022, p. 20). A partir dessa questão norteadora, La Boétie aborda temas como servidão voluntária, hábito de obediência, origem do poder político, entre outros, como ilustra a seguinte passagem, na qual ele denuncia o paradoxo da multiplicidade de dominados (que teriam mais força por serem em maior número) por um único dominador, um dominador que é sozinho:

Coisa extraordinária, por certo; e, porém, tão comum que se deve mais lastimar-se do que espantar-se ao ver um milhão de homens servir miseravelmente, com o pescoço sob o jugo, não obrigados por uma força maior, mas de algum modo (ao que parece) encantados e enfeitiçados apenas pelo nome de um, de quem não devem temer o poderio pois ele é só [...] (La Boétie, 2022, p. 21)

La Boétie remete a uma obediência voluntária das massas, questionando como é possível que sujeitos se submetam a regimes os quais, em vez de garantir vida e liberdade, instauram sofrimento, repressão e violência. A abrangência de sua interrogação provoca reflexões a tal ponto que uma só área do conhecimento não seria capaz de abarcar a complexidade da discussão e compreensão desse enigma de sujeição e submetimento, tornando necessário ampliar o diálogo com diferentes saberes e áreas de pesquisa. Nessa perspectiva, uma vez que aborda a constituição da subjetividade a partir de sua relação com a alteridade, sobretudo com a figura de autoridade, a Psicanálise pode abrir uma larga estrada para a construção de compreensões. Pela ótica psicanalítica, é possível pensar o consentimento em ser dominado voluntariamente não

só como ato provocado por mecanismos conscientes, racionais, mas desencadeado por escolhas e padrões inconscientes, no interior dos quais operam lógicas, representações e afetos ambíguos, tais como desejos de submissão, medo da liberdade, investimentos no poder.

Dialogando, portanto, com a Psicanálise para ampliar a reflexão acerca da servidão voluntária, cabe evocar Sigmund Freud (1917/1980), no texto *Uma dificuldade no caminho da psicanálise*, segundo o qual o narcisismo da humanidade sofreu três grandes abalos pelas pesquisas científicas. O primeiro com Nicolau Copérnico, constatando que a Terra não é o centro do universo, mas gira em torno do sol, junto a outros planetas. O segundo com Charles Darwin, demonstrando que os seres humanos têm ascendência animal e, logo, não são superiores às outras espécies. E o terceiro com o próprio Freud, desferindo um golpe psicológico na humanidade ao afirmar que o sujeito não é soberano sequer de si mesmo, mas regido, em grande parte, por processos inconscientes; em outras palavras, “[...] o ego não é o senhor da sua própria casa” (Freud, 1917/1980, p. 178).

O terceiro destronamento narcísico da humanidade, provocado por Freud, permite cogitar a hipótese de que a submissão a líderes autoritários pode ser interpretada como efeito de mecanismos inconscientes, sendo a servidão voluntária não só uma questão de escolha consciente, mas também um engendramento complexo do psiquismo, do qual o inconsciente participa ativamente. Nessa esteira, o indivíduo poderia deixar-se capturar por discursos de autoridade que oferecem sentidos distorcidos e que convocam um ideal coletivo produzido a partir de identificações que reconstroem imaginariamente a posição do sujeito no mundo, mesmo implicando renunciar à sua liberdade ou aderir a práticas de exclusão e violência contra o outro.

Articulando a reflexão freudiana à interrogação boeciana acerca de *como é possível que tantos consintam com sua própria escravidão*, percebe-se que a pergunta, originalmente gestada na ciência política, desdobra-se em direção aos estudos sobre a subjetividade, abrindo espaço para se pensar que a adesão à tirania não se deve apenas à manipulação ideológica ou à coerção, mas a uma dimensão de desejo inconsciente. A tirania deixa de ser reconhecida apenas em sua face externa, apontando também para uma residência interna ao próprio sujeito, como um elemento intrínseco à estrutura de sua economia psíquica.

No núcleo da teoria psicanalítica, encontra-se o sujeito dividido, atravessado por forças inconscientes que escapam à racionalidade e à vontade consciente. Na medida em

que atua ativamente na resolução dos impasses psíquicos, o inconsciente pode levar o sujeito a se engajar em práticas e discursos que o prejudicam, sem o perceber plenamente. Nesse sentido, a obediência analisada por La Boétie encontra na Psicanálise um terreno fértil para aprofundamento, desde que seja assumida como pilar da servidão voluntária, ao lado da ideologia e da coerção externa, também uma economia libidinal inconsciente.

Retornando à alegoria boeciana sobre os homens que se submetem ao jugo de um tirano “[...] não obrigados por uma força maior, mas de algum modo encantados e enfeitiçados apenas pelo nome de um” (La Boétie, 2022, p. 21), o elemento coesivo “de algum modo” pode ainda ser ilustrado, visto e vivido amplamente na história do Brasil. Como exemplo recente, cabe citar o político Jair Messias Bolsonaro, cuja escalada por elevados graus de poder foi atravessada por um discurso que colocava em risco até mesmo alguns grupos de seus apoiadores. Durante seu período como parlamentar, foi representado em dezenas de pedidos de cassação de mandato por manifestar uma narrativa e um comportamento violento ante seus pares¹. Diante das inúmeras manifestações públicas de desprezo e desrespeito ao outro patrocinadas por Bolsonaro, era notório que o seu comportamento lhe deveria ter custado o mandato. Contudo, não foi o que ocorreu. Pelo contrário, também *de algum modo* o seu comportamento desrespeitoso, absolutamente repreensível para os protocolos de um representante eleito, serviu-lhe de holofote e de escudo.

Da misoginia à xenofobia e à aporofobia, ao longo dos anos, Jair Bolsonaro angariou adeptos que legitimaram seu comportamento, negando que fossem imputáveis reprimendas sociais e legais a seus atos. A despeito dos avisos de diferentes agremiações políticas, de instituições, de personalidades religiosas e culturais, de diversos ativistas do país e do exterior, Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil no ano de 2018, com mais de 57 milhões de votos (55,13% dos votos válidos²). Sustentando seu discurso desde uma posição ultraconservadora de caça ao comunismo e aos movimentos de minorias, de negação da alteridade, o então presidente conquistou mais adeptos durante o seu governo, sendo reconhecido como líder e até mesmo apelidado de

¹ Na Câmara desde 1991, Bolsonaro foi alvo de mais de 30 pedidos de cassação. Fonte: Gazeta do Povo. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/na-camara-desde-1991-bolsonaro-foi-alvo-de-mais-de-30-pedidos-de-cassacao-6ah7egkvrk4ntqv2ccpmlswjv/>. Acesso em: 3 dez, 2024.

² Site do Tribunal Superior Eleitoral.

Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Outubro/eleicoes-2018-justica-eleitoral-conclui-totalizacao-dos-votos-do-segundo-turno>. Acesso em: 03/12/2024

mito³ por proclamar, em alto e bom som, a ideologia da extrema direita mundial com traços brasileiros. Por outro lado, visto que o fenômeno não se restringe ao Brasil, mais exemplos podem ser facilmente encontrados ao redor do mundo – desde Donald Trump, nos Estados Unidos, até Viktor Orbán, na Hungria. Em comum com Bolsonaro, tem-se lideranças autoritárias que atraem e mobilizam parcelas significativas da população por meio de um discurso supostamente antissistêmico, de violência e culpabilização do outro – imigrantes, homossexuais, quaisquer bodes expiatórios.

Alinhando o referido contexto sócio-histórico a recortes teórico-metodológicos dos arcabouços boeciano e freudiano, a presente pesquisa delimita o seguinte problema de investigação: de que modo a Psicanálise, em diálogo com a Filosofia, pode oferecer uma compreensão ampliada do fenômeno filosófico-político sobre as condições psíquicas que sustentam a adesão das massas a líderes tirânicos?

Desdobrando o objetivo geral de investigar, por meio da teoria psicanalítica conjugada com a Filosofia, o fenômeno social da submissão de pessoas a líderes autoritários, este trabalho propõe os seguintes objetivos específicos: (1) examinar a noção de servidão voluntária em Étienne de La Boétie; (2) caracterizar a Psicanálise como um instrumento de pesquisa social, e (3) apresentar conceitos da metapsicologia freudiana que contribuam para o entendimento do laço com líderes tiranos, tais como narcisismo, eu ideal, ideal do eu, masoquismo e desamparo.

Quanto às justificativas desta dissertação, desde a perspectiva pessoal do pesquisador, tem-se um psicanalista que se propõe a pensar a Psicanálise como ferramenta de investigação social. Essa extensão da teoria psicanalítica para além da esfera clínica já foi assinalada por Freud em *A questão da análise leiga* (1926/1980), obra na qual ele afirma que a Psicanálise, enquanto instrumento de pesquisa, seria indispensável a todas as ciências que se interessam pela evolução da civilização humana e de suas principais instituições, uma vez que “[...] o emprego da análise para o tratamento das neuroses é somente uma de suas aplicações” (Freud, 1926/1980, p. 238). Depreendendo, portanto, que o saber psicanalítico deve estar presente no âmbito acadêmico, não se deve restringi-lo à prática das salas de análise (consultórios) e aos seus centros de transmissão. Pelo contrário, esse saber precisa circular em meio aos que

³Bolsonaro quando questionado sobre seu apelido de mito: “Dado minha canela ser branca, parecida com um ‘parmito’, esse era um dos apelidos. Talvez eles [apoiadores] tenham esquecido o par, que também sou palmeirense, e me chamam de mito. É uma maneira carinhosa”. Fonte: Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/20/por-que-bolsonaro-e-chamado-de-mito.ghml>. Acessado em: 03/12/2024.

exercem atividades educacionais, aos que estão no exercício do poder, aos que projetam políticas públicas — enfim, entre governantes e governados.

Pela perspectiva social das justificativas deste trabalho, ao se investigar o tema do submetimento/servidão e ódio no Brasil, coloca-se em curso uma inquietação acerca da ascensão da extrema direita no país, que foi bem-sucedida ao utilizar as representações do arquétipo mítico-patriota do ex-presidente Jair Bolsonaro para expandir sua ideologia e conquistar (assujeitar) adeptos. O discurso de ódio cooptou o eleitorado necessário para elegê-lo em 2018 e quase reelegê-lo em 2022. Tal cenário acionou um *sinal de alerta* em diversas esferas que estudam o estado da democracia no Brasil⁴ (Gallego, 2018; Machado e Scalco, 2018; Nicolau, 2020) e, de modo mais amplo, em todos os cidadãos que se preocupam com o processo civilizatório e as causas humanistas.

Ainda pela perspectiva social, as falas/discursos do líder Bolsonaro apontam para o que o psicanalista paulista Mauro Mendes Dias refere como *vociferações*, como gritos marcados pelo ódio orquestrando os afetos, “[...] cujo fundamento é a recusa da possibilidade de diálogo, impedindo escutar aquele a quem se dirigem as palavras” (Dias, 2020, p.21), impossibilitando assim a redução da potência do ódio por não existir a possibilidade de uma palavra que o diferencie. Para o autor, o grito com ódio é posto em *voz de fera*, a fera humana que “[...] pelas vociferações, não fala, ela, no entanto, não deixa de ter uma voz” (Dias, 2020, p.21). Ele afirma também que, por mais que existam palavras nas vociferações, elas não permitem acesso a um sentido; a voz sustenta a palavra que acaba num consentimento produzido pela transformação da vontade em lei. Torna-se a palavra não só a lei, mas também um comando.

Neste ponto, é oportuno marcar que o afeto do ódio ou ódios não é exclusividade de quem sente ou de um único sujeito, pois é inerente à condição humana a presença interna desse sentimento. Prosseguindo com Mauro Mendes Dias, o ódio é “[...] uma experiência que o sujeito vai viver, devido ao fato de que o desejo da mãe não é capaz de atender a todas as suas demandas” (2012, p.31). Referindo Freud, Dias relembra

⁴ Oportuno lembrar que a crise da democracia liberal e a ascensão da extrema-direita constituem fenômenos amplamente debatidos na literatura contemporânea. Em grande medida, esses estudos ganharam novo impulso a partir da vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais dos Estados Unidos, em 2016, frequentemente interpretada como um marco no processo de erosão das democracias liberais. Desde então, diversos autores têm apontado para o enfraquecimento progressivo das bases institucionais e constitucionais da democracia (Levitsky; Ziblatt, 2018; Mounk, 2018), bem como para uma crise mais ampla da representação política (Castells, 2018; Applebaum, 2021; Przeworski, 2020; Mouffe, 2020; Fraser, 2020).

ainda que a condição de apaixonamento não é necessariamente o amor, podendo o sujeito ficar apaixonado (capturado) no ódio: “Enfim, ele ama, pelo ódio” (Dias, 2012, p.45).

Com relação ao caráter interdisciplinar desta pesquisa, sua justificativa decorre da complexidade da reflexão a que o enigma da servidão/submissão voluntária convoca, seja no contexto histórico filosófico de La Boétie, seja no cenário contemporâneo de diversos países, inclusive no Brasil com o bolsonarismo. Diante dessa multiplicidade de facetas, uma única perspectiva de conhecimento não seria suficiente para apreender o fenômeno. Sua compreensão dialoga com abordagens críticas da interdisciplinaridade concebidas como resposta à fragmentação do conhecimento, tal como foi desenvolvido pelo psicólogo e cientista político Eduardo Mourão Vasconcelos. Conforme o pesquisador, o diálogo, o entrelaçamento e o enlaçamento de diferentes saberes permitem alcançar um entendimento mais amplo e profundo do objeto, evitando reducionismos.

No horizonte deste estudo, é possível inferir que o raciocínio interdisciplinar esteve presente nas reflexões de Sigmund Freud, a exemplo do que se observa na obra *Totem e tabu* (1913/1980). Ao longo dos ensaios que a compõem, o psicanalista analisa comunidades originárias (referidas por ele como povos primitivos) e, a partir de interlocuções com a Antropologia, a Arqueologia e a Etnografia entre outras áreas, formula um conhecimento inédito. Justamente por não ser especialista naquelas disciplinas, Freud posiciona-se como um estrangeiro em seus campos, trilhando um percurso que o obriga a ultrapassar os limites de seu próprio saber para elaborar uma teoria sobre as origens das sociedades humanas e seus tabus.

Também pode-se considerar Sigmund Freud como um pensador interdisciplinar na medida em que ele estabelecia um diálogo científico entre diferentes áreas do saber em suas construções de pensamento e conceitos. Um exemplo é a elaboração do conceito de pulsão (*trieb*), no qual Freud articula conhecimentos da Biologia, da Medicina e da Psicologia para propor uma teoria inovadora sobre o sujeito humano. Orquestrando conceitos das três áreas em torno desse novo constructo, a pulsão é descrita como:

[...] um conceito-limite entre o somático e o psíquico, como o representante psíquico dos estímulos oriundos do interior do corpo e que atingem a alma, como uma medida do trabalho imposto à psique por sua ligação com o corpo. (Freud, 1915/ 1980, p. 25)

Ainda a respeito da interdisciplinaridade presente no pensamento freudiano, cabe sublinhar o momento histórico do pós-Primeira Guerra Mundial. Em 1931, o Instituto Internacional para a Cooperação Intelectual, criado pelo Comitê Permanente para a Literatura e as Artes da Liga das Nações, promoveu uma troca de correspondências entre intelectuais renomados da época. Um dos primeiros convidados foi Albert Einstein, que indicou Sigmund Freud como interlocutor. O instituto enviou o convite em junho de 1932 (Strachey, 1980, p. 238), propondo a seguinte questão: “Existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça da guerra?”. Na resposta enviada por Freud, em setembro do mesmo ano, observa-se um traço de interdisciplinaridade implícito nas suas reflexões:

Esperava que o senhor escolhesse um problema situado nas fronteiras daquilo que é atualmente cognoscível, um problema em relação ao qual cada um de nós, físico e psicólogo, pudesse ter o seu ângulo de abordagem especial, e no qual pudéssemos nos encontrar, sobre o mesmo terreno, embora partindo de direções diferentes. (Freud, 1932/1980)

De fato, a preocupação de Freud revela uma abertura ao diálogo entre áreas, indicando que a produção de conhecimento não precisa ocorrer por meio da exclusão, mas pode ser fruto da participação e da inclusão de diferentes olhares/conhecimentos. Assumindo que o ingresso da Psicanálise no debate sobre temas humanitários inscreve-a como um saber que dialoga com diferentes áreas do conhecimento, contribuindo para avanços científicos, justifica-se a sua posição de interlocutora, nesta pesquisa, com a Filosofia, a História e as ciências políticas para responder ao enigma da servidão voluntária. Sem dúvida, se a obediência/servidão voluntária for estudada apenas pelo viés político, filosófico ou histórico, corre-se o risco de ignorar as forças psíquicas que a alimentam. Por outro lado, se for analisada unicamente pela Psicanálise, podem ser desconsideradas as determinações históricas e as estruturas institucionais que contribuem para esse fenômeno. Portanto, a interdisciplinaridade apresenta-se não só como requisito metodológico, mas também como um recurso necessário para, quem sabe, apreender a complexidade do problema e encontrar respostas que articulem o sujeito e a coletividade, o inconsciente e a política, o desejo e o poder.

Se, por um lado, compreender os vínculos entre inconsciente e política é fundamental para entender o que psiquicamente está em jogo no laço autoritário, por outro lado, voltar os olhos para esses vínculos faz-se urgente em um mundo onde as democracias vivem crises, e o fascínio por líderes que prometem soluções totalizantes parece ganhar mais força a cada dia. Tal quadro se mostra no Brasil, que vivenciou recentemente a sedução e a voluntariedade servil de grande parte da população para

com Jair Messias Bolsonaro, um presidente democraticamente eleito que, conforme avaliado pela literatura, por diversas vezes colocou em risco a continuidade da democracia e dos processos civilizatórios do país. Ademais, não se trata de um evento isolado: fenômenos similares de submetimento servil da massa popular já foram observados na história brasileira, particularmente durante o regime de ditadura civil-militar instaurado na década de 1960.

Diante da ascensão e do avanço de discursos e projetos políticos autoritários, como o bolsonarismo, o qual sustenta o apoio a figuras que exaltam a violência, o armamento e o discurso de ódio, evidencia-se a atualidade da ideia de servidão voluntária. Põe-se em jogo um fenômeno que não diz respeito somente a fatores socioeconômicos ou à desinformação, mas a uma dimensão afetiva e inconsciente que sustenta esse pacto entre a dominação e o dominador. Assim, a Psicanálise oferece não apenas um diagnóstico, mas uma possibilidade ética: escutar o sofrimento que sustenta o desejo de servidão/submetimento e, talvez, abrir espaço para outras formas de laço e liberdade. Em síntese, a crítica política oriunda da Filosofia, em especial a boeciana, pode encontrar na Psicanálise uma interlocutora fecunda, capaz de explicitar os mecanismos inconscientes que sustentam a obediência voluntária e a paixão por tiranias. A liberdade, longe de ser apenas um valor racional do sujeito humano, depende também da travessia do desejo e da elaboração dos laços que o sujeito estabelece com a autoridade.

No que diz respeito à metodologia, Freud, na obra *Dois verbetes de enciclopédia* (1923/1980), postula que a Psicanálise é um procedimento o qual busca investigar os processos mentais que não poderiam ser acessados de outra forma, e a designa não só como um método para o tratamento de neuroses, mas como uma nova disciplina científica, dado o acúmulo das informações obtidas (Freud, 1923/1980, p. 287). Trata-se, portanto, de um método investigativo de fenômenos do singular, que também pode contribuir para entendimento de pautas sociais. Nessa esteira, acrescentam Dockhorn e Macedo que:

[...] o trabalho com o método psicanalítico está pautado na consideração do sujeito em sua singularidade e como portador de um saber inconsciente. Logo, como não é apenas na clínica psicanalítica que este sujeito se faz presente, não deve ser somente no âmbito técnico a intervenção sobre os questionamentos que a existência humana convoca” [...] onde, “A pesquisa com o método psicanalítico atribui valor à produção de conhecimento oriundo da escuta singular da subjetividade, sendo imprescindível o conhecimento construído não a fim de generalizações, mas, sim, no sentido do aprofundamento e da problematização da questão ou problema de pesquisa. Logo, a especificidade do método psicanalítico sustenta-se na

possibilidade de interpretação do que é desvelado do fenômeno que se estuda. (Dockhorn e Macedo, 2015, p. 530)

Acerca da abordagem metodológica desta investigação da servidão voluntária, fundamentada nos aportes teóricos da Psicanálise em diálogo com a Filosofia, optou-se pela pesquisa qualitativa de análise bibliográfica, por meio da leitura desconstrutiva (modalidade que será detalhada na sequência desta dissertação). Justifica-se a escolha metodológica em face da especificidade do objeto, o qual exige exploração conceitual e interpretativa.

No tocante à pesquisa bibliográfica, busca-se tratar o problema pela perspectiva de Cervo e Bervian (2002), a partir dos referenciais documentais existentes, em especial livros, artigos, publicações. Ainda pela mesma ótica, Gil (2008, p. 50) define esse tipo de pesquisa como a que “[...] se desenvolve a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, ressaltando que o trabalho não se limita a uma mera repetição, mas exige análise crítica e comparativa. Por fim, destaca-se Marconi e Lakatos (2003, p. 183) que “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

No que tange ainda à abordagem metodológica, importa repisar o quanto é central o caráter interdisciplinar da análise proposta no presente estudo, pois este se situa em um laço de entrecruzamento entre a filosofia política e a Psicanálise. A opção por tal abordagem inspira-se na perspectiva desenvolvida pelo professor Eduardo Mourão Vasconcelos, para quem a interdisciplinaridade não se reduz apenas a um procedimento técnico de articulação entre disciplinas, mas constitui uma postura teórico-política diante da complexidade dos fenômenos sociais. Nas obras consultadas, o autor enfatiza que objetos atravessados por dimensões subjetivas, institucionais e políticas — como o contemplado nesta pesquisa — não podem ser adequadamente compreendidos a partir de um único campo disciplinar, exigindo o diálogo crítico entre diferentes saberes. Assim, a interdisciplinaridade é mobilizada aqui como um recurso metodológico voltado ao enfrentamento da fragmentação do conhecimento e à construção de análises capazes de apreender a complexidade e as contradições do objeto investigado (Vasconcelos, 2011). Alinhada, portanto, a Vasconcelos, a abordagem interdisciplinar deste trabalho se alicerça no fato de que a produção de conhecimento sobre fenômenos sociais complexos demanda perspectivas múltiplas capazes de articular teoria, prática e posicionamento ético-político. Tal articulação é especialmente

relevante em se tratando de um objeto de estudo que é atravessado por dimensões subjetivas, institucionais e históricas.

Por fim, quanto à abordagem qualitativa desta pesquisa, estruturada na tríade revisão bibliográfica, interdisciplinaridade e leitura desconstrutiva, esta terceira será abordada na seção seguinte, devido à necessidade de articular previamente diferentes áreas do conhecimento a fim de se aproximar desse método/conceito de leitura, definir seus contornos, bem como sua aplicação na análise que se propõe conduzir neste estudo.

2. A ESCUTA DO TEXTO E O MÉTODO COMO DERIVA: NOTAS PARA UMA LEITURA DESCONSTRUTIVA

A leitura próxima desconstrutiva exige a atenção detida no que a leitura sistemática omite, esquece, exclui, expulsa, marginaliza, ignora, etc., ou seja, nos elementos deslegitimizados do texto, isto é, os traços diferenciais que permanecem como fundo invisível nas leituras sistemáticas, mas sem os quais nenhuma 'tese' se forma.
(Figueiredo, 2024, p.24)

Ler e estudar a obra de La Boétie no contexto dialogal desta pesquisa implica definir certos contornos de sua interlocutora: explicitar como a leitura se dá no contexto da Psicanálise e como o ato de ler psicanaliticamente é capaz contribuir para a investigação da realidade ao redor. Em outras palavras, implica assumir que a necessidade de realizar a investigação exige que a Psicanálise se amplie para fora do consultório clínico. Consoante Luiz Cláudio Figueiredo (2024), a hermenêutica da Psicanálise visa tanto ao sentido, transcendente ao texto interpretado, quanto à sua unidade, conciliadora de diferentes estratificações, o que leva o autor a pensar a ideia de uma desconstrução, nos termos do conceito desenvolvido pelo filósofo franco-argelino Jacques Derrida (2001), corroborado por Elisabeth Roudinesco (2006). Como seria essa ideia de uma metodologia desconstrutiva e sua proximidade com a Psicanálise?

Para responder à pergunta, antes de articular Derrida e Roudinesco no campo conceitual da desconstrução, cabe referir a articulação entre Jacques Lacan e a hermenêutica heideggeriana. As leituras que advém da psicanálise lacaniana levaram a uma aproximação com os estudos de Martin Heidegger (2009) relativos ao círculo hermenêutico nos moldes de sua filosofia. A circularidade hermenêutica heideggeriana representa uma ampliação da metodologia fenomenológica ao levar em consideração o sentido da história na estruturação do ser, que Heidegger privilegiou com o termo *ser-aí* (*dasein*)⁵. Embora não seja intuito deste trabalho deter-se na terminologia heideggeriana, é oportuno registrar que *dasein* trata de uma investigação sobre o lugar do ser na história, exigindo um contexto específico, tanto de entendimento da realidade quanto das suas possibilidades futuras, as quais se expressam na ideia de arquivo trazida por Derrida:

⁵ Habermas (2002) vê no termo *Ser-aí* o melhor correlato filosófico da ideia freudiana de inconsciente (*Unbewusst*), conforme Ketzer (2012).

(...) a proposta de Freud é analisar, através da aparente ausência de memória e de arquivo, todos os tipos de sintomas, sinais, figuras, metáforas e metonímias que atestam, ao menos virtualmente, uma documentação arquivística onde o “historiador comum” não identifica nada. Concordemos ou não com sua demonstração, o fato é que Freud pretendeu que o assassinato de Moisés tenha efetivamente deixado arquivos, documentos, sintomas. (Derrida, 2001a, p. 84)

A reflexão derridiana aborda a Psicanálise como uma ciência hermenêutica; no entanto, não como a hermenêutica clássica, que busca um sentido, e sim como uma hermenêutica que desestabiliza o sentido, que faz falar o que não havia sido dito. Sua investigação, além dos fatos, leva em conta como as pessoas interpretam os fatos dentro de si mesmas, incluindo povos e diferentes manifestações culturais. Ao reconhecer esse problema, está-se dizendo que todo o conhecimento humano possui, além da forma clara e evidente do fenômeno de sua mostração, também uma forma para a qual não se quer olhar ou com a qual não se sabe lidar. O conhecimento inclui, portanto, as tentativas de destruição dos restos que se têm na lembrança da experiência contada pelo testemunho de alguns – restos que acabam mudando no transcurso das eras, elaborando-se cada vez mais, ou mesmo não sendo inteligíveis. Esses restos deixam profundos pontos de interrogação na memória.

No que concerne à corroboração de Roudinesco em relação ao conceito de desconstrução, cabe referir uma citação sobre o problema do arquivo no âmbito da História:

Existe em todo historiador, em toda a pessoa apaixonada pelo arquivo uma espécie de culto narcísico do arquivo, uma captação especular da narração histórica pelo arquivo, e é preciso se violentar para não ceder a ele. Se tudo está arquivado, se tudo é vigiado, anotado, julgado, a história como criação não é mais possível: é então substituída pelo arquivo transformado em saber absoluto, espelho de si. Mas se nada está arquivado, se tudo está apagado ou destruído, a história tende para a fantasia ou o delírio, para a soberania delirante do eu, ou seja, para um arquivo reinventado que funciona como dogma. (Roudinesco, 2006, p. 9)

Sem dúvida, o culto ao arquivo é algo de extrema relevância para a história da cultura. Como pode o homem pretender immortalizar a ação do tempo? Ou mesmo controlar as interpretações derivadas da sua passagem? O termo *dogma*, empregado por Roudinesco, demonstra um desconforto em relação a interpretações estáticas sobre a realidade. Isso não significa negar a realidade e suas consequências, mas fornecer mais elementos para sua compreensão, de acordo com os sinais e sintomas de seu contexto particular. Tampouco significa uma análise desmedida, tal como intérpretes equivocados da teoria desconstrucionista alegam, mas sim interpretar a realidade na medida da sua própria especificidade, enquanto um evento, o qual costuma não retornar

da mesma forma que foi elucidado. “Em outros termos, o culto excessivo do arquivo resulta numa contabilidade (a história quantitativa) destituída de imaginação e que proíbe que possamos pensar a história como reconstrução capaz de suprir a ausência de vestígios” (Roudinesco, 2006, p. 9). Essa ausência de vestígios é justamente a impressão de que todos os caminhos já foram trilhados, incluindo a confiança cega nas análises que já foram realizadas. A crítica desconstrutiva leva em consideração como cada sujeito é capaz de pensar e dispor de seus próprios questionamentos de modo a recriar, com sua imaginação, uma parte dos elementos faltantes da realidade.

A historiografia oficial desenvolvida por Eissler supõe não uma ausência de arquivo, mas um excesso de arquivo. Nessa perspectiva, o arquivo é depositado como um saber absoluto que deve ser censurado. O vestígio é tão sacralizado que deve ser dissimulado: o excesso de arquivo vai, portanto, de par com a censura do arquivo. (Roudinesco, 2006, p. 15)

Essa crítica a um certo excesso e a uma escolha em decorrência da prioridade quanto a um ideal de “verdade” correm em sentido oposto ao que a atividade desconstrutiva exige. A reflexão sobre o que o arquivo pensa, ou sobre a carga de pensamento que ele carrega de outros que pensaram sobre ele, demanda do analista o preparo para uma crítica mais aprofundada acerca das categorias de estabelecimento de um texto quanto ao seu estofo de verdade. Como exemplo atual, tem-se a forma como a mídia cria narrativas sobre fatos, dando a impressão de que estes estão isentos de opiniões pessoais e imunes a escolhas sobre como são transmitidas as notícias. Sem levar em consideração a base intelectual, cuja necessidade de arquivar determina a forma pela qual a sociedade interage com o arquivo, esses fatos serão, então, parciais quanto às suas condições de arquivamento. A perspectiva de Derrida denomina esses elementos de diferentes composições que ligam o arquivo como restos (*traces*), partes por vezes desprezadas na forma de instaurar a leitura do próprio arquivo. Isso porque “[...] o arquivista produz o arquivo” (Derrida, 2001a, p. 88), ele traz dentro de si os critérios, conscientes ou inconscientes, sobre os procedimentos para arquivar a informação. Derrida entende, em sua análise, justamente a formação de um segredo, o qual convida a reconstituir as condições de formação do arquivo como aquele que arquivou. Tal como uma antropologia da relação com o sujeito e suas consequências reais, Derrida acaba por interpelar o arquivo como um psicanalista interpela seus pacientes, com uma curiosidade e, ao mesmo tempo, um rigor investigativo.

Como se não pudéssemos, precisamente recordar e arquivar aquilo mesmo que recalamos, arquivá-lo recalando-o (pois o recalque é um arquivamento), isto é, arquivar *diferentemente*, recalcar o arquivo arquivando o recalque; *diferentemente*, sem dúvida, e aí reside todo o problema, dos

modos de arquivção corrente, consciente patente; *diferentemente*, isto é, segundo as vias que necessitaram do deciframento psicanalítico, na verdade a própria psicanálise. (Derrida, 2001a, p. 83-84)

Essa ideia de diferença (*différance*) coloca a sutileza de gestos subjetivos dentro de problemas aparentemente objetivos, como o arquivamento de um documento. Derrida emprega o termo recalçamento (*Verdrangung*)⁶ fiel à concepção da Psicanálise, pois ele enxerga, precisamente aí, o desafio que é, para quem pensa um dado, recriar a constituição deste a partir de pequenos pedaços desconexos do seu evento original. Esse estado de criação perpétuo, indagação e recriação do objeto, é parte do método desconstrucionista.

Também as significações passam por esse estranho e inquietante apagamento. Um exemplo: por que aquela pedra está daquele jeito? O que levou aquela pedra a ser talhada e continuar ali por tantos anos? O costume de deixar uma pedra como sinal de um túmulo é tão primitivo quanto aquilo que nos leva ainda a indagar sobre quem esteve lá e não está mais. O costume de enterrar o sagrado como uma palavra que deve ser velada remete a um homem em seu cortejo fúnebre. As cores cinza também vão aos poucos mostrando o apagamento das letras. Surge a memória do esquecimento como o problema de um gesto que exige a retomada do defunto, o morto-vivo das histórias de terror, o zumbi. Essa cena de terror também pode impedir de continuar a investigação e aí retroceder, estancar a capacidade racional.

Em meio a essa autópsia com o corpo vivo do morto em movimento, a desconstrução deve ser uma promessa, não uma garantia. Ela é promessa enquanto entende a parcialidade de sua análise, cujo escopo se adequa muito bem a leitura de textos quase indecifráveis. Um gesto aparentemente simples, porém, um gesto que também causa o fim do próprio escrito, de forma gradual, talvez desarticulada da consciência, mas dentro de uma enorme estrutura de elementos heterogêneos. Os hieróglifos continuam a surpreender os que se atrevem a voltar para uma linguagem anterior ao surgimento do alfabeto (Sloterdijk, 2009).

Derrida (2003) discute esses elementos que aproximam o homem de um estrangeiro de si mesmo. O homem moderno desaprendeu a ser ele próprio. Ele se apresenta entre as eras como alguém solitário e confuso. Como habitar uma casa que não é a sua, talvez a de ninguém? Esse elemento, que une e separa ao mesmo tempo,

⁶ Recalque ou recalçamento é um mecanismo defensivo do aparelho psíquico que se dá como uma operação em que se “procura repelir ou manter no inconsciente representações (pensamentos, imagens, recordações).” (Laplanche; Pontalis, 1986, p. 553).

tem de se estabelecer, mas não sabe como fazer. Não há regras propriamente ditas, mas um jogo de noções, as quais revelam algo surpreendente, e se apagam sem o sujeito se dar conta.

As pessoas deslocadas, os exilados, os deportados, os expulsos, os desenraizados, os nômades, tem em comum dois suspiros, duas nostalgias: seus mortos e sua língua. *De uma parte*, eles gostariam de voltar, pelo menos em peregrinação, aos lugares em que seus mortos inumanos tem sua última morada (...). *De outra parte*, os exilados, os depositados, os expulsos, os desenraizados, os apátridas, os nômades anômicos, os estrangeiros absolutos, continuam muitas vezes a reconhecer a língua, a língua dita materna, como sua última pátria, mesmo a sua última morada. (Derrida, 2003, p. 79)

Aqui o problema metodológico passa a ser a fronteira da grande instituição que margeia toda a existência: a linguagem. Sob esse ponto de vista, a investigação da desconstrução acaba sendo essa borda na qual as coisas se tornaram o que são também pela necessidade de manterem suas existências devido a crises imemoriais, relatos orais, costumes múltiplos advindos de lugares tão distantes uns dos outros a ponto de não terem mais compatibilidade entre suas semelhanças. A sutil diferença os conduz com certa independência e uma paralela codependência, antagônicas entre si, porém, recíprocas. Esse paradoxo é explorado como parte dos problemas que envolvem a linguagem de acordo com o entendimento dessas zonas de partilha e de exclusão.

Pela ótica de Derrida (2001b), o trabalho do analista é mais clarificado para um público não especializado em seu livro *Estados-da-alma da psicanálise*. A construção da obra, pelo ponto de vista da desconstrução, traz os benefícios de um pensamento cujo liame pode não ficar tão evidente para os próprios psicanalistas. Não obstante, o público não psicanalista pode se beneficiar em muito do modo como a Psicanálise pensa o ser humano. Na própria Psicanálise há resistências sobre como o mundo a interpreta: “[...] a resistência à psicanálise, no mundo, e a resistência ao mundo no interior de uma psicanálise que resiste a si própria, que se dobra em si mesma para resistir, se assim posso dizer, para se inibir ela mesma, de maneira quase auto imunitária” (Derrida, 2001b, p. 14). Quando a Psicanálise se inibe de si mesma, o mundo desconhece seus benefícios interpretativos; quando o mundo a reduz a uma hermenêutica simplista, como a questão edípica levada ao exagero, também há ali uma enorme dificuldade de comunicação.

A ideia de uma resistência (*Widerstand*)⁷ em Freud, dirigida para uma oposição, aponta que há algo que o analista enxerga e transmite ao analisando, mas que o analisando não consegue admitir para si mesmo. Ele não admite e, por isso, gera uma situação de resistência, algo que a Psicanálise sempre se preocupou em observar com atenção. Então, como transmitir que ali há uma resistência? Essa questão implica a sustentação de um estatuto ético pois, se o analista percebe e precisa estar atento ao modo como o analisando recebe a palavra dita, logo não se trata de mera casuística, mas do reconhecimento de uma fragilidade humana. Derrida (2001b, p.14) segue adiante em sua reflexão ao indagar “o que é que não vai bem? [...] O que é que não marcha a bom passo de acordo com as marcações prevalentes de seu discurso, de sua prática, de sua hipotética ou virtual comunidade, de suas inscrições institucionais?”. Esse olhar põe a Psicanálise em posição desfavorável a assumir militância de qualquer tipo, uma vez que seu compromisso é a investigação do ser humano. A marca desse cuidado, para quem almeja vencer a resistência a qualquer custo, sem atentar para os custos de sua tentativa de vitória, pode causar justamente o fechamento das contribuições da prática psicanalítica para a sociedade.

A análise de uma pulsão⁸ de poder, por seu turno, passa a ser um dos elementos mais importantes da arrogância que vigora e perverte as relações institucionais. Eis a soberania da crueldade, pois esta não percebe sua ambição. “Essa pulsão de poder político se curva às atividades e exigências de um outro grupo cujas aspirações são puramente, acusa Einstein, mercenárias e econômicas” (Derrida, 2001b, p. 33) – neste ponto, Derrida cita as cartas entre Freud e Einstein, publicadas em 1932, sobre a emergência da Segunda Guerra Mundial. “Por que a guerra?” (Freud, 1933/1980). “O que fazer de uma irreduzível pulsão de morte e de uma invencível pulsão de poder numa política e num direito progressistas, isto é, confiantes, como no tempo das luzes, em alguma perfectibilidade?” (Derrida, 2001b, pp. 33-34). Aqui Derrida chama a atenção sobre o termo utilizado por Einstein, cuja “[...] fala mesmo, muitas vezes, uma ‘psicose’ de raiva e de aniquilamento que não seria apanágio das massas incultas, mas mesmo da

⁷ “No decorrer do tratamento psicanalítico, dá-se o nome de *resistência* a tudo o que, nos actos e palavras do analisando, se opõe ao acesso deste ao seu inconsciente. Por extensão, Freud falou de resistência à psicanálise para designar uma atitude de oposição às suas descobertas na medida em que elas revelavam os desejos inconscientes e infligiam ao homem um ‘vexame psicológico’. (Laplanche; Pontalis, 1986, p. 596).

⁸ Pulsão: “conceito-limite entre o somático e o psíquico, como o representante psíquico dos estímulos oriundos do interior do corpo e que atingem a alma, como uma medida do trabalho imposto à psique por sua ligação com o corpo. (Freud, 1915b, p.25).

intelligentsia” (Derrida, 2001b, p. 34). Na forma de pensar da Psicanálise, essa pulsão destrutiva está profundamente atrelada a sentimentos de inveja, os quais revelam uma impossibilidade de criação. A instituição fica atávica frente à ameaça de destruição, não à destruição em si, e esse sinal gera uma angústia na forma de o ser humano sentir a si mesmo.

Se a pulsão de poder ou a pulsão de crueldade é irreduzível, mais velha, mais antiga que os princípios (de prazer ou de realidade, que são no fundo o mesmo, como gostaria eu de dizer, o mesmo na diferença), então nenhuma política poderá erradicá-la” (Derrida, 2001b, p. 35).

A necessidade de que o outro seja visto como outro, de frente para os meus olhos com o seu semblante, não se cumpre. Derrida, ao se colocar como o próprio estrangeiro a observar o mundo da Psicanálise, consegue transmitir algo do ponto de vista da dificuldade do olhar psicanalítico: como a Psicanálise também cria pontos cegos sobre si mesma, pois a crueldade vai para além de todos os princípios humanos, seja de prazer, seja de realidade.

As observações de Derrida sobre a Psicanálise estão bastante relacionadas à sua amizade com os psicanalistas húngaros Nicolas Abraham e Maria Torok. O casal emigra da Hungria para a França no pós-guerra, trazendo consigo as traduções de Sandor Ferenczi para o francês. Além de psicanalistas filiados à Sociedade Psicanalítica de Paris, eles desenvolvem conjecturas fenomenológicas sobre a psicanálise a partir de um olhar que influenciou profundamente Derrida: ambos demonstram disposição em pesquisar o trauma a partir da ideia de cripta como um local excluído do sentido.

O fato realitário consiste nessas palavras cuja existência oculta se atesta em sua ausência manifesta. O que lhes confere realidade é serem desafetadas de sua função costumeira de comunicação. [...] As palavras do sujeito foram atingidas por uma catástrofe que as pôs fora de circuito. (Abraham e Torok, 1995, p. 240)

O casal húngaro entende que a Psicanálise tem de privilegiar o traumático como um sofrimento indizível, a catástrofe de um momento em que o próprio sujeito não identifica o que lhe acontece, não percebe nem mesmo o mal que sofreu. Nesse viés, a função nomeadora da linguagem, ao invés de ser instaurativa e protetiva, torna-se uma atrapalhação no atendimento clínico. Mesmo as tentativas de comunicar parecem meras cópias de uma comunicação verdadeira. O próprio Ferenczi observa com atenção esse fenômeno em sua prática clínica:

Foi a análise de certos distúrbios circulatórios e respiratórios, de origem nervosa, em particular a asma brônquica, mas também casos de inapetência total e de emagrecimento, anatomicamente inexplicáveis, que me permitiram examinar mais a fundo a gênese das tendências inconscientes de autodestruição. Todos esses sintomas condiziam bem, na ocasião, com a

tendência psíquica geral dos pacientes que tinham de lutar muito contra tendências suicidas. (Ferenczi, 1992, p. 48)

Nesse viés, os traumas parecem ser elementos da reconstituição que os psicanalistas devem investigar a fim de compor um entendimento sobre a metodologia em seus campos de trabalho. De acordo com Minerbo (2000), a reconstituição é, antes, a tentativa de uma vivência a ser sentida como parte da teoria do campo analítico. Sendo assim, a defesa da metodologia psicanalítica deve levar a uma elucidação dos fenômenos clínicos, como um certo ir e vir do que é vivenciado na clínica entre analista e paciente, parte do próprio desenvolvimento da demonstração científica nas proporções de um estudo de caso (Dal Forno; Macedo, 2021).

Diante do conjunto de problematizações que atravessam as concepções de arquivo, memória e linguagem, a leitura pode deixar de se sustentar como busca de um sentido estável, e passar a operar como uma escuta das suas próprias fraturas. Ler, nesse contexto, implica suportar a instabilidade do texto, acolhendo aquilo que nele se apresenta como resto, desvio ou resistência. Não se trata de revelar um significado oculto, mas de acompanhar os movimentos pelos quais o texto se constitui e, simultaneamente, se desfaz. Isto é, acompanhar um texto em suas zonas de indeterminação, ali onde o sentido vacila e onde aparecem traços que escapam a leituras sistemáticas.

Sob uma perspectiva desconstrutivista, retoma-se o *Discurso da servidão voluntária*, de Étienne de La Boétie, na tentativa de responder à célebre questão: por que os homens obedecem? Percebe-se que o filósofo realizou uma torção desconstrutiva ao deslocar o eixo da dominação, visto que não se trata de compreender o poder daquele que domina, mas de interrogar o desejo daquele que se submete. Esse deslocamento, aparentemente simples, introduz uma fratura decisiva no campo político, pois faz vacilar a distinção entre opressor e oprimido como polos estáveis. Seu texto não é uma denúncia da tirania, mas um enigma que atravessa o próprio sujeito: afirmando que os povos se deixam dominar, ele introduz um elemento que ressoa com a noção psicanalítica de implicação subjetiva. E é nesse ponto que a leitura pode operar como uma escuta da própria contradição, na insistência do indivíduo em se submeter ao que lhe oprime, enredando-se naquilo que o faz sofrer. Por conseguinte, a proposta de uma metodologia que tenha como fundamento a leitura desconstrutiva implica um deslocamento decisivo em relação à concepção clássica de interpretação. Melhor dizendo, “não se trata de opor uma leitura desconstrutiva ao texto a ser ‘desconstruído’,”

mas de dar voz e eficácia aos elementos de desconstrução já em atividade silenciosa no texto.” (Figueiredo, 2024, p.25).

É, pois, na proposta metodológica de uma leitura desconstrutiva que o texto da filosofia política de La Boétie, em interlocução com a Psicanálise, mostra potencial fecundidade. Ao privilegiar os elementos marginais, os restos e desvios dos textos, o método desconstrutivo aproxima-se da lógica da escuta psicanalítica, que busca sustentar a atenção ao que escapa, ao que falha, ao que retorna sob a forma da diferença. Nesse sentido, a leitura desconstrutiva e a escuta analítica não apenas redefinem o estatuto da interpretação, mas também oferecem um operador conceitual potente para pensar o sujeito e o laço social, especialmente no contexto contemporâneo, marcado por formas de adesão que, ao mesmo tempo em que buscam unidade, são atravessadas por uma heterogeneidade irreduzível.

Na esteira deste recorte teórico-metodológico, repisa-se que o presente escrito assume como método a pesquisa qualitativa, bibliográfica, interdisciplinar e desconstrutiva do ponto de vista da leitura, projetando um caminho pertinente para a investigação cujo objeto se debruça sobre a complexidade do fenômeno da servidão voluntária, nas dimensões filosófica, política e psíquica. Nesse sentido, mais do que oferecer afirmações ou verdades em respostas definitivas, este projeto orienta-se pela abertura de questões, sustentando a interpretação e a desconstrução dos textos como um campo em permanente devir.

A própria escolha do *Discurso da servidão voluntária* como objeto empírico-discursivo implica compreender o texto do autor não como um documento a ser explicado ou traduzido, mas como um campo de inscrição de significantes, sentidos e aberturas, no qual o estatuto empírico da pesquisa deslocou-se do modelo observacional para um regime de análise/escuta textual, em que o *corpus* é constituído pela própria obra de La Boétie e por textos teóricos que possam dialogar com ela. Nesta opção de enquadramento metodológico, o estatuto do empírico opera diferentemente das abordagens de matriz positivista, que o compreendem como aquilo que se apresenta diretamente à observação. Neste escrito inclui-se também a dimensão simbólica enquanto campo de produção de sentidos.

Tal abordagem encontra respaldo na Psicanálise na medida em que Sigmund Freud marcava que formações como sonhos, lapsos e sintomas são materiais empíricos privilegiados, ainda que não se apresentem de modo transparente à consciência, à razão. Freud revela que aquilo que se oferece à investigação não é o dado imediato, mas sua

inscrição simbólica. Nesse sentido, o simbólico não se opõe ao empírico, mas constitui sua própria condição de possibilidade no campo da experiência subjetiva, como um texto que compõe o próprio campo em que o empírico se inscreve.

A partir desses apontamentos teóricos, a presente pesquisa compreende o empírico como material simbólico-discursivo, o que justifica a escolha do texto *Discurso da servidão voluntária*, de Étienne de La Boétie, como objeto empírico. Trata-se de tomar o texto não como ilustração teórica, mas como campo efetivo de análise, no qual se articulam dimensões filosóficas, políticas e psíquicas. Quanto à escolha da leitura desconstrutiva como instrumento interpretativo, esta justifica-se pelo fato de o objeto estudado – a servidão voluntária – não ser entendido apenas como fenômeno político, mas como experiência que está inscrita na economia libidinal dos indivíduos e nas suas posições de vínculo social. Essa complexidade exige um método que não seja reducionista em apresentar o fenômeno por meio de categorias estáveis, mas, ao contrário, permita acompanhar seus deslocamentos e suas reconfigurações, entre outros movimentos. Enfim, como alerta Figueiredo (2024, p.25): “sustentando-a como possibilidade e necessidade de remissão das ‘teses’ ao recalcado do texto”.

Após a etapa de elaboração do argumento metodológico, procedeu-se ao levantamento e à análise da bibliografia, tendo como ponto de partida a obra de Etienne de La Boétie e outras referências de autores da Filosofia que pudessem dialogar com sua obra. O objetivo foi demonstrar as ideias filosóficas do autor, assim como sua atualidade para a compreensão dos fenômenos da submissão e obediência coletiva, conversando com os filósofos Platão, Spinoza e Adorno.

Na sequência, passou-se à mobilização do referencial da Psicanálise, em especial no âmbito de Sigmund Freud e Joel Birman. Esse segundo momento diz respeito a uma análise conceitual e comparativa, mediante a qual os textos selecionados foram examinados com vistas à reconstrução e à articulação dos conceitos fundamentais levantados na revisão bibliográfica como, por exemplo, o narcisismo, a psicologia das massas, o laço libidinal com o líder, o masoquismo e o desamparo. Nesta etapa, buscou-se evidenciar as complementaridades e tensões entre noções provenientes de diferentes conceitos.

Concluídos esses dois momentos iniciais – revisão bibliográfica e análise conceitual comparativa – a pesquisa avançou para uma terceira etapa, voltada à articulação teórica que integrasse os aportes filosóficos e psicanalíticos em uma estrutura interpretativa mais ampla. Buscou-se, nessa fase, compreender a adesão à

tiraniam não apenas como um regime político, mas como uma experiência que se enraíza na economia psíquica dos sujeitos e nos modos de constituição do laço social.

Ainda no âmbito das metodologias e instrumentos empregados na condução da pesquisa e na consequente elaboração desta dissertação, cumpre registrar o uso da ferramenta de inteligência artificial Claude (Anthropic) como suporte de revisão gramatical e de adequação às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A utilização de tal recurso restringiu-se à verificação ortográfica, sintática e normativa do texto, sem qualquer interferência na produção intelectual, na construção argumentativa, nas escolhas teóricas ou nas interpretações desenvolvidas ao longo do trabalho. Todo o conteúdo, os argumentos e as análises aqui apresentados são de inteira responsabilidade do pesquisador, em consonância com o que estabelece a Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026, a qual institui a Política de Integridade na Atividade Científica. A referida portaria determina que o uso de ferramentas de inteligência artificial generativa deve ser declarado em qualquer fase do desenvolvimento da pesquisa, especificando a ferramenta utilizada e a finalidade, sendo vedada a submissão de conteúdo gerado por inteligência artificial como se fosse de autoria humana, permanecendo os autores integralmente responsáveis pelo conteúdo final. O registro dessa escolha está em conformidade igualmente com o Referencial para o Uso e Desenvolvimento Responsáveis de Inteligência Artificial na Educação, publicado pelo Ministério da Educação em fevereiro de 2026, o qual estabelece diretrizes para a integração responsável, ética e socialmente comprometida da inteligência artificial nos processos educacionais, em todos os níveis de ensino, da educação infantil à pós-graduação, destacando, entre seus princípios, o compromisso com a transparência e a supervisão humana efetiva. Dessa forma, o recurso à inteligência artificial é aqui compreendido como instrumento de apoio técnico, sendo a arquitetura intelectual e argumentativa do presente trabalho de exclusiva responsabilidade do pesquisador.

Encerrando a delimitação dos contornos teórico-metodológicos da pesquisa, cabe apresentar sumariamente a estrutura da dissertação que dela resultou, cujos próximos capítulos e seções compreendem: 3. O enigma da servidão voluntária: sombras, liberdade e desejo de submissão: 3.1. Platão e a caverna: entre a verdade e a resistência, 3.2. Spinoza e a economia das paixões: medo, esperança e servidão afetiva, 3.3. Adorno e a Subjetivação do autoritarismo: o desejo de servidão; 4. Psicanálise e a errância do sujeito: desejo, poder e submissão: 4.1 O eu não é senhor em sua própria casa: O

inconsciente, 4.2 O eu ideal reencontrado no outro: narcisismo e laço com o líder, 4.3 Dinâmicas psíquicas no fascínio e identificação ao líder, 4.4. O caráter sadomasoquista, o desamparo e a servidão; 5. Entrelaços entre psicanálise e filosofia: a tirania e a servidão como dimensão psíquica e política; 6. Sobras de um dizer: onde a análise não termina (Considerações Finais); 7. Referências; 8. Anexos e Apêndices.

3. O ENIGMA DA SERVIDÃO VOLUNTÁRIA: SOMBRAS, LIBERDADE E DESEJO DE SUBMISSÃO

Desde que La Boétie inventou e lançou ao mundo a expressão servidão voluntária, no século XVI, esta nunca mais nos abandonou e deixou em paz [...] a assunção radical desse enunciado e de seus desdobramentos inevitáveis colocava em cena os pressupostos éticos da condição humana.
(Birman, 2017; p. 19)

Ao que parece, um dos problemas mais persistentes e complexos da tradição do pensamento ocidental é a questão da liberdade e de sua perda. Essa questão atravessa diversos campos do conhecimento, como a Filosofia, a Política, a Ética, a Psicologia Social, a Psicanálise etc., e não é (ou não deve ser) restrita apenas à análise institucional das formas de governo. Afinal, tornar complexo o pensamento sobre a ideia de dominação envolve também a investigação das condições subjetivas, simbólicas e afetivas que levam os sujeitos e as coletividades a consentirem com as relações de poder as quais restringem sua autonomia. É nesse ponto que o problema da servidão ultrapassa o jurídico ou político e passa a convocar, a exigir uma abordagem interdisciplinar, capaz de articular estruturas sociais e modos de subjetivação.

No horizonte investigativo desta pesquisa, propõe-se um breve exercício de digressão: quem sabe, em meados do século XVI, num contexto marcado pela intensificação do poder absolutista, é que Étienne de La Boétie (1548) viu-se convocado a pensar a temática do servilismo e da voluntariedade, escrevendo seu *Discurso da servidão voluntária*. A originalidade do pensamento boeciano teve como consequência a força de um texto que sustenta até hoje um enigma, que instaura a questão da servidão voluntária: por que os homens obedecem e servem voluntariamente? Quando se refere à obediência, La Boétie desloca o foco da tirania da figura do soberano para se pôr a pensar sobre os dominados. Ele inaugura, assim, uma reflexão que ainda é atual nos debates modernos e contemporâneos sobre alienação, submissão, identificação com o poder etc.

A perspectiva boeciana rompeu com as explicações de seu tempo, as quais embasavam a dominação exclusivamente na violência ou na coerção. Para La Boétie, um poder tirânico só se sustenta porque encontra apoio na própria vida social, isto é, nos hábitos, costumes e afetos dos sujeitos. Sua reflexão configura-se como importante

marco na cultura e no pensamento, uma vez que a servidão dos sujeitos passa a ser pensada não apenas como uma força imposta de fora para dentro, mas internalizada, naturalizada e reproduzida cotidianamente. Tal premissa possibilitou a abertura de espaço para uma leitura que ultrapassasse os limites da filosofia política clássica, e “chamou” para o diálogo questões centrais da psicologia social e da teoria crítica. Como exemplo de interrogantes sobre a disposição subjetiva para obedecer, passou-se a elaborar questões do tipo: o que levaria sujeitos a renunciarem à liberdade em troca de segurança, pertencimento ou estabilidade?

3.1. PLATÃO E A CAVERNA: ENTRE A VERDADE E A RESISTÊNCIA

Acredita-se que, embora situado no limiar da modernidade, o pensamento boeciano possa dialogar intensamente com a Antiguidade Clássica, em especial com a tradição grega pois, quando cita Homero e a crítica às formas de tirania, La Boétie traz à cena reflexões antigas como virtude, caráter e vida comum. Nesse cenário axiológico, pode-se hipotetizar um diálogo tanto com *A odisseia* de Homero (aproximadamente 725–675 a.C.) quanto com *A república* de Platão (375 a.C.).

Com relação à *Odisseia*, é plausível estabelecer certo horizonte de relevância dessa obra no pensamento boeciano quando se lê, já nas primeiras páginas de *O discurso da servidão voluntária*, a seguinte citação a Homero: “*Em ter vários senhores nenhum bem sei, que um seja o senhor, e que um só seja o rei*. Dizia Ulisses em Homero, falando em público” (La Boétie, 2022, p. 79). Isso porque a ordem levava a que tanto um senhor quanto um servo tivessem ideais de bondade em seus corações, uma coerência estabelecida pela afinidade, como na relação entre Odisseu e seu servo, que cuida dos porcos em seu reino, Ítaca. “Talvez fosse preciso desculpar Ulisses, que possivelmente precisava então de usar essa linguagem para acalmar a revolta do exército, conformando, creio eu, suas palavras mais ao tempo do que à verdade” (La Boétie, 2022, p. 80). Os exércitos precisariam de um soberano que não os traísse.; contudo, parecem ser da natureza do poder as traições e corrupções entre aqueles que o desejam fervorosamente.

Que vício, ou antes, que vício infeliz ver um número infinito de pessoas não obedecer mas servir, não serem governadas mas tiranizadas, não tendo nem bens, nem parentes, mulheres nem crianças, nem sua própria vida que lhes pertença; aturando os roubos, os deboches, as crueldades, não de um exército, de um campo bárbaro contra o qual seria preciso despendar seu sangue e sua

vida futura, mas de um só; não de um Hércules nem de um Sansão, mas de um só homenzinho [...] (La Boétie, 2022, p. 83).

Oportuno ressaltar, na citação de La Boétie, o termo vício (*kakía*) e, com ele, tratar de alguns elementos acerca da atribuição do caráter do tirano em seu ímpeto de cercear a liberdade. Um desvio de caráter corrompe e degenera a vida social, a qual, por sua vez, era tratada como sagrada pelas gerações precedentes (Vernant, 2011). Não é apenas uma ruptura formal de regras sociais, é uma ruptura espiritual com aquilo que conduz o povo grego à excelência (*areté*). Em termos filosóficos, a narrativa de Platão (1950) na alegoria da caverna, contida no Livro VII da obra *A república*, se constitui como um elemento de suma importância para compreender o papel do filósofo diante dos vícios de um povo corrompido. Na alegoria, um homem escapa de uma caverna onde todos, ali prisioneiros, se acostumaram a ver as sombras como se fossem a realidade. Ao sair da caverna, o homem vê então a realidade: flores, árvores, montanhas, pois a luz do sol permite que ele enxergue com clareza. O interessante, na alegoria de Platão, é o fato de o personagem voltar para a caverna e tentar mostrar às pessoas o que ele viu. As pessoas ficam temerosas com seus relatos, angustiadas e, então, resolvem matá-lo pois sua experiência fora da caverna desacomoda por demais o vislumbre das sombras.

Se não vemos cem, mil homens, mas cem países, mil cidades, um milhão de homens não atacarem um só, de quem o mais bem tratado de todos recebe esse mal de ser servo e escravo, como poderemos nomear isso? Será covardia? (La Boétie, 2022, p. 84)

Sem dúvida, La Boétie conhecia o trabalho de Platão; contudo, ele emprega sentimentos quase românticos ao elaborar seus pensamentos. Não se pode deixar de notar o quanto o próprio romantismo alemão se aproximou de Platão como um filósofo capaz de traduzir sentimentos altruístas da Grécia clássica para a mentalidade germânica do final do século XVIII. Sob esse aspecto, vê-se o quanto a reflexão boeciana é altamente moderna, pois interrompe uma tradição de manutenção dos padrões estabelecidos pela sociedade, o *stablishment* (Reale, 2014), ao propor uma reflexão com ênfase nos sentimentos – talvez tão moderna quanto o pensamento de Platão parece hoje, com sua clareza e evidência sagaz, como na fala de Sócrates em *A república*, acerca do mundo e sua necessária clareza para o humano que persegue a verdade:

Nos extremos limites do mundo inteligível está a ideia do bem, a qual só com muito esforço se pode conhecer, mas que, conhecida, nos impõe à razão como causa universal de tudo o que é belo e bom, criadora da luz e do sol no mundo visível, autora da inteligência e da verdade no mundo invisível e

sobre a qual, por isso mesmo, cumpre ter os olhos fixos para agir com sabedoria nos negócios particulares e públicos. (Platão, 1950, p. 248)

Em *A república*, os ideais do bem, do belo e do verdadeiro (*kalokagathía*) são importantes para mobilizar todas as forças em direção à construção de uma sociedade melhor. Platão está consciente disso e, ao mesmo tempo, permite-se a criação de uma utopia, um lugar onde os verdadeiros líderes teriam a mentalidade adequada para governar. Esse modelo de ruptura advém de uma nova chave de leitura na ideia de observar as falhas do modelo democrático de Péricles na Atenas do século V a.C. A democracia usurpou o poder, pois esqueceu (*lethes*) a verdade (*aletheia*). A palavra verdade é justamente aquilo que não pode ser esquecido, cuja busca deve iluminar os caminhos do homem. Sendo assim, toda a usurpação do poder é um mal que corrompe a verdade.

No entanto, não é preciso combater esse único tirano, não é preciso anulá-lo; ele se anula por si mesmo, contanto que o país não consinta a sua servidão; não se deve tirar-lhe coisa alguma, e sim nada lhe dar; não é preciso que o país se esforce a fazer algo para si, contanto que nada faça contra si. (La Boétie, 2022, p. 87)

De fato, a tirania moderna difere, em muito, da tirania da Grécia clássica. O tirano moderno é ávido pelo poder, esforçando-se por mantê-lo independentemente das condições, mentindo, falseando a verdade de todos os modos para impedir que os cidadãos possam desfrutar do poder e tomar boas decisões. Uma boa decisão advém justamente de um processo dialético, o qual La Boétie coloca como ponto crítico com demasiada ênfase. Segundo ele, a crítica, que implica provocar uma crise no conhecimento, vem justamente da atitude de não aceitar o jugo dos tiranos sem uma substancial reflexão. Aqui se vê o quanto o egoísmo despótico está a serviço da manutenção do poder político, obstaculizando a verdade aos cidadãos. Embora cidadãos oprimidos em nada contribuam para a melhoria social, o desejo do soberano é precisamente isso; ele não se preocupa com a beleza radiante da verdade, mas com sua perpetuação no poder, seja por si mesmo ou por aqueles que defendem suas ideias. Portanto, a manutenção despótica do poder contraria a própria verdade, sendo uma perversão da verdade, do bem-estar social e das reais qualidades dos indivíduos para o benefício de toda a sociedade.

Eu não o exortaria se recobrar sua liberdade lhe custasse alguma coisa; como o homem pode ter algo mais caro que restabelecer-se em seu direito natural e, por assim dizer, de bicho voltar a ser homem? Mas ainda não desejo nele tamanha audácia, permito-lhe que prefira não sei que segurança de viver miseravelmente a uma duvidosa esperança de viver à sua vontade. (La Boétie, 2022, p. 87)

Sendo assim, também La Boétie embate o ideal contra o real. Enquanto os falsos heróis se estabelecem no poder, os verdadeiros são silenciados de maneira abrupta, tal como a alegoria de Platão ensina. Nesse viés, a corrupção é um dos maiores malefícios humanos, pois ela se utiliza de meios legais para estabelecer a ilegalidade, mediante desvios de caráter de seus próprios soberanos. Entretanto, a vilania de caráter é certamente a maior prisão para o corrupto – ele está condenado a ver sempre o poder como um fim em si mesmo, e não volta o olhar para aquilo que realmente é importante para estabelecer o bem comum, a alegria e a satisfação dos cidadãos. Mesmo na Grécia antiga, o ideal de felicidade (*eudaimonia*) era encarado como a sobeja vitória após uma grande atribulação em sua busca. Assim, como na passagem “lastime sua vontade para recobrar o bem que deveria resgatar com seu sangue” (La Boétie, 2022, p. 88), é com sangue que devemos nos preocupar, diante da liberdade de tomar as rédeas de uma vida que retorne aos princípios da harmonia e da boa conduta. O desprezo a esses princípios leva a uma desmedida (*hybris*), à causa das mazelas humanas mais terríveis testemunhadas pelos gregos antigos sob o domínio equivocado dos desejos.

É sabido que, na Grécia antiga (a Grécia de Péricles, o legislador), a corrupção política atingira seu estágio mais adiantado. Teria Platão, naquele cenário, criado a alegoria da caverna após ver os efeitos da democracia corrompida sobre seu nobre mestre, Sócrates? A nobreza, repleta de dinheiro advindo do comércio, mas escassa de valores reais, transformara a democracia em uma demagogia de discursos empolados, tal como é visível nas atuais câmaras e tribunas parlamentares, espaços onde a ostentação venceu a verdade. Esse fato marca um ponto de separação entre quem se escolhe para governar e o que, de fato, se pretende dos governantes. Acaso teria a Filosofia outra finalidade senão a de fazer pensar sobre as verdadeiras escolhas? O que leva um povo a escolher quem é belo e jovem em detrimento de quem, sujo e maltrapilho, diz a verdade mesmo que traga um sofrimento em sua voz rouca? Pois a verdade socrática, de vestes paupérrimas, é facilmente encapsulada pela opulência dos sofistas, vendedores do conhecimento, sob a forma de promessas de felicidade cada vez mais distantes de seus cidadãos. A cidadania, feita para todos, é consumida em cidadania feita para alguns – os escolhidos pela pequena elite que, cheia de dinheiro, pode manter no poder o seu grupo de amigos.

Dialogando com Platão, pode-se perceber que a problemática da servidão voluntária já existia, de modo insipiente, na tradição clássica, principalmente no que toca à reflexão sobre o caráter, a verdade e a educação política. A alegoria da caverna,

ao apontar a resistência dos prisioneiros em sair do mundo das aparências, poderia ser o germe da compreensão de que a dominação não se exerce apenas por coerção de forças externas, mas também pela adesão afetiva e simbólica a uma ordem que oferece sentido e estabilidade, ainda que ao custo da liberdade. Com força inequívoca, a alegoria apresenta a imagem da sujeição humana às aparências e da resistência ao real e à verdade quando esta ameaça a ordem estabelecida. Ou seja, por meio de uma leitura interdisciplinar do mito, a recusa dos prisioneiros em abandonar as sombras pode ser hipoteticamente tomada como uma metáfora da adesão subjetiva a formas de dominação que oferecem sentido e estabilidade, mesmo que preço a pagar seja a liberdade.

3.2. SPINOZA E A ECONOMIA DAS PAIXÕES: MEDO, ESPERANÇA E SERVIDÃO AFETIVA

Sobre o pano de fundo da modernidade, a problemática da liberdade reflete-se com mais intensidade, assumindo contornos inéditos sobretudo no que se refere à relação entre indivíduo, Estado e religião. Tal premissa permite abrir espaço para dialogar com o pensamento do filósofo holandês Baruch Spinoza (1632 – 1677), cuja teorização das afecções pode contribuir de modo significativo para uma compreensão ampliada das servidão. Ao analisar a função dos afetos com foco no medo e na esperança quanto à vida política, a reflexão espinosana demonstra como a submissão pode ser produzida não apenas por leis ou punições, mas pela captura da imaginação e pela instrumentalização das crenças religiosas. Esse entrelaçamento de política e afetividade torna-se ainda mais evidente no século XX, quando as formas de dominação passam a operar em escala de massa, a exemplo do regime nazista na Alemanha (1933–1945) em que a dominação não se sustentou apenas por repressão policial, mas por uma mobilização afetiva da população.

Baruch Spinoza promoveu um importante debate entre os saberes medievais e as escolhas subjetivas, tão caras à modernidade. Sua posição cética acerca da razão e da experiência delineava os contornos de um trabalho cuja profundidade já tinha em vista alguns medievalistas tardios, como Ibn Gabirol, de quem Duns Scotus capturou a ideia de *hecceidade*, ou seja, as qualidades que tornam cada vez mais complexo o ser (*apud* Ketzer, 2025). Naquele ambiente, a *Ética* de Spinoza (2008), obra publicada após sua morte, demonstrava o quanto a noção de afeto poderia ser pensada para dar suporte à

ideia de Deus como um ser infinito, tema que despertou a atenção de diferentes pensadores ao longo da história da humanidade. A ponte espinosana, nesse sentido, trouxe o infinito como um horizonte de possibilidades, as quais não se coadunavam com os achados filosóficos puros em termos de razão (*ratio*) e experiência (*experientia*). Segundo tais achados a razão deveria ser sempre a mesma, uma vez que não é possível a ela modificar a si mesma tampouco sofrer modificação pela existência da matéria; a experiência, por sua vez, não deveria ser encarada como algo subjetivo em decorrência do modo como cada um observa o mundo e dele extrai conclusões. Isto é, a Idade Média europeia sempre considerou as duas formas de conhecer a natureza das coisas como constantes universais, cuja aproximação era vedada.

Ao encarar a natureza irregular das coisas, o problema de Spinoza tomou por base a mesma questão que Moisés Maimônides (2018) levantou em seu *Guia dos perplexos*: tantos os objetos de fé quanto os de razão podem se excluir mutuamente, o que leva a uma sensação de absurdo. Esse absurdo, tão importante para o desenvolvimento da Filosofia, havia de ter alguma solução, motivo pelo qual muitos filósofos começaram a propor novas formas de rever a própria realidade observável e seu transcurso na natureza. A reflexão espinosana foi importante nesse sentido, uma vez que sua investigação foi, aos poucos, se dirigindo para a natureza da liberdade na intrincada relação entre teologia e política. Entender a liberdade é entender também a própria dinâmica do Estado moderno, pois foi na criação de um ente vivo o qual não pode mais desaparecer que as esperanças dos do homem moderno foram depositadas sem a devida consciência. Aliás, a consciência sempre parece tardia a cada um que percebe estar em um quebra-cabeças de entendimentos díspares.

Não basta, por isso, uma simples delimitação dos campos, uma partilha da autoridade entre fé e razão, teologia e política, consubstanciada no pacto de não-agressão até aí reivindicado pelo saber e pelo poder ante a Igreja. É preciso rever a autoridade, reler a Bíblia, reinscrevê-la no circuito de produção da substância e dos modos e reescrever assim a ontologia para a entender como "convém entre si" essas partes do todo que são os homens. É esse o projeto do *Tratado Teológico-Político*. (Aurélio, 2003, p. XXVI)

Nas palavras de Aurélio, por seu turno, evidencia-se uma preocupação muito próxima à de La Boétie acerca de como a autoridade do Estado é encarada como uma peça de subserviência. Tal crítica à forma com que a fé é adotada como um artigo de dominação é também candente na obra de Spinoza. Refere ele:

Moisés, por exemplo, não ensina os judeus como um doutor ou como um profeta a não matar e a não roubar: ordena-lhes como um legislador e como um príncipe. Nem prova pela razão aquilo que ensina; pelo contrário, quando dá ordens anuncia também as sanções e estas, como a experiência

abundantemente demonstra, podem e devem variar conforme a índole própria de cada nação. (Spinoza, 2003, p. 82)

A imagem de Moisés como um príncipe moderno guarda profunda semelhança com as mais importantes reflexões sobre o poder despótico. Tanto Spinoza, no século XVII, quanto La Boétie, no século XVI, observam a criação do Estado moderno com grande temor. Uma figura dessa reflexão, sem sombra de dúvida, foi Maquiavel (1999), que estudou profundamente a figura do líder no Estado moderno, detendo-se sobre a conduta que este deve adotar. Enquanto Maquiavel cria o Estado moderno com suas principais atribuições, cujo exército é peça central para a manutenção do poder real do monarca, a obra de Étienne de La Boétie é uma contundente crítica a esse caráter absoluto do Estado sobre a vida das pessoas, pelas mãos de um líder despótico.

Portanto são os próprios povos que se deixam, ou melhor, se fazem dominar, pois cessando de servir estariam quites; é o povo que se sujeita, que se degola, que, tendo a escolha entre ser servo ou ser livre, abandona sua franquia e aceita o jugo; que consente seu mal — melhor dizendo, persegue-o. (La Boétie, 2022, p. 87)

Nesse trecho de *O discurso da servidão voluntária*, o autor já parece entender o quanto a nascente modernidade induz os homens ao temor máximo de não saberem lidar com sua liberdade. Importante focalizar aqui a ideia de uma alienação do homem frente aos seus anseios mais verdadeiros, refreando-os para que, pela via do medo, se submetam. Com o tempo acreditarão serem felizes, para assim não se sentirem fracos e incapazes. As migalhas da fé são o recurso que lhes resta. O poder político e o poder divino cruzam-se com grande facilidade, pois a base de pensamentos depositados na esperança de “ir para céu” ressoa com força na ideia de ser um “bom cidadão”. Certamente esse princípio advém de muito antes da modernidade; porém, a modernidade faz uso dele para atingir a submissão de seus cidadãos.

É a liberdade, todavia um bem tão grande e tão aprazível que, uma vez perdido, todos os males seguem de enfiada; e os próprios bens que ficam depois dela perdem inteiramente seu gosto e sabor, corrompidos pela servidão. Só a liberdade os homens não desejam; ao que parece não há outra razão senão que, se a desejassem, tê-la-iam; como se se recusassem a fazer essa bela aquisição só porque ela é demasiado fácil. (La Boétie, 2022, p. 89)

La Boétie vislumbra um momento que só será efetivamente visto no alvorecer do século XIX: a crítica forte à mão de um Estado condescendente com a perda da real autonomia de seus súditos. Não se pode esquecer que é pela via da Revolução Francesa que advém o fim da grande dinastia dos Bourbon na França, o fim do absolutismo entre as monarquias da Europa. De fato, o século XIX será o período de maior discussão sobre o que fazer dos déspotas absolutistas, cuja ilustração pode ser sintetizada na máxima “*L’État c’est moi*” (o Estado sou eu), atribuída a Luís XIV, conhecido como o

Rei Sol por encarnar em si mesmo a opulência da riqueza, enquanto seus súditos passavam fome nas ruas.

Aquele que vos domina tanto só tem dois olhos, só tem duas mãos, só tem um corpo, e não tem outra coisa que o que tem o menor homem do grande e infinito número de vossas cidades, senão a vantagem que lhe dais para destruir-vos. De onde tirou tantos olhos com os quais vos espia, se não os colocais a serviço dele? (La Boétie, 2022, p. 90)

É inegável que a marca do Estado é estar presente sem ser visto. O Estado está nas mãos de uma ideologia, de uma ideia única a ser propagada por todos os que estão à sua volta. Cada homem e mulher se torna o amálgama das ideias de um tirano, pois este representa, de uma forma distorcida, mas pragmática, como os antigos patriarcas da Bíblia agiam.

Ora, enquanto eles viveram no meio de outras gentes, antes da saída do Egito, não tiveram nenhuma lei particular, estando sujeitos apenas ao direito natural e, claro, ao direito do Estado em que viviam, contanto que este não fosse contra a lei divina natural. Dir-se-á que os patriarcas ofereciam sacrifícios a Deus mas julgo que o faziam só para melhor incutir no seu ânimo, assim habituado desde a infância, a devoção. (Spinoza, 2003, p. 84)

Neste ponto, é possível perceber a similaridade entre La Boétie e Spinoza. Ambos os pensadores, embora filhos de seu tempo, exigem uma leitura mais aprofundada sobre o modo como certas imagens bíblicas podem ser empregadas para fins políticos; imagens que seriam, ao fim e ao cabo, atribuídas aos líderes despóticos como características divinas. Mais do que mera coincidência, essa ressonância de ideias revela a convergência dos modos de encarar o poder quando este não é interpelado por instâncias mediadoras. Sob tais circunstâncias, o poder torna-se uma espécie de monstro, como representado no *Leviatã* de Thomas Hobbes. (2009): para evitar a luta de todos contra todos, o Estado demanda mão firme, preferencialmente monarquista. Esses pontos de reflexão, trabalhados pelos filósofos da modernidade, são de grande importância para o exame pormenorizado do tirano e sua gana pelo poder, visto que a problemática apresenta-se em Spinoza também com contornos modernos, mediante a análise de afetos como o medo, a esperança e a instrumentalização religiosa pelo poder político. Isso permite compreender a servidão/submissão pela hipótese de uma economia das paixões segundo a qual os sujeitos podem agir contra seus próprios interesses em nome de uma segurança fantasiosa, imaginária. De acordo com essa proposição, a liberdade não é um dado natural garantido, mas um frágil processo, eternamente ameaçado pela captura das disposições afetivas. Tomando, portanto, a leitura espinosana dos afetos do medo e da esperança como um dos operadores centrais da vida política, tem-se um solo fértil para a compreensão de como a submissão pode se

estruturar não como mera imposição externa, mas como adesão afetiva dos próprios indivíduos aos que os dominam.

3.3. ADORNO E A SUBJETIVAÇÃO DO AUTORITARISMO: O DESEJO DE SERVIDÃO

Se, em Spinoza, a servidão ancora-se numa economia dos afetos que captura os indivíduos pela promessa de segurança, é em Theodor W. Adorno (1903-1969) que essa problemática vai se aprofundar, por meio da análise das formações psíquicas e sociais as quais tornam possível a internalização da autoridade. Para o filósofo alemão, a submissão deixa de ser apenas efeito de afetos instáveis para se consolidar como traço estável da subjetividade, pelo qual os sujeitos passam a desejar o próprio jugo. Ao analisar a personalidade autoritária e os mecanismos de propaganda fascista, Adorno explica como a dominação moderna se apoia em processos de regressão subjetiva, identificação com o líder e enfraquecimento da capacidade crítica. Nesse contexto, a servidão manifesta-se sob a forma de um apoio ativo das massas à supressão da democracia, deflagrado na convergência de fatores sociais, psíquicos e culturais.

O musicólogo, compositor e sociólogo (além de filósofo) Theodor W. Adorno pode ser considerado um dos nomes mais proeminentes da Escola de Frankfurt, surgida na década de 1930 na Alemanha. Seu trabalho foi fortemente influenciado pela obra de Wilhelm Reich (1988), primeiro psicanalista alemão a ampliar o leque de relações entre psicanálise e marxismo. O trabalho precursor de Reich permitiu estabelecer uma profunda relação entre dois campos: de um lado, a submissão do povo alemão aos desígnios de um *Führer* (o autodenominado *líder*) e às ideias revanchistas de Adolf Hitler; do outro lado, o recolhimento libidinal de Freud, que leva a criança a sentir medo, e o modo como a sociedade encara isso com naturalidade, impedindo o infante de se rebelar contra a dominação despótica.

A inibição moral da sexualidade natural na infância, cuja última etapa é o grave dano da sexualidade genital da criança, torna a criança medrosa, tímida, submissa, obediente, "boa" e "dócil", no sentido autoritário das palavras. Ela tem um efeito de paralisação sobre as forças de rebelião do homem, porque qualquer impulso vital é associado ao medo; e como sexo é um assunto proibido, há uma paralisação geral do pensamento e do espírito crítico. Em resumo, o objetivo da moralidade é a criação do indivíduo submisso que se adapta à ordem autoritária, apesar do sofrimento e da humilhação. Assim, a família é o Estado autoritário em miniatura, ao qual a criança deve aprender a se adaptar, como uma preparação para o ajustamento geral que será exigido dela mais tarde. A estrutura autoritária do homem é

basicamente produzida — é necessário ter isto presente — através da fixação das inibições e medos sexuais na substância viva dos impulsos sexuais. (Reich, 1988, p. 45)

O trabalho de Wilhem Reich rendeu frutos na medida em que foi crítico o suficiente para sua expulsão da IPA (*International Psychoanalytical Association*). Como um continuador mais erudito da linguagem tanto de Reich quanto de Walter Benjamin (1892-1940), Adorno situa-se em uma natural linha de continuidade da pesquisa contemporânea, transitando entre os saberes da Psicanálise e da crítica marxista à sociedade burguesa.

Não é intuito deste escrito deter-se profundamente no trabalho de Adorno, mas sim mostrar o quanto as palavras de La Boétie podem ressoar na teoria crítica da Escola de Frankfurt. Por tal razão, tem-se, na escolha do artigo *Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista* (Adorno, 2015), a promessa de maior interlocução com a reflexão boeciana, sem, no entanto, deixar de lado a importância do livro *Estudos sobre a personalidade autoritária* (Adorno 2019), obra esta que se situa na esteira de outros estudos do autor sobre a indústria cultural e suas formas sutis de articulação com um ideal estético efêmero (Adorno, 2002). Desse recorte referencial, destaca-se que o pensador de Frankfurt entende o quanto as massas podem ser utilizadas para apoiar líderes ditatoriais, na medida em que vê “a abolição da democracia através do apoio das massas contra o princípio democrático” (Adorno, 2015, p. 154). Ao citar Freud como antecipador do entendimento psicológico de um novo tipo de sofrimento psíquico, Adorno tenta encontrar o mecanismo psicológico que transforma o sujeito em uma massa, do tipo desejado pela política hitlerista.

O padrão libidinal do fascismo e toda a técnica dos demagogos fascistas são autoritários. É aqui que as técnicas do demagogo e do hipnotizador coincidem com o mecanismo psicológico através do qual os indivíduos são levados a se submeter às regressões que os reduzem a meros membros de um grupo. (Adorno, 2015, p. 163)

Esse enlace primitivo, quase um efeito de irracionalidade a envolver os grupos, exige uma forma de submissão, o que já havia sido apontado por La Boétie, quando este considera que há coisas tão difíceis e enraizadas na vida das pessoas que a esperança de um líder despótico torna a liberdade humana secundária diante das promessas de felicidade (Ferreira, 2025).

Mas os médicos certamente aconselham que não se ponha a mão nas feridas incuráveis; e não sou sensato ao querer pregar isso ao povo que há muito perdeu todo conhecimento e que, por não sentir mais o seu mal, bem mostra que sua doença é mortal. Por conjectura procuremos então, se pudermos achar, como enraizou-se tão antes essa obstinada vontade de servir que agora

parece que o próprio amor da liberdade não é tão natural. (La Boétie, 2022, p. 92)

A abdicação da liberdade individual, tão cara a Freud e a Adorno, como uma espécie de fragilidade na forma de se interiorizar, já é explicitada por La Boétie em seu texto do século XVI. É importante frisar que tanto Adorno quanto Freud concordam que há dimensões humanas mais complexas, aquelas advindas da genitalidade, que exigem uma dose maior de investimento libidinal dos sujeitos. Em situações de dificuldades básicas, o medo recrudescer a libido a uma forma mais rudimentar, “primitiva”, como se diz na linguagem psicanalítica. O ser primitivo age de maneira menos complexa com suas idiossincrasias, passa a agir de acordo com o ideal estabelecido pelo grupo, deixando de lado o que realmente o particulariza frente às pessoas que o cercam. “A irracionalidade redesperta do seguidor é, assim, bastante racional do ponto de vista do líder” (Adorno, 2015, p. 166). É uma racionalidade certamente, mas ela é rasteira, sem a complexidade que permite conhecer os detalhes que levam a certas situações “repentinhas”. Para Adorno (2002), esse é justamente o papel da mídia e dos meios de comunicação de massa, pois facilita demasiadamente a comunicação humana, a ponto de manter os padrões tais como os investidores desses veículos assim o desejam. Os padrões se tornam estereótipos sociais, figuras de uma simplicidade atroz, as quais servem para que demagogos ganhem dinheiro com facilidade explorando a fragilidade emocional das pessoas. (Ketzer, 2017).

Da razão que nasce conosco ou não, o que é uma questão debatida a fundo pelos acadêmicos e abordada por toda a escola dos filósofos, por ora não pensaria falhar ao dizer o seguinte: há em nossa alma alguma semente natural de razão que, mantida por bom conselho e costume, floresce em virtude e, ao contrário, frequentemente sufocada, aborta, não podendo enfrentar os vícios sobrevivendo. (La Boétie, 2022, p. 93)

La Boétie já enxerga uma situação tênue o bastante na maneira como os filósofos pensam. Eles parecem não levar em conta os detalhes que prendem a razão a formas estereotipadas. Essa pobreza também é algo a que as pessoas se acostumam, pois ela se arraiga em uma vida na qual se leva em conta o que é mais fácil para a adaptação. O problema é adaptar-se a modos de vida sem ter a liberdade para poder descobrir, por si mesmo, o que se é e o que se quer da vida.

Mas em verdade de nada serve debater se a liberdade é natural, pois não se pode manter alguém em servidão sem malfazer e nada há mais contrário ao mundo que a injúria, posto que a natureza é completamente razoável. Portanto, resta à liberdade ser natural do mesmo modo que, no meu entender, nascemos não somente de posse de nossa franquia mas também com afeição para defendê-la. (La Boétie, 2022, p. 95)

Em tempos modernos, a liberdade, como ideia, passa por elementos que a percepção consciente não compreende de forma racional – ou melhor, diz ser racional, mas sente como irracional. Essa impossibilidade de compreensão leva o ser humano a um estado depressivo ou a uma mania, quando ele sente que sua vida é tão miserável que a submissão é a melhor escolha. “Os bichos — valha-me Deus! — se os homens não se fizerem de surdos, gritam-lhes: viva a liberdade!” (La Boétie, 2022, p. 95). Contudo, a frase de La Boétie não leva em consideração o quanto a aparência de liberdade dos animais não demonstra como o ser humano, de fato, faz escolhas em sua vida. Já na perspectiva de Adorno, o humano é um ser livre em função das suas escolhas, é livre porque pensa e, dessa forma, escolhe o que é melhor para si.

Há três tipos de tiranos: uns obtêm o reino por eleição do povo; outros pela força das armas; outros por sucessão de sua raça. Como se sabe bem, os que o adquiriram pelo direito da guerra comportam-se nele como se estivessem (costuma-se dizer) em terra conquistada. (La Boétie, 2022, p. 98)

A guerra, afinal, é o fim da diplomacia e da possibilidade de guiar a vida de modo a estar com a família e a dar alegrias ao país. Com a guerra, a condição mais bestial da humanidade, o tirano acaba levando o seu povo à destruição e à total ausência de liberdade. Nesse cenário, La Boétie, assim como Adorno, mostra o quanto há um modelo de guerra híbrida na sociedade. Essa guerra híbrida vale-se de publicidade e propaganda, seja governamental ou de parceiros, os quais falseiam números e estatísticas para sustentar o *stablishment*, o programa de governo, com a finalidade de manter a aparência de que as coisas estão bem, quando de fato não estão.

Por sua vez, Adorno denuncia de forma radical que, na sociedade de massas, a dominação apoia-se em mecanismos psíquicos de regressão, identificação e empobrecimento da capacidade crítica. Refere ele que tanto a personalidade autoritária quanto a eficácia da propaganda fascista demonstram que a servidão moderna não se sustenta apenas por estruturas econômicas ou institucionais, mas por formas específicas de subjetivação que produzem o desejo de submissão. Sendo assim, toda a investigação política é também uma investigação filosófica, pois nela se investiga a realidade em todos os seus interstícios. Cabe ao filósofo a coragem de investigar e se aproximar da verdade. Uma verdade complexa e repleta de meandros que, embora nunca termine de ser investigada, tem justamente na sua ausência o advento do impulso investigativo.

Tendo em vista o percurso desenvolvido ao longo deste capítulo, fica evidente que a ideia de servidão voluntária, formulada por Étienne de La Boétie no século XVI, não fica restrita a um diagnóstico histórico da tirania absolutista, mas aponta para a

constituição de uma problemática estrutural da experiência política. Pode-se marcar que a genialidade do pensador é que ele traz uma ideia inédita, uma interrogação que atravessou os séculos ao deslocar o foco da figura central do líder tirano, endereçando tal inquietação para outra pergunta: *por que os sujeitos se submetem?*

Por esse prisma, a articulação entre La Boétie, Platão, Spinoza e Adorno permite afirmar que a servidão voluntária é um fenômeno transversal. Nesse horizonte, se entrelaçam poder, afetos, crenças, linguagem e modos de constituição do sujeito, o que permite considerar a liberdade não como a simples ausência de coerção, mas como uma conquista ética e política permanentemente ameaçada por processos internos de alienação. Trata-se, pois, de mais um ponto de apoio para a hipótese de uma intervenção teórica psicanalítica. Se a servidão não se explica apenas pelas estruturas externas de dominação, torna-se indispensável investigar os mecanismos inconscientes do sujeito e dos grupos que sustentam a adesão ao poder do tirano.

4. PSICANÁLISE E A ERRÂNCIA DO SUJEITO: DESEJO, PODER E SUBMISSÃO

A Psicanálise, inaugurada por Sigmund Freud no final do século XIX, constitui-se como uma ciência do inconsciente, a partir da constatação de que a vida psíquica humana não se reduz à consciência. Ao investigar os sintomas histéricos, Freud demonstrou que pensamentos, desejos e lembranças recalçadas continuam ativos, produzindo efeitos no comportamento e no sofrimento dos sujeitos. Assim, a Psicanálise propõe um campo de saber que rompe com a ideia de um sujeito plenamente racional e situado de si mesmo, afirmando a existência de processos psíquicos inconscientes que determinam, em grande medida, a experiência humana. Logo, enquanto saber, a Psicanálise não se limita a uma técnica terapêutica, mas propõe um modelo teórico para compreender o funcionamento do aparelho psíquico. Freud descreve esse funcionamento por meio de conceitos fundamentais como inconsciente, recalque, pulsão e repetição. O inconsciente, longe de ser um simples depósito de conteúdos esquecidos, é concebido como um sistema dotado de lógica própria, regido por leis específicas.

A especificidade científica da Psicanálise reside em seu método de investigação, baseado na escuta e na interpretação do que fala o paciente, operando a partir do discurso, reconhecendo que a verdade do sujeito não se apresenta de forma direta, mas de modo fragmentado, cifrado, mascarado. Outro aspecto central dessa ciência é sua concepção do sofrimento psíquico como efeito de conflitos intrapsíquicos e das exigências da vida em sociedade. Freud demonstra que o mal-estar, o desconforto subjetivo não é um “acidente” isolado, mas uma condição estrutural da existência humana, resultante, muitas vezes, do embate entre as pulsões e as normas culturais. Em *O mal-estar na civilização* (1930), um dos textos de Freud que inscreve a Psicanálise também como uma teoria crítica da cultura e da vida social, afirma ele que a cultura impõe renúncias pulsionais inevitáveis, produzindo diferentes consequências como angústia, culpa e sintomas:

Grande parte das lutas da humanidade centralizam-se em torno da tarefa única de encontrar uma acomodação conveniente – isto é, uma acomodação que traga felicidade – entre essa reivindicação do indivíduo e as reivindicações culturais do grupo, e um dos problemas que incide sobre o destino da humanidade é o saber se tal acomodação pode ser alcançada por meio de alguma forma específica de civilização ou se esse conflito é irreconciliável. (Freud, 1930 [1929] /1980, p.116)

Nessa perspectiva, o presente capítulo aborda o problema central desta pesquisa, que consiste em compreender quais mecanismos psíquicos inconscientes podem sustentar a adesão subjetiva de indivíduos e coletividades a formas de dominação autoritária, mesmo quando estas produzem sofrimento, perda de autonomia e intensificação do mal-estar. Parte-se da premissa de que a servidão voluntária não pode ser explicada apenas por fatores conscientes, racionais ou socioeconômicos, mas exige uma abordagem que considere o papel do inconsciente, do narcisismo em seus elementos eu ideal e ideal do eu, das identificações, do desamparo e das modalidades de gozo psíquico implicadas no laço social.

As seções subsequentes propõem o fundamento teórico da investigação, retomando a descoberta do inconsciente, em Freud, e sua ampliação para o campo da psicologia dos grupos e das massas. Ao examinar textos centrais como *Introdução ao narcisismo* (1914), *O inconsciente* (1915) e *Psicologia das massas e análise do eu* (1921), percebe-se que a vida psíquica individual é atravessada por processos inconscientes que também se fazem valer de modos de operar em nível coletivo. Essa perspectiva permite deslocar a compreensão do fenômeno da adesão política para além da consciência e da racionalidade instrumental, sustentando a tese de que escolhas e comportamentos de massa são fortemente influenciados por desejos, fantasias e identificações inconscientes. Assim, pode-se pensar a submissão coletiva como um efeito estrutural do funcionamento psíquico, e não como simples alienação ou ignorância.

Essa problemática aprofunda-se mediante a análise das dinâmicas psíquicas do fascínio pelo líder e dos processos de identificação, elementos que ajudam a compreender a coesão das massas e a obediência voluntária. A partir do diálogo entre Freud e Gustave Le Bon, investiga-se de que modo o líder ocupa o lugar do ideal do eu, tornando-se o foco de investimentos libidinais que organizam o vínculo entre os membros da massa. Procura-se, ainda, articular os aludidos elementos à noção de caráter sadomasoquista, ao conceito de desamparo e à problemática da servidão voluntária, aprofundando a análise do sofrimento implicado na submissão. A partir de Freud, Fromm, Rouanet e, sobretudo, Joel Birman, investiga-se de que modo o masoquismo moral e o desamparo operam como núcleos organizadores de determinadas formas de subjetivação, nas quais o sujeito encontra, no sofrimento e na submissão, uma modalidade paradoxal de satisfação e proteção contra o horror do abandono. A seção dedicada a esse tema busca responder diretamente ao problema de pesquisa,

demonstrando como a adesão ao autoritarismo pode funcionar como uma tentativa inconsciente de tamponar o desamparo, mesmo que isso implique a renúncia à autonomia e à liberdade, tal como já intuído por La Boétie em sua reflexão sobre a servidão voluntária.

Em suma, o presente capítulo aponta a hipótese de que a dominação autoritária e a adesão subjetiva das massas não são apenas fenômenos políticos ou ideológicos, mas expressões de uma economia psíquica marcada pelo inconsciente, pelas questões narcísicas do eu ideal e do ideal do eu, pelo masoquismo e pelo desamparo. Ao articular Psicanálise e teoria política, pretende-se oferecer uma leitura que contribua para a compreensão crítica dos modos contemporâneos de assujeitamento e de produção do mal-estar no laço social.

4.1. O EU NÃO É SENHOR EM SUA PRÓPRIA CASA: O INCONSCIENTE

A teoria psicanalítica trouxe profundas implicações para a compreensão do funcionamento mental humano, em especial no que se refere à ideia do inconsciente. Freud afirmava que “o ego não é o senhor da sua própria casa” (1980, p. 178), indicando que grande parte dos pensamentos, desejos e impulsos do indivíduo escapa à consciência e organiza-se de maneira independente. Portanto, o conceito de inconsciente é o núcleo, o objeto de investigação da Psicanálise.

Desde seus primeiros escritos, Sigmund Freud sinaliza a existência de processos psíquicos que escapam ao controle da consciência e influenciam intensamente a vida do sujeito. Entretanto, é com a publicação do texto *O inconsciente* (1915) que esse conceito é estruturado em termos metapsicológicos⁹, integrando-se ao conjunto dos artigos fundamentais para a construção da Psicanálise como ciência do psiquismo, ao lado de textos como *Recalque* e *Pulsões e suas vicissitudes*. Freud sistematiza a instância psíquica do inconsciente marcando sua diferença em relação às concepções filosóficas ou psicológicas superficiais de então, segundo as quais o inconsciente era entendido tão somente como ausência, falta de consciência. É a hipótese da existência dessa instância psíquica que torna possível compreender as formações dos sintomas, os sonhos ou os

⁹ Metapsicologia é um termo criado por Freud “para designar a psicologia por ele fundada, considerada na sua dimensão mais teórica.” (Laplanche; Pontalis, 1986, p.361)

lapsos. No mesmo escrito, o autor apresenta o inconsciente com propriedades (características) específicas fundamentais, que o diferenciam da consciência:

1. Isenção ou ausência de contradição: podem coexistir, no inconsciente, uma ideia e seu oposto sem se anularem.
2. Predomínio do processo primário: nos mecanismos psíquicos, como a condensação e o deslocamento, a intensidade de energia psíquica pode se deslocar de uma ideia para outra; pelo “processo de condensação pode apropriar-se de toda catexia de outras ideias” (Freud, 1915/1980, p. 214).
3. Intemporalidade: não existe cronologia ordenada, não há alteração com a passagem do tempo, sendo essa referência do temporal pertinente ao trabalho do sistema consciente, não do inconsciente.
4. Substituição da realidade externa pela psíquica: não é levada em consideração a realidade externa, prevalecendo a realidade interna (do inconsciente) como parâmetro.

Outro ponto importante em *O inconsciente* refere-se à distinção entre duas modalidades: o *descritivo* e o *dinâmico*. O inconsciente descritivo abarca os conteúdos que não se encontram na consciência em determinado momento, mas que poderiam a ela retornar sem obstáculos como, por exemplo, lembranças que estão momentaneamente esquecidas e que podem ser recuperadas mediante o foco da atenção para si ou pela associação. Já o inconsciente dinâmico corresponde ao material que foi recalcado, mantido afastado da consciência por uma força defensiva. Freud enfatiza que o recalque não consiste em eliminar a ideia, mas em impedir que ela venha a se tornar consciente. Trata-se, portanto, de representações (ideias) ativas, mas impedidas de se tornarem conscientes devido a um conflito psíquico. Tal distinção é importante pois revela que o inconsciente não é apenas um reservatório passivo de conteúdos esquecidos, mas uma instância viva, dinâmica, atravessada por forças de repressão e de retorno. Portanto, permite compreender, quando levada para o campo das relações sociais, como determinados conteúdos psíquicos e de funcionamento no laço social podem ser sistematicamente silenciados, mas nunca deletados ou anulados, podendo eles retornar transformados, na forma de discursos, práticas ou identificações coletivas que escapam à racionalidade consciente.

Pela ótica freudiana, que enfatiza que os conteúdos recalcados não permanecem inertes ou nulos, mas sempre buscam formas de retornar à consciência, esses conteúdos

aparecem de maneira distorcida, sob a forma de sintomas (como as paralisias histéricas), lapsos ou sonhos. Essa premissa permite pensar que ideologias autoritárias funcionam como vias de retorno de conteúdos recalcados no laço social, por meio das quais desejos de submissão, fantasias de onipotência e identificações com figuras de poder podem emergir como respostas a diferentes realidades psíquicas. Nessa dinâmica, o que é recalcado pode retornar sob a forma de irracionalidade política, discursos de ódio, adesão cega a líderes e movimentos de massa que desafiam a lógica racional.

O importante a marcar aqui é que a mesma lógica que contribui para entendimentos na clínica singular de sujeitos em sofrimento psíquico também auxilia na compreensão de que a adesão coletiva não pode ser explicada apenas por fatores conscientes, como interesses materiais ou cálculos racionais, sendo atravessada por fatores inconscientes. Portanto, o texto *O inconsciente* é um marco na metapsicologia freudiana com impacto cultural e político na humanidade, desestabilizando a tradição ocidental caracterizada pelo sujeito da razão. Essa concepção redefine a ideia de sujeito e abre caminho para análise de fenômenos coletivos e políticos, uma vez que revela como desejos, identificações e fantasias inconscientes influenciam as escolhas dos grupos e das massas. Nesse sentido, a descoberta do inconsciente possibilitou uma outra articulação hipotética nas pesquisas sobre o comportamento da multidão, o que acarretou até mesmo uma aplicação instrumental da teoria psicanalítica, como ilustrado no documentário *O século do Ego*¹⁰.

4.2. O EU IDEAL REENCONTRADO NO OUTRO: NARCISISMO E LAÇO COM O LÍDER

É no seu texto *Psicologia das massas e análise do eu* (1921) que Sigmund Freud revela que o comportamento coletivo não é apenas resultado de fatores externos, mas emerge de processos inconscientes estruturais. Ele parte da afirmação que

[...] na vida psíquica do ser individual, o Outro é, via de regra, considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário, e, portanto, a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado. (Freud, 1921/2011, p. 14)

¹⁰ *The Century of the Self* (O século do Ego) é um documentário de 2002 dirigido por Adam Curtis, exibido pela BBC, que mostra como as teorias de Sigmund Freud, de sua filha Anna Freud, e de seu sobrinho Edward Bernays foram usadas por governos e empresas multinacionais para controlar e manipular as massas para o consumo e para atingir seus objetivos políticos.

Porém acredita-se que, para compreender a força dessa afirmação em toda a sua extensão, é necessário revisar um texto anterior – *Introdução ao narcisismo* (1914), no qual Freud elabora fundamentos metapsicológicos essenciais para sua teoria.

Psicologia das massas e análise do eu foi fortemente influenciado pela experiência da Primeira Guerra Mundial (Roudinesco, 2016). No texto, Freud busca analisar o comportamento de massa, tendo em vista a extensão da barbárie perpetuada durante o conflito mundial, que demonstrou a inegável propensão humana à violência e à destruição. Ao longo da reflexão, o psicanalista retoma ideias de autores que também se debruçaram sobre a questão das massas, tais como Scipio Sighele, William McDougall, Wilfred Trotter, Gabriel Tarde e, principalmente, Gustav Le Bon. Na aludida obra, Freud analisa o comportamento dos homens dentro da massa, buscando responder três grandes questões: o que é uma massa, como pode a massa influenciar decisivamente na vida psíquica de um indivíduo e em que consiste essa modificação psíquica (1921/2011, p. 17). O autor refere que a maneira mais adequada de abordar essas questões seria começar pela última, a qual analisa o material da psicologia das massas pela observação da reação alterada do indivíduo.

Para Freud, o campo de estudo conhecido como psicologia das massas examina a conduta do indivíduo não isoladamente, mas como membro de uma coletividade. O exame abrange o papel desse indivíduo dentro de grupos sociais estabelecidos, a exemplo das classes ou castas, ou dentro de formações temporárias, como uma multidão (massa) reunida para uma finalidade específica (Freud, 1921/2011, p.15). A massa, portanto, não é apenas uma soma de indivíduos reunidos fisicamente; é, antes, uma formação psíquica coletiva que se organiza a partir de questões psíquicas. No mesmo sentido, Le bon aponta que

[...] a massa psicológica é um ser provisório, composto de elementos heterogêneos que por um instante se soldaram, exatamente como as células de um organismo formam, com a sua reunião, um ser novo que manifesta características bem diferentes daquelas possuídas por cada uma das células. (Le Bon, 2009, p. 11)

Também aponta Freud, citando a obra *A mente grupal* de McDougall, que:

[...] a condição para que se forme uma massa, a partir dos membros casualmente juntados de uma multidão, é que esses indivíduos tenham algo em comum, um interesse partilhado num objeto, uma orientação afetiva semelhante em determinada situação e um certo grau de capacidade de influenciar uns aos outros. (Freud, 1921/2011, p. 34)

Freud continua afirmando que, em uma massa, as emoções tendem a ser amplificadas, a crítica e a moralidade individuais são reduzidas, rebaixadas, e o indivíduo pode agir de um modo que jamais agiria sozinho. Isso, porque, segundo ele, a massa oferece uma sensação de anonimato e impunidade, pela qual o medo da punição, que normalmente reprime impulsos individuais, é reduzido, e as emoções podem emergir de forma mais intensa.

Ponto importante a destacar é que o texto freudiano demonstra ser a psicologia das massas, em seu fundamento, um estudo sobre como a libido¹¹ é direcionada para o líder e para os outros membros do grupo, unindo-os e moldando o seu comportamento coletivo. Freud conclui que o indivíduo é menos livre e mais facilmente influenciado do que imagina, especialmente quando se torna parte de um grupo coeso. Apreender essa dinâmica requer uma incursão ao texto freudiano de 1914, *Introdução ao narcisismo*, no qual é elaborada uma distinção estrutural que auxilia a compreensão de uma teoria do vínculo coletivo.

Em *Introdução ao narcisismo*, Freud propõe uma distinção estrutural entre libido de objeto, a energia investida em objetos externos, e libido do eu, a energia voltada para o próprio eu como objeto de amor. O estado originário, no qual não há distinção entre o sujeito (o bebê) e o mundo, o autor nomeia como narcisismo primário, afirmando que a libido encontra-se concentrada no eu, sem diferenciação entre interior e exterior, entre si mesmo e o outro. Trata-se de um estado de completude imaginária, de onipotência, no qual o sujeito ainda não experimentou a falta. Da oposição entre as formas de libido (do eu *versus* do objeto) decorre uma questão econômica¹²: "[...] quanto mais se emprega uma, mais se empobrece a outra" (Freud, 1914/2010, p. 17). Essa questão econômica, por seu turno, tem consequências diretas sobre a construção de uma via de compreensão dos fenômenos coletivos, pois quando o indivíduo passa a fazer parte de uma massa, a sua libido (que antes estava, ao menos em parte, voltada para o eu) pode ser dirigida ao líder e aos demais

¹¹ Libido é uma energia psíquica proveniente das pulsões sexuais, sendo “definida por Freud como a energia dessa pulsão (...)” (Laplanche; Pontalis, 1986, p. 344)

¹² Econômica: aqui diz respeito ao ponto de vista da economia psíquica, isto é, conceito da metapsicologia que diz respeito “à hipótese segundo a qual os processos psíquicos consistem na circulação de uma energia pulsional quantificável, isto é, suscetível de aumento, diminuição, de equivalências”. (Laplanche; Pontalis, 1986, p. 167)

membros do grupo. Nessas condições, o eu se empobrece, ao passo que o objeto coletivo se enriquece.

Para aprofundar a articulação entre *Introdução ao narcisismo* (1914) e *Psicologia das massas* (1921), é preciso trazer à baila duas formações psíquicas apresentadas no texto freudiano de 1914: o eu ideal (*ideulich*) e o ideal do eu (*ichideal*). Segundo Freud, o eu ideal corresponde à imagem de perfeição narcísica que o sujeito viveu, ou fantasiou ter vivido, no momento do narcisismo primário. O autor o descreve como o estado em que o sujeito "[...] era seu próprio ideal" (Freud, 1914/2010, p. 40). Aqui se tem a hipótese de que a atração/sedução exercida por figuras narcísicas deriva precisamente disso, pois nelas o sujeito enxerga "a conservação de um estado psíquico bem-aventurado, uma posição libidinal inatacável, que desde então nós mesmos abandonamos" (Freud, 1914/2010, p. 34). O eu ideal é, portanto, da ordem da completude imaginária, da imagem de si como totalidade sem falta, "[...] de um ideal narcísico de onipotência forjado a partir do modelo de narcisismo infantil" (Laplanche; Pontalis, 1986, p. 190).

O ideal do eu, por sua vez, é uma formação intrapsíquica que surge quando o narcisismo primário já não pode ser mantido, e o indivíduo, incapaz de renunciar à satisfação narcísica outrora desfrutada, acaba por deslocar o investimento para esse novo eu ideal. Isto é, o narcisismo não desaparece, mas sim "[...] aparece deslocado para esse novo Eu ideal que, como o infantil, se acha de posse de toda perfeição". (Freud, 1914/2010, p. 40). Portanto, se o eu ideal é aquilo que o sujeito foi um dia, ou acreditou ter sido, o ideal do eu é aquilo que o indivíduo aspira a ser, pertencendo à ordem da exigência, da falta.

É precisamente nesse último ponto que se aloja um mecanismo central apresentado por Freud em *Psicologia das massas*: a figura do líder em torno da qual a massa se organiza. Massa esta que não ocupa indistintamente as duas posições (eu ideal e ideal do eu), mas as ocupa de maneiras diferentes e complementares. É justamente essa duplicidade que torna o vínculo coletivo tão eficaz e tão difícil de dissolver. Na dimensão do eu ideal, o líder funciona como objeto de projeção: o sujeito, por pensar ter perdido sua própria grandeza narcísica, encontra no líder a encenação daquilo que ele próprio foi (ou fantasiou ter sido) – como o líder que não teme, não hesita, parece não precisar de ninguém, enfim, o eu ideal reencontrado no exterior.

Já na dimensão do ideal do eu, a operação é distinta: o líder não é apenas amado como imagem de completude, é também obedecido como se fosse a instância interna que julga e exige. Em *Introdução ao narcisismo*, Freud já havia antecipado que o ideal do eu parece requerer uma instância que o vigie continuamente: “[...] não seria de admirar se encontrássemos uma instância psíquica especial, que cumprisse a tarefa de assegurar a satisfação narcísica a partir do ideal do Eu e que, com esse propósito, observasse continuamente o Eu atual, medindo-o pelo ideal” (Freud, 1914/2010, pp. 41-42).

Em *Psicologia das massas* (1921), Freud mostra que o líder ocupa exatamente essa instância avaliadora: o líder é posto no lugar do ideal do eu pelos membros do grupo, que passam a se medir em relação a ele e a buscar nele a aprovação que antes buscavam em sua própria instância interna. “O indivíduo renuncia ao seu ideal do Eu e o troca pelo ideal da massa corporificado no líder” (Freud, 1921/2011, p.93). Nesse sentido, para o ideal do eu exercer sua função normativa, tanto no indivíduo quanto na massa, é necessária uma instância que vigie e meça. Em *Introdução ao narcisismo*, Freud identifica essa instância à consciência moral, cuja origem localiza na interiorização da voz crítica dos pais:

[...] pois a incitação a formar o ideal do Eu, cuja tutela foi confiada à consciência moral, partiu da influência crítica dos pais intermediada pela voz, aos quais se juntaram no curso do tempo os educadores, instrutores e, como uma hoste inumerável e indefinível, todas as demais pessoas do meio (o próximo, a opinião pública). (Freud, 1914/2010, p. 42)

Esse movimento de interiorização da crítica externa, cuja gênese parece estar claramente apontada já no texto de 1914, será formulado por Freud mais adiante, como conceito de supereu no texto *O Ego e o Id* (1923). Retomando *Psicologia das Massas*, essa instância adquire uma função coletiva, pela qual o líder não apenas substitui o ideal do eu individual, mas substitui também a instância que o censurava. Ao depositar no líder o lugar do ideal, o membro da massa se libera, ao menos parcialmente, da pressão interna da consciência moral. Daí a desinibição que Freud descreve como característica do comportamento coletivo: em uma massa, as emoções tendem a ser amplificadas, a crítica e a moralidade individuais são reduzidas, e o indivíduo pode agir de forma que jamais agiria sozinho:

[...] ao se reunirem os indivíduos numa massa, todas as inibições individuais caem por terra e todos os instintos cruéis, brutais, destrutivos que dormitam no ser humano, como vestígios dos primórdios do tempo, são despertados para a livre satisfação instintiva. (Freud, 1921/2010, p. 27)

Esse rebaixamento moral não é irracionalidade, mas efeito estrutural de uma transferência: a instância crítica foi deslocada do interior do sujeito para a figura do líder, que passa a ser o único árbitro do que é permitido e do que é proibido. O psicanalista Joel Birman, referindo-se ao texto freudiano sobre as massas, assinala que sua cartografia libidinal aponta para um indivíduo que, de forma regressiva, se restringiria

[...] ao registro do eu ideal, onde na massa as subjetividades seriam homogeneizadas pela identificação entre seus membros, centrados que estariam esses na figura do líder, que assumiria efetivamente a posição superior do poder. (Birman, 2019, p. 83)

A economia narcísica que subjaz ao vínculo coletivo encontra sua expressão mais clara no conceito de amor-próprio (*Selbstgefühl*), o qual Freud formula, em *Introdução ao narcisismo*, como medida do estado libidinal do eu. O amor-próprio aumenta quando a libido retorna ao eu, e diminui quando o eu é empobrecido pelos investimentos objetivos. Na vida amorosa individual, "[...] não ser amado rebaixa o amor-próprio, enquanto ser amado o eleva [...] alguém que ama perdeu, por assim dizer, uma parte de seu narcisismo, e apenas sendo amado pode reavê-la" (Freud, 1914/2010, pp. 45-46). Esse mecanismo se reproduz, em escala coletiva, no vínculo da massa com o líder. O conceito de *Verliebtheit* (apaixonamento, o estar-apaixonado) é central nesse percurso. Freud o descreve como o estado em que o objeto amado absorve a libido do ego a ponto de o sujeito se empobrecer interiormente – o objeto é posto no lugar do ideal do eu. No apaixonamento extremo, o ego se esvazia em favor do objeto, que passa a ser amado com as qualidades que o sujeito desejaria ter. O vínculo do membro da massa com seu líder tem essa estrutura: não é adesão racional, mas transferência libidinal, uma eleição em que o sujeito empobrece seu eu ao mesmo tempo em que se enriquece fantasmaticamente através do outro. Diz Freud que, no enamoramento, o eu está "[...] empobrecido, entregou-se ao objeto, colocou-o no lugar de seu mais importante componente" (1914/2010, p. 73).

Freud sintetiza o movimento do eu em uma fórmula que é também uma lei de seu desenvolvimento: "[...] forte egoísmo protege contra o adoecimento, mas afinal é preciso começar a amar, para não adoecer, e é inevitável adoecer, quando, devido à frustração, não se pode amar" (Freud, 1914/2010, p. 20). Essa fórmula ilumina o paradoxo do vínculo coletivo: o sujeito que adere à massa não o faz por fraqueza ou irracionalidade, mas porque a massa oferece uma solução libidinal para uma tensão que o eu isolado não consegue resolver. Ao dirigir sua libido ao líder e aos

companheiros de grupo, o sujeito obtém simultaneamente a participação imaginária na grandeza do ideal e o alívio da tensão com a instância que o vigia e o julga. A servidão ao coletivo é, nesse sentido, uma formação de compromisso¹³ na acepção freudiana do termo: uma solução que satisfaz simultaneamente a demandas contraditórias.

Nessa perspectiva, compreende-se por que Freud conclui que o indivíduo é menos livre e mais facilmente influenciado do que imagina, especialmente quando se torna parte de um grupo coeso. A liberdade que o sujeito cede ao ingressar na massa não é extorquida por meio da força. Ela é entregue voluntariamente, como preço a pagar por uma satisfação narcísica que o eu isolado não poderia obter de outro modo. O narcisismo, longe de ser um obstáculo ao vínculo social, é sua condição de possibilidade: é porque o sujeito busca recuperar, no outro e no ideal comum, a completude que perdeu, que ele se deixa capturar pela lógica do grupo, e, por meio dela, pela figura do líder que promete devolver ao eu aquilo que o processo de individuação tornou insustentável.

4.3 DINÂMICAS PSÍQUICAS NO FASCÍNIO E IDENTIFICAÇÃO AO LÍDER

Um dos elementos centrais para a compreensão das massas é a ideia de fascínio pelo líder. Gustav Le Bon (1841-1931) e Sigmund Freud abordaram esse tema de formas complementares. Em *Psicologia das massas*, Freud analisa a massa como uma entidade psíquica emergente, na qual os sujeitos deslocam seus vínculos afetivos para uma figura central – o líder. Ocorre, nesse caso, um processo de investimento libidinal de objeto que originalmente era dirigido a figuras parentais ou a ideais internos, deslocando-os para a figura de um líder, o que leva ao fortalecimento da coesão grupal. A identificação com o líder cria, assim, um vínculo emocional que liga os membros entre si, transformando a massa em uma extensão do eu de cada indivíduo – o eu somos nós.

É possível resgatar exemplos históricos que ilustram de forma contundente essa dinâmica. Adolf Hitler (1889-1945) na Alemanha, Benito Mussolini (1883-1945) na Itália e Francisco Franco (1892-1875) na Espanha, ao mobilizarem símbolos nacionais,

¹³ É a maneira que o recalcado (conteúdo) se usa para ser aceito no consciente, “retornando no sintoma, no sonho, e, mais geralmente em qualquer produção do inconsciente”. (Laplanche; Pontalis, 1986, p. 257)

rituais públicos e discursos carregados de emoção na promessa de ordem, segurança e identidade nacional, foram objetos psíquicos de representação coletiva de grandeza e proteção, estabelecendo um laço identificatório com a população de suas nações e, em consequência, consolidando a adesão e submissão voluntária às suas ideias. Do mesmo modo, na União Soviética, Lênin e posteriormente Stalin construíram cultos à personalidade os quais organizaram as projeções coletivas de esperança, proteção e grandeza nacional, demonstrando a centralidade da transferência psíquica na coesão da massa.

Gustave Le Bon, em *Psicologia das multidões* (2009), aborda o fascínio pelo líder sob uma perspectiva sociopsicológica, destacando a *sugestibilidade* da massa e o poder do carisma (fascínio) do líder para mobilizar emoções coletivas. Segundo Le Bon, os indivíduos em grupo tornam-se mais sugestionáveis e menos racionais, sendo fortemente influenciados por gestos, palavras e símbolos do líder. O fascínio emerge da confiança e autoridade que o líder transmite, capaz de gerar adesão imediata e intensa. A massa tende a homogeneizar suas emoções, amplificando o efeito do líder por meio do contágio emocional. Aplicando a análise de Le Bon aos exemplos históricos, observa-se que Hitler e Mussolini exerceram forte efeito de contágio emocional, mobilizando massas não apenas pela argumentação racional, mas pela atmosfera de entusiasmo e pela grandiosidade performática e simbólica de suas aparições. Em todos os casos, o efeito do líder sobre a massa dependia menos de sua coerência intelectual e mais da capacidade de gerar emoção e identificação, provocando adesão e submissão amplamente inconscientes.

Apesar das diferenças teóricas, na medida em que Freud enfatiza processos psíquicos inconscientes e de identificação, e Le Bon destaca sugestão, carisma e contágio emocional, os pensadores convergem ao reconhecer que o fascínio pelo líder é um fator determinante para a coesão da massa. A análise combinada das reflexões de ambos permite compreender que a adesão a líderes autoritários não se limita à manipulação racional ou política; trata-se de um fenômeno que articula processos individuais e coletivos, psíquicos e sociais, e que se manifesta em contextos históricos variados, como os regimes totalitários do século XX. Dessa forma, a perspectiva freudiana esclarece os mecanismos internos de deslocamento e investimento libidinal, enquanto a perspectiva de Le Bon evidencia a força do carisma e do contágio emocional, compondo um quadro abrangente do fascínio pelo líder e de sua centralidade na dinâmica das massas.

O fascínio exercido por um líder é um dos elementos mais característicos da psicologia de massas. Freud (1921/2011) diferencia identificação e enamoramento extremo, sugerindo que, enquanto na identificação o Eu se enriquece com os atributos do objeto, no enamoramento (que leva à servidão) o Eu se empobrece, submetendo-se ao objeto de forma a restringir sua própria autonomia. Segundo a abordagem freudiana do tema do fascínio, a identificação e o enamoramento podem ser diferenciados quando se desenvolvem em suas formas mais intensas, que seriam o fascínio e a servidão.

No primeiro caso o Eu se enriqueceu com os atributos do objeto, ‘introjetou-o’, na expressão de Ferenczi; no segundo ele está empobrecido, entregou-se ao objeto, colocou-o no lugar de seu mais importante componente. (Freud, 1921/2011, p. 144)

Freud aponta uma dinâmica que reside na complexidade das relações objetais, na forma como o Eu se molda ou se esvazia diante do outro. Contudo adverte que, sob uma perspectiva econômica, a ideia de enriquecimento ou empobrecimento não capta a totalidade do fenômeno. O enamoramento extremo, mesmo na servidão, pode ser descrito como se o Eu introjetasse o objeto, ainda que de uma forma que o submete. Portanto, a distinção que permite desvendar o cerne do fascínio e da servidão reside no destino do objeto. Na identificação, o objeto é de alguma forma, perdido ou renunciado, e é aí que o Eu o reintegra, transformando-se parcialmente na sua imagem. Já no caso do enamoramento que culmina na servidão, o objeto não é perdido; ele é obstinadamente conservado e superinvestido. À sua própria custa, o eu dedica uma parte substancial de si a esse objeto, tornando-o o seu centro de gravidade. É uma entrega que, ao invés de expandir, restringe o eu, mantendo-o cativo em uma incessante busca pela manutenção do objeto (Freud, 1930/1980, p.144). “Contra todas as provas de seus sentidos, um homem que se ache enamorado declara que ‘eu’ e ‘tu’ são um só, e está preparado para se conduzir como se isso constituísse um fato” (Freud, 1930/1980, p.83). Em síntese, a reflexão freudiana convida a ir além das aparências, compreendendo que tanto o fascínio quanto a servidão enamorada são manifestações complexas de como o eu se relaciona com o outro, seja assimilando-o para se fortalecer, seja se esvaziando para mantê-lo presente.

Existem dois tipos de laços afetivos que se podem estabelecer: um entre o sujeito e o líder, outro da massa entre si, podendo este laço se dar pela via do ódio, considerando que “[...] o ódio a uma pessoa ou instituição determinada poderia ter efeito unificador e provocar ligações afetivas (Freud, 1921/2011, p. 127), bem como registrando que a mais antiga manifestação de ligação afetiva a um outro sujeito é a

identificação. Nessa perspectiva, no capítulo VII de *Psicologia das Massas*, Freud propõe três tipos principais de identificação, o quais podem se manifestar isoladamente ou em conjunto:

1. uma identificação primária, que toma o genitor como figura idealizada, sendo esta decisiva para a formação do ideal de eu;
2. uma segunda identificação, que denomina regressiva, descrevendo-a como um mecanismo que ocorre após a perda de um objeto de amor. O ego, tomando o objeto perdido, assume para si as características dele. Dessa forma, a libido que estava investida no objeto retorna para o ego, e a relação ambivalente (de amor e ódio) com o objeto se internaliza, transformando-se em autocrítica e autoagressão, características marcantes da melancolia. A identificação neste caso é como um substituto regressivo da catexia objetal;
3. uma terceira identificação, que se dá por uma qualidade comum, sendo este tipo o mais relevante para a psicologia das massas.

Argumenta Freud que indivíduos podem se identificar uns com os outros não por uma relação direta de amor ou por terem o mesmo objeto de amor, mas por compartilharem um traço comum (qualidade) significativo. “Ela [a identificação] pode surgir com qualquer nova percepção de uma qualidade comum partilhada com alguma outra pessoa que não é objeto do instinto sexual” (Freud, 1921/2011, p. 136). Na massa, essa identificação se dá geralmente em relação a um líder (ou a um ideal que o líder representa). Cada membro da massa renuncia ao seu próprio ideal do eu e o substitui pelo ideal do eu do líder, ou identifica seu próprio ideal do eu com o do líder.

Ainda no tocante ao tema, Freud vai afirmar que os sentimentos sociais repousam nas identificações com outros sujeitos sobre o fundamento de possuírem o mesmo ideal do eu (Freud, 1921/2011, p. 52). E segue ele, no texto *O futuro de uma ilusão* (1927/1980), apontando a existência de uma certa identificação das classes oprimidas com as classes que as dominam e exploram, marcando que os oprimidos podem estar emocionalmente ligados a seus senhores, “[...] apesar de sua hostilidade para com eles, podem ver neles os seus ideais” (Freud, 1927/1980, p. 25). Por analogia, se pode associar essa dinâmica à identificação com o agressor referida por Anna Freud (1895-1982), a qual consiste em se identificar com seu agressor, podendo assumir a

postura de agressividade total ou parcialmente, imitando física ou moralmente o opressor (Laplanche; Pontalis, 1986, p. 299).

O conceito de *identificação com o agressor*, no entanto, encontra sua matriz conceitual em Sándor Ferenczi (1873-1933), quando este descreve como a criança, diante do trauma, submete-se à vontade do agressor, antecipando seus desejos e reorganizando sua experiência psíquica a partir dele. Para o autor, esse mecanismo constitui uma resposta psíquica diante de situações de extrema vulnerabilidade e ameaça. Em vez de permanecer em uma posição passiva frente à violência, o sujeito tende a se identificar com aquele que o agride, incorporando suas características e, desse modo, reduzindo a angústia decorrente do desamparo. Ferenczi descreve esse processo ao afirmar que, diante do terror, a criança submete-se à vontade do agressor, antecipando seus desejos e identificando-se com ele como forma de sobrevivência psíquica:

As crianças sentem-se física e moralmente sem defesa, sua personalidade é ainda frágil demais para poder protestar, mesmo em pensamento, contra a força e a autoridade esmagadora dos adultos que as emudecem, podendo até fazê-las perder a consciência. *Mas esse medo, quando atinge seu ponto culminante, obriga-as a submeter-se automaticamente à vontade do agressor, a adivinhar o menor de seus desejos, a obedecer esquecendo-se de si mesmas, e a identificar-se totalmente com o agressor.* Por identificação, digamos, por introjeção do agressor, este desaparece enquanto realidade exterior, e torna-se intrapsíquico; mas o que é intrapsíquico vai ser submetido, num estado próximo do sonho — como é o transe traumático —, ao processo primário, ou seja, o que é intrapsíquico pode, segundo o princípio de prazer, ser modelado e transformado de maneira alucinatória, positiva ou negativa. (Ferenczi, 1933/1992, p. 102)

Trata-se, portanto, de uma estratégia defensiva radical, pela qual a submissão e a identificação funcionam como modos de preservação do eu diante da ameaça. Ainda que formulada no contexto da clínica do trauma infantil, essa concepção permite ampliar a compreensão dos mecanismos inconscientes mobilizados em situações de violência, alcançando também contextos sociais e políticos nos quais a autoridade opressora é introjetada, reproduzida e sustentada pelos próprios sujeitos. Essa dinâmica psíquica, em que as identificações se apresentam de diferentes formas e tomam variados destinos, leva à possibilidade de uma aproximação com reflexões políticas mais amplas, podendo ser esse um dos pontos em que a Psicanálise encontra um meio de interseção com a filosofia política de Étienne de La Boétie, no sentido de complexificar o enigma da adesão à dominação.

4.4. O CARÁTER SADOMASOQUISTA, O DESAMPARO E A SERVIDÃO

No campo de intersecção entre Psicanálise e teoria política insere-se a análise de Sérgio Paulo Rouanet (2001), filósofo e ensaísta brasileiro, que recupera a contribuição de Erich Fromm (1900-1980) para o entendimento da adesão subjetiva ao autoritarismo, com base na leitura deste acerca do fenômeno do nacional-socialismo na Alemanha dos anos 1930. Para Rouanet, Fromm apontou a existência de um caráter social sadomasoquista, a partir do qual as pessoas desenvolvem uma “[...] necessidade de sofrer e fazer sofrer, de oprimir e ser oprimido, de obedecer à autoridade e exercer a autoridade” (Rouanet, 2001, p. 55). Pela lógica do masoquismo, uma vez que o ódio ao agressor fica impedido de se exteriorizar, a “[...] agressividade é reprimida e canalizada contra os mais fracos” (Rouanet, 2001, p.56). Sob tal perspectiva, entra em jogo um conceito caro à Psicanálise: o sadomasoquismo, definido como uma forma de satisfação pulsional pela qual questões importantes da sexualidade estariam intimamente associadas à lógica de sofrer e fazer sofrer, revelando como o aparelho psíquico articula prazer e dor em sua economia libidinal. Nesse sentido, o sofrer e fazer sofrer tem destaque na metapsicologia freudiana na medida em que articula pulsão, sofrimento e instâncias psíquicas. Freud, em *O problema econômico do masoquismo* (1924/1980), identifica formas distintas de masoquismo, como o erógeno, o feminino e o moral (este terceiro especialmente relevante para a compreensão do objeto da presente pesquisa), formas estas que apontam para os modos como o sofrimento é investido libidinalmente e se torna uma paradoxal fonte de satisfação.

Além disso, tendo em vista que há um afrouxamento na ligação com a sexualidade, não é necessário que o objeto que causa sofrimento seja da pessoa amada. “O próprio sofrimento é o que importa; ser ele decretado por alguém que é amado ou por alguém que é indiferente não tem importância” (Freud, 1924/1980, p. 206). Portanto, o ego aceita o sofrimento como uma punição inconsciente que pode se dar sob a forma de reparação ou submissão diante de um ideal internalizado. Nessa dinâmica, a submissão do ego ao superego não é apenas um imperativo ou uma “ética”, mas também uma forma de gozo inconsciente. Ele (o superego) impõe sua autoridade punitiva, e o ego, ao aceitar a dor como forma de expiação, encontra uma satisfação que pode ser entendida como paradoxal. Ocorre que “[...] o componente destrutivo entrincheirou-se no superego e voltou-se contra o ego.” (Freud, 1923/1980, p. 69). O

sofrimento deixa de ser exclusivamente um efeito da realidade externa e passa a ser produzido internamente. Sofrimento exigido por uma instância psíquica idealizada que, na busca da homeostase, funciona pela via da culpa. É no sofrimento que encontra uma via de satisfação.

Diante da problemática masoquista, o psicanalista Joel Birman, em seu *Arquivos do mal-estar e da resistência* (2017), menciona um tipo de laço que o sujeito faz e que não se trata de uma mera servidão ao outro; naquela servidão, reside um traço que evidencia a marca da vontade humana em ser assujeitada. Birman incrementa, assim, o debate, tirando o masoquismo de uma posição reducionista de “simples usufruto do prazer e do gozo da dor” (2017, p. 28). Ademais, põe a questão do desamparo humano no núcleo da experiência masoquista, considerando que o masoquismo seria uma modalidade de subjetivação à qual o sujeito, de forma voluntária ou involuntária, se submete ao outro na tentativa de escapar do sentimento de desamparo que é vivido como horror. Trata-se de imperativos como “[...] goze com meu corpo como quiser e me submeta, mas não me deixe sozinho com meu desamparo” e “[...] eu aceito qualquer coisa, faça comigo o que quiser, mas não me deixe desamparado” (Birman, 2017, p. 28).

De todo modo, o que está em cena na parceria masoquista é o ego, que evita a dispersão promovida pelo desamparo. Birman afirma que o outro do pacto masoquista sempre é um sujeito perverso que se acredita acima do bem e do mal, que pressupõe ter conseguido triunfar ante a sua condição de desamparo. Nessa experiência de assujeitamento, constitui-se a servidão entre o senhor e o escravo (Birman, 2017, p. 29). Por exemplo, nas palavras do ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro, “Não é luta da esquerda contra a direita. É do bem contra o mal. E nós vamos vencer essa luta, porque estarei sempre na frente de vocês!”¹⁴, tem-se a ilustração do que Birman apontou no outro do pacto masoquista. Bolsonaro se apresenta como figura que transcende conflitos políticos tradicionais (esquerda *versus* direita), colocando-se numa posição moral absoluta de “o bem” contra “o mal” – justamente a postura de quem se considera imune, por ter supostamente triunfado sobre sua condição de desamparo, definidora do sujeito perverso do pacto masoquista. Nesse viés, a relação entre líder e liderado se estabelece como servidão: Bolsonaro, o “senhor” moral, domina ao assumir-se como encarnação

¹⁴ Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/eleicao-e-luta-do-bem-contra-o-mal-diz-bolsonaro,4c6ebfba7178f002e5e7b7d33e6b1d78jb31f7bo.html>

do “bem”, enquanto seus eleitores, como “servos”, submetem-se para encontrar segurança na posição absoluta que o dominador diz ocupar.

De fato, a palavra *desamparo* consta já de início no discurso freudiano. No texto *Projeto para uma psicologia científica*, tem-se que “[...] o desamparo inicial dos seres humanos é a fonte primordial de todos os motivos morais” (Freud, 1895/1980, p. 431). Ele se refere à necessidade que tem a cria humana do suporte do outro para satisfazer suas “exigências”, em função de sua incapacidade orgânica. Entretanto, Birman, em sua conferência *A dádiva e o outro: sobre o conceito de desamparo no discurso freudiano* (1999)¹⁵, diferencia palavra e conceito “desamparo”, afirmando que não querem dizer a mesma coisa no discurso de Freud. Pode-se usar a palavra sem estar associada ao seu conceito ou, ao contrário, constatar “[...] a presença operatória do conceito de desamparo sem que a palavra desamparo esteja diretamente referida” (Birman, 1999, p. 11). Uma vez que a aludida palavra é enunciada desde cedo no discurso freudiano, mas seu conceito fez a primeira aparição somente após os anos 1920, segundo Birman, esse lapso temporal sugere que Freud necessitou de um percurso teórico-clínico para tornar a palavra desamparo um conceito metapsicológico.

Birman (1999) convida à reflexão sobre o desamparo (*Hilflosigkeit*) como uma condição estrutural do sujeito moderno, uma vez que não se trata de algo circunscrito apenas a um período da infância, mas um traço que permeia o tecido social e cultural contemporâneo, alimentado pelas atuais modalidades de mal-estar. Ao apresentar a noção de desamparo nesse cenário, Birman desloca o debate do plano exclusivamente intrapsíquico para o plano ético-político, sugerindo que o laço masoquista não se reduz a uma dinâmica individual, mas também se expressa sob formas de assujeitamento social e político.

A parceria masoquista, tal como formulada por Birman, revela o desejo do sujeito de se preservar do desamparo, mesmo que, para tanto, pague o preço de ficar submetido. Nesse contexto, inscrevem-se muitas relações de dominação entre líderes autoritários e seus seguidores, como o caso do bolsonarismo no Brasil. O líder se apresenta como encarnação moral do “bem”, operando como suposto vencedor do desamparo. Ao discutir o sofrimento psíquico na contemporaneidade, Birman enfatiza como o sentimento de desamparo abre espaço para formas regressivas de vinculação,

¹⁵ Conferência pronunciada no Círculo Psicanalítico de Pernambuco, em Recife, no Pré-Fórum de Psicanálise, em 18/03/1999.

nas quais o sujeito busca amparo justamente em figuras autoritárias que se apresentam como garantidoras da ordem. O que La Boétie chamava de “ilusão do povo” que adora seus tiranos, pode ser compreendido, assim, como uma tentativa inconsciente de restaurar um vínculo primário perdido, ainda que às custas da autonomia.

Retomando o recorte conceitual explorado até este momento, é lícito afirmar que a dominação autoritária deve ser compreendida como uma produção intrínseca entre o social e o psíquico, antepondo-se à visão ingênua de que o poder e a submissão são efeitos somente de estruturas externas. A Psicanálise, ao introduzir a hipótese do inconsciente, revelou que a aderência às formas de autoridade, tirânicas ou não, envolve investimentos libidinais, identificações, enfim, modalidades específicas de gozo que escapam à racionalidade consciente. Por meio da análise da psicologia das massas em Freud, evidenciou-se que a vinculação política, em larga medida, organiza-se a partir de processos de identificação com o líder e de laços afetivos entre os membros do grupo, da coletividade. O fascínio exercido pela figura de autoridade, longe de ser um fenômeno meramente ideológico, constitui-se como uma formação libidinal, na qual o ideal do eu é deslocado para o exterior, produzindo o empobrecimento subjetivo e a renúncia à autonomia. Já o conceito e a ideia de identificação com o agressor permitem compreender por que sujeitos podem aderir afetivamente, com a força das paixões, a discursos e práticas que os colocam em risco ou os violentam. Consoante os pensadores postos em diálogo nesta pesquisa, a identificação com o agressor é tomada como uma forma psíquica de defesa frente ao medo, à impotência e ao desamparo, buscando o ego proteger-se pela internalização dos traços do sujeito que o ameaça. Por fim, trazendo à cena o caráter sadomasoquista e o desamparo, a partir de Freud, Fromm, Rouanet e Birman, fica evidente que a submissão voluntária pode funcionar como uma solução psíquica paradoxal: o sofrimento, longe de ser apenas imposto de fora, pode ser investido internamente/libidinalmente como forma de reconciliação, pertencimento e proteção contra o horror da solidão e o sentimento de desamparo. A servidão, nesse sentido, revela-se como uma modalidade de laço na qual o sujeito encontra, no próprio assujeitamento, uma resposta ao mal-estar.

Desse modo, um inconsciente político pode ser compreendido como um conjunto de processos que sustentam, naturalizam e reproduzem a servidão, fazendo com que o poder não opere apenas sobre os sujeitos, mas através deles. Quem sabe, a servidão voluntária nomeada e conceituada por La Boétie encontre aqui seu fundamento

metapsicológico: não se trata apenas de obediência forçada, mas de uma economia libidinal que transforma a submissão na emergência de uma necessidade psíquica.

Chegando ao final deste capítulo, é possível afirmar que o inconsciente, enquanto esfera política, não se constitui como instância separada da vida social, mas contempla também o modo pelo qual as relações de poder são interiorizadas e metabolizadas pelo dinamismo do aparelho psíquico. A dominação autoritária se instala como forma de vínculo, como economia do desejo e como organização do sofrimento. Dessa maneira, a servidão voluntária, tal como pensada por La Boétie, pode encontrar, na Psicanálise, uma premissa para sua fundamentação: o sujeito não apenas obedece, mas é participante ativo na e da produção de sua submissão/servidão, investindo libidinalmente no líder, identificando-se com o agressor e encontrando, no laço masoquista, uma defesa contra o desamparo. Assim sendo, a crítica da tirania não pode mais restringir-se somente ao campo jurídico ou institucional, exigindo a consideração dos processos inconscientes que sustentam a adesão ao poder e que transformam a dominação em necessidade psíquica. A partir, pois, dessa articulação entre inconsciente, poder, subjetividade e subjetivação é possível examinar os entrelaços entre Psicanálise e Filosofia, na tentativa de explorar os temas da tirania e da servidão como fenômenos simultaneamente psíquicos e políticos, nos quais se joga, em última instância, a própria possibilidade da liberdade.

5. ENTRELAÇOS ENTRE PSICANÁLISE E FILOSOFIA: A TIRANIA E SERVIDÃO COMO DIMENSÃO PSÍQUICA E POLÍTICA

Vale dizer, a psicanálise acabou por incorporar, no seu discurso teórico, uma série de ponderações críticas formuladas pela filosofia, da mesma forma que também inscreveu, no seu corpo teórico, uma série de questões enunciadas pela psicanálise. Aconteceu assim, enfim, um rico processo de interpelação recíproca, que fertilizou ambas as disciplinas, por caminhos quase sempre inesperados e marcados por surpresas instigantes
(Birman, 2021, p.23).

O percurso teórico engendrado ao longo deste escrito conduziu à construção de um campo de análise que articula registros distintos de produção de saber, como a filosofia política, a teoria crítica e a psicanálise. Esse campo formou-se em torno de um problema que persiste, com força renovada, no presente: por que os sujeitos consentem com sua própria dominação? Por que tantos servem, voluntariamente àqueles que os oprimem? Essa interrogação, lançada por Étienne de La Boétie no século XVI, atravessou os tempos sem perder sua urgência, chegando até a contemporaneidade como um enigma ainda em aberto, que nenhuma resposta isolada é capaz de desvelar.

É, pois, da tentativa de investigar esse enigma que nasce o presente capítulo, dedicado a empreender uma análise integradora dos recursos teóricos mobilizados nos capítulos anteriores, os quais sustentam o argumento central desta pesquisa: a servidão voluntária não pode ser compreendida apenas como um fenômeno político ou ideológico, mas exige ser pensada também como uma experiência que se inscreve na economia psíquica dos sujeitos e nos modos de constituição do laço social. Do ponto de vista do método, fez-se uso da leitura desconstrutiva a fim de fazer dialogar, de modo rigoroso e não “forçado”, as reflexões de La Boétie com Platão, Spinoza e Adorno por um lado, e com Freud, Ferenczi, Fromm e Birman por outro. A interdisciplinaridade de um diálogo tão plural demonstra como essas perspectivas, sem se confundirem, iluminam-se mutuamente e permitem avançar na compreensão de um fenômeno que é simultaneamente filosófico, político e psíquico.

Antes, porém, de examinar os entrelaços entre Psicanálise e Filosofia no plano dos conceitos e do objeto desta pesquisa, cabe atentar para um gesto que Freud realizou de modo explícito em sua própria obra: o de situar a teoria psicanalítica em relação à tradição filosófica ocidental. Esse gesto não foi ocasional nem secundário; ele é, ao

contrário, constitutivo da própria pretensão científica da Psicanálise e tem implicações diretas para o problema que esta pesquisa investiga.

Freud não foi um filósofo de formação, mas seu trabalho influenciou muito a Filosofia durante o século XX – fato este relevante para presente reflexão interdisciplinar. Por outro lado, desde muito antes de suas publicações sobre Psicanálise, Freud já desenvolvia, com impressionante detalhamento, questões a serem levadas em conta no tratamento das afasias, extrapolando o alcance da medicina da época (Ketzer, 2017b). A exemplo da neurologia, campo de formação e especialização de Freud, até mesmo as tirania neurociências esbarram na revolução freudiana, levando-se em conta o texto *Projeto para uma psicologia científica* (Freud, 1895/1980). Ademais, quando se trata da influência da *Interpretação dos sonhos* (Freud, 1900/1980), percebe-se o alcance da ideia de inconsciente como algo de que a humanidade jamais estaria apartada de pensar. O próprio Freud reconhece sua importância e o significado de suas ideias para a humanidade em suas conferências introdutórias sobre Psicanálise:

Ao enfatizar desta maneira o inconsciente na vida mental, contudo, conjuramos a maior parte dos maus espíritos da crítica contrária à psicanálise. Não se surpreendam com isso, e não suponham que a resistência contra nós se baseia tão-somente na compreensível dificuldade que constitui o inconsciente ou na relativa inacessibilidade das experiências que proporcionam provas do mesmo. A origem dessa resistência, segundo penso, situa-se em algo mais profundo. No transcorrer dos séculos, o *ingênuo* amor-próprio dos homens teve de submeter-se a dois grandes golpes desferidos pela ciência. O primeiro foi quando souberam que a nossa Terra não era o centro do universo, mas o diminuto fragmento de um sistema cósmico de uma vastidão que mal se pode imaginar. Isto estabelece conexão, em nossas mentes, com o nome de Copérnico, embora algo semelhante já tivesse sido afirmado pela ciência de Alexandria. O segundo golpe foi dado quando a investigação biológica destruiu o lugar supostamente privilegiado do homem na criação, e provou sua descendência do reino animal e sua inextirpável natureza animal. Esta nova avaliação foi realizada em nossos dias, por Darwin, Wallace e seus predecessores, embora não sem a mais violenta oposição contemporânea. Mas a megalomania humana terá sofrido seu terceiro golpe, o mais violento, a partir da pesquisa psicológica da época atual, que procura provar ao ego que ele não é senhor nem mesmo em sua própria casa, devendo, porém, contentar-se com escassas informações acerca do que acontece inconscientemente em sua mente. Os psicanalistas não foram os primeiros e nem os únicos que fizeram essa invocação à introspecção; todavia, parece ser nosso destino conferir-lhe expressão mais vigorosa e apoiá-la com material empírico que é encontrado em todas as pessoas. Em consequência, surge a revolta geral contra nossa ciência, o desrespeito a todas as considerações de civilidade acadêmica e a oposição se desvencilha de todas as barreiras da lógica imparcial. Em ademais de tudo isso, perturbamos a paz deste mundo também de uma outra forma, conforme em breve os senhores ouvirão. (Freud, 1916 – 1917/1980, p. 285)

Esse registro temporal, cujo escopo coloca Sigmund Freud como o terceiro de uma linha de grandes mestres do deslocamento do lugar do homem no mundo, pode soar arrogante para muitos. Entretanto, Freud apenas coloca um fato nunca antes visto em termos psicológicos para o avanço da humanidade em sua autocompreensão. Se não forem levados em consideração os desejos inconscientes, a humanidade sofrerá com as neuroses e, aí sim, se perderá de si mesma. O golpe lançado pela modernidade deixaria o homem tão livre que, a partir de agora, essa liberdade poderia ser utilizada para fins nefastos. A partir de um modelo de servidão do homem a suas necessidades mais básicas, entre elas a sexualidade reprimida e tudo o que gira entorno dela, a consciência de homens inescrupulosos ávidos pelo poder se apodera desse registro inconsciente e o utiliza a seu favor. O homem que não conhece a si mesmo não chegará longe na ideia de uma responsabilidade ética que o conduza pela vida “civilizacional”.

Não menos importante para esta pesquisa é a perspectiva apresentada em *Estudos sobre a histeria* (Freud, 1893-1895/1980). Ali se encontra uma mente realmente disposta a analisar os fenômenos histéricos à luz dos traumas sexuais sofridos pelas mulheres vienenses. O caso de Ana O. ilustra ainda o quanto as relações entre médico e paciente podem ser conturbadas, tensas e cheias de mistério. Por outro lado, como sempre foi essencial o entendimento subjetivo dos mitos constitutivos das obras da psicanálise, vê-se Freud lançar a ideia de um conflito do tipo edípico, assassinio do pai e desejo sexual pela mãe, na carta endereçada a seu amigo Wilhem Fliess, a Carta 71 (Freud, 1897/1980). Essa carta tem a relevância de ser o começo daquilo que se chamou de a Primeira Tópica freudiana, com o advento da imaginação na geração das neuroses e das estratificações do inconsciente em dinâmico (conflitos psíquicos), econômico (investimento libidinal) e topográfico (inconsciente, pré-consciente e consciente), conforme Laplanche e Pontalis (1986).

A obra freudiana é tão repleta de entendimento diretos e sutis, a ponto de despertar a leitura de fundamentos elaborados quando Freud era ainda um jovem apaixonado por filosofia, pré-história, antropologia e religiões. A obra *Totem e tabu* (Freud, 1913/1980) é prova do seu esforço para reconstituir a vida humana em um período tribal. Freud imagina uma ordem primeva em que os homens teriam matado o pai ancestral e criado um totem para simbolizar a expiação da culpa pela morte do patriarca. Esse elemento de investigação sempre foi uma marca muito forte no pensamento freudiano e, mesmo que, em alguns momentos, habite nele mais a opinião

do que o rigor científico, o criador da Psicanálise não deixa de ser revolucionário e inovador em sua época.

Uma vez feito o devido registro sobre o legado freudiano e sua relevância para esta pesquisa, é chegado o momento de realizar uma reflexão sobre o percurso teórico empreendido neste trabalho, com base no recorte conceitual e nos apontamentos sobre as relações entre a Psicanálise e a filosofia de La Boétie. Nesse intuito, os pontos de apoio da análise estenderam-se desde a Antiguidade até a Modernidade, esta no que tange a um novo entendimento sobre o indivíduo. A tradição filosófica mobilizada no Capítulo 3 dá notícias de que, em linguagens distintas e em contextos históricos diversos, já existiam debates sobre aspectos fundamentais do problema da servidão.

Partindo de Platão, na sua visão de um Estado (*polis*) cuja configuração representava um grande progresso para a política vigente na época, já se percebe que a filosofia clássica estava em pleno acordo com a ideia de que deveria haver alguma ordem organizativa na vida dos sujeitos. Contudo, a modernidade deixa na mão do Estado essa norma, anátema de como se imagina a vida desde o nascimento, como se todos fossem de fato livres. O Estado moderno rege a vida em sociedade, pauta quais assuntos são de importância e como as atitudes devem ser reguladas. Mesmo quando o Estado cala sobre algum fenômeno social, isso já diz muito sobre como a sociedade aderiu ou não a uma norma.

Na alegoria da caverna, Platão oferece uma imagem da força singular da sujeição humana às aparências, pois os prisioneiros, que recusam a saída do mundo das sombras e chegam a matar aquele que volta para libertá-los, não são simplesmente ignorantes. São sujeitos que encontraram nas sombras uma forma de existência estável e significativa, e que resistem à verdade porque ela ameaça a ordem que lhes oferece sentido e identidade. O que Platão nomeia como recusa à verdade pode ser lido pela Psicanálise como *resistência*, que é a oposição do aparelho psíquico àquilo que ameaça a organização estabelecida de suas defesas, “[...] uma atitude de oposição às suas descobertas na medida em que elas revelam os desejos inconscientes e infligem ao homem um vexame psicológico” (Laplanche; Pontalis, 1986, p. 596). Nessa leitura, a caverna é o espaço de uma homeostase psíquica onde as sombras funcionam como formações imaginárias. O prisioneiro que retorna à caverna depois de ter visto a luz solar pode não ser um covarde, e sim um sujeito que não conseguiu suportar a desorganização que o real produz quando irrompe. Há aí um eco preciso com o que Freud descreve ao analisar como a resistência opera na clínica: o paciente não quer

permanecer enfermo, mas recua diante daquilo que a interpretação revela, porque a verdade psíquica ameaça o equilíbrio precário que o sintoma garante. Onde o filósofo Platão identifica um déficit de conhecimento, o psicanalista reconhece uma economia libidinal, um desejo em cena. O prisioneiro não permanece na caverna porque a saída lhe custaria a perda do único modo de existência que conhece, e isso pode ser vivido psiquicamente como desamparo.

Por sua vez, Baruch Spinoza (2008) propõe uma espécie de equilíbrio entre o Estado liberal e a necessidade de um novo centramento do sujeito por meio de uma ética interna e exata. Esse ímpeto, presente em sua escrita, representa ainda hoje um grande desafio, em especial quanto ao que o filósofo designou por afecção, ou seja, uma forma nem racional nem empírica de mediação entre o indivíduo e o mundo. Se, por um lado, com a ideia de afecção, Spinoza inova ao demonstrar como certos elementos internos do sujeito devem ser equalizados diante da realidade externa, por outro lado, ele problematiza o modo como esse sujeito pode resistir ao Estado moderno em face da sua própria maneira de compreender o mundo interno, tendo em vista principalmente o primado de uma vontade que lhe permitisse sobreviver entre a racionalidade e os “apetites sem limites” a ela diametralmente opostos.

A economia das paixões espinosana encontra, na teoria freudiana da libido, sua possibilidade de complexização, pois o que Spinoza nomeia como afeto de medo a Psicanálise compreende como angústia; do mesmo modo que o afeto da esperança (Spinoza) se aproxima do investimento narcísico em um objeto idealizado (Freud), melhor dizendo: a energia psíquica dirigida a uma representação que promete a satisfação de um desejo o qual, na realidade, permanece insatisfeito. No contexto desta pesquisa, o interesse na articulação entre os dois pensadores reside no fato de que ambas as perspectivas recusam a redução da submissão à mera coerção externa, revelando uma dimensão interna da adesão à dominação que opera no registro dos afetos, dos desejos e das fantasias inconscientes.

Já articulando Theodor W. Adorno e a metapsicologia freudiana, o ponto fecundo situa-se particularmente na função do superego na economia psíquica da submissão, em especial quando, no texto *O problema econômico do masoquismo*, Freud mostra que “[...] o componente destrutivo entrincheirou-se no superego e voltou-se contra o ego” (1924/1980, p.69), de modo que o sofrimento imposto pelo superego é, paradoxalmente, fonte de satisfação inconsciente. Toda essa dinâmica encontra-se em analogia com o que Adorno identificou como o substrato psíquico da personalidade

autoritária. Para ele, o sujeito que internaliza a autoridade paterna de modo rígido e punitivo desenvolve uma instância interna que não apenas censura, mas goza com a censura, ela não apenas proíbe, mas extrai satisfação da proibição e do sofrimento que ela produz. Assim, quando esse sujeito encontra, na cena política, uma figura de autoridade que encarna as mesmas características da instância interna que o domina (como severidade, certeza, intransigência etc.), ele não apenas obedece, mas se identifica. O líder autoritário pode ser reconhecido, inconscientemente, como a encarnação exterior do superego; o problema aqui é que a obediência ao líder é vivida no registro psíquico não como coerção, mas como satisfação masoquista. Adorno alerta quanto a isso, denunciando "[...] a abolição da democracia através do apoio das massas contra o princípio democrático" (2015, p. 154). Não se trata da imposição do autoritarismo contra a vontade do povo, mas da sua produção a partir do interior do indivíduo, como efeito de uma economia psíquica que transforma a submissão em desejo.

A articulação entre Adorno e Freud permite ainda compreender o fenômeno descrito por La Boétie como: aqueles que servem ao tirano não apenas aceitam a servidão, mas a defendem com paixão, chegando a atacar aqueles que se recusam a isso, aos que propõem a liberdade. A personalidade autoritária, embora não sendo foco desta pesquisa, é vista em dois sentidos: como obediente para cima e tirânica para baixo. O sujeito, que se submete ao líder com a devoção de quem se submete ao superego, dirige ao fraco, ao diferente, ao dissidente a mesma agressividade que o superego dirige ao seu eu. A violência exercida contra o outro (qualquer outro: o imigrante, a mulher, o homossexual, o intelectual, o "comunista", o negro etc.) é a face projetada, no externo, de uma economia interna onde a agressividade não pode ser dirigida ao dominador porque este ocupa o lugar do ideal; a violência precisa, portanto, encontrar outro objeto. Já Rouanet, quando cita Erich Fromm, é preciso ao formular essa dinâmica: "[...] a agressividade é reprimida e canalizada contra os mais fracos" (Rouanet, 2001, p. 56). Eis aqui a lógica sadomasoquista que Fromm descreveu e que Adorno documentou empiricamente: submissão para cima, crueldade para baixo, ambas são faces de uma mesma economia libidinal.

Theodor W. Adorno era um grande admirador da obra freudiana, principalmente no que se refere a *O mal-estar na civilização* (1930). A influência de Freud como pensador de cultura foi de extrema importância para que Adorno compreendesse como certas opiniões se tornam arraigadas na vida das pessoas sem, no entanto, serem de fato

pensamentos ligados a desejos destrutivos, autoinfligidos ou, principalmente, heteroinfligidos (Adorno, 2019). Um líder que prometa vencer o diferente com força e galhardia acaba sendo preferido a um líder com discurso mais ponderado, quando a maior parte da população se encontra desolada por pobreza ou miséria, isto é, inscrita em um desamparo. Esse fenômeno é sobremaneira importante para La Boétie em sua crítica a todos os imperialismos históricos, à mentalidade de dominação e doutrinação. Um exemplo é a menção à sequência de tiranias que prosperaram nos governos de Atenas e Esparta ao longo do século IV a. C.: “Por ilusão, eles muitas vezes perdem a liberdade; mas nisso não são enganados por outrem com a frequência com que são iludidos por si mesmos” (La Boétie, 2022, p. 100). Como o povo que expulsou os persas de sua terra (e da liberdade) submeteu-se a mentalidades soberanas escolhidas pela ignorância do próprio povo? Essa mesma ignorância, tão evidente na modernidade, também aparece ao longo dos séculos, principalmente quando os líderes usurpam o poder e o fazem justamente apoiados em prerrogativas otimistas: “vai ser para o bem do povo”, embora já se saiba ser esse um discurso político reducionista, em face do todo da realidade em sua complexidade.

Freud, em *O mal-Estar na civilização*, observa com cuidado o momento em que as massas começam a ficar descontentes e acusam os estrangeiros de serem o grande problema. Nesse momento, o nacionalismo surge com forte domínio sobre o clamor das massas, pois ele age alicerçado na solução imediata, a solução mágica de expulsão daqueles usurpadores do trabalho do povo. Contudo, esquece que os empregos mais desqualificados do país sempre são dados aos estrangeiros, pois estes não dominam ainda o uso da língua e dos costumes locais. Esse foi um dos elementos trazidos de maneira muito sutil por Freud ao contrapor o lugar de pertencimento alemão diante de todo um imaginário de destruição civilizacional. A ideia consta do capítulo V de *O mal-estar na civilização*, marcando de maneira significativa que a coesão de uma massa (ou nação) se fortalece por meio da hostilidade voltada a um grupo externo (como os estrangeiros): “É sempre possível unir um considerável número de pessoas no amor, enquanto sobram outras pessoas para receberem as manifestações de sua agressividade” (Freud, 1930/1980, p.136).

O sentimento de pertencimento alimentado por uma necessidade psíquica de canalizar a inclinação agressiva para fora do grupo é o que Freud denominou como narcisismo das pequenas diferenças, explicando que se trata de um mecanismo/fenômeno pelo qual comunidades próximas (geográfica, cultural ou

ideologicamente) tendem a investir libidinalmente sua coesão interna na hostilidade dirigida ao grupo vizinho. Segundo ele, quanto menores as diferenças reais entre dois grupos, maior a necessidade psíquica de exacerbá-las, pois é justamente a hostilidade ao de fora que permite ao grupo manter sua unidade afetiva interna. Em outras palavras, o amor que une os membros de uma comunidade precisa, estruturalmente, de um objeto externo sobre o qual a agressividade possa se descarregar sem ameaçar os laços internos do grupo. Freud observa que esse mecanismo não é periférico, mas constitutivo da vida coletiva: a coesão social se sustenta, em parte, pela produção contínua de um inimigo, seja ele o estrangeiro, o diferente, o bode expiatório etc., sobre o qual se projeta aquilo que não pode ser tolerado internamente em si ou no grupo. Tem-se aí uma forte hipótese sobre o porquê de o discurso dos líderes autoritários encontrar ressonância tão eficaz nas massas – ao nomear o inimigo externo, o discurso não cria o ódio, mas o organiza, oferecendo ao mal-estar difuso uma direção e um rosto. A consciência de Sigmund Freud mostra o quanto que ele estava atento à sua sociedade e às forças das massas, tal como se vê nas passagens a seguir:

Em resultado disso, o seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante em potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que tenta satisfazer sobre ele sua agressividade, explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo. *Homo homini lúpus*. (Freud, 1930/1980, p.133)

É impossível fugir à impressão de que as pessoas comumente empregam falsos padrões de avaliação – isto é, de que buscam poder, sucesso e riqueza para elas mesmas e os admiram nos outros, subestimando tudo aquilo que verdadeiramente tem valor na vida. No entanto, ao formular qualquer juízo geral desse tipo, corremos o risco de esquecer quão variados são o mundo humano e sua vida mental. (Freud, 1930/1980, p. 81)

Essa riqueza própria do ser humano é por vezes desprezada quando a sociedade começa a colapsar. De uma maneira muito interessante, La Boétie olha com desprezo para a sociedade e sua submissão, como se entendesse já a miséria de um povo alienado, isto é, um povo que abre mão dos seus direitos e os entrega ao ente estatal abstrato.

Desse modo os homens nascidos sob o jugo, mais tarde educados e criados na servidão, sem olhar mais longe, contentam-se em viver como nasceram; e como não pensam ter outro bem nem outro direito que o que encontraram, consideram natural a condição de seu nascimento. (La Boétie, 2022, p. 101)

O homem é, ao fim e ao cabo, um ser contente em servir, facilmente manipulável e tende a se mover ao sabor das massas, de modo a evitar seus desconfortos mais recônditos. Assim como as palavras e La Boétie, as de Freud parecem ser um remédio amargo para a sociedade no que tange a reconhecer suas péssimas decisões; palavras que pesam por serem muito contundentes, repetições frias

de desejos mesquinhos, medos perpetuados geração após geração; medos sem o entendimento claro sobre por que as pessoas os silenciam ou deles evitam se aproximar. Por fim, com relação ao comportamento temeroso de Freud acerca da massificação da moralidade, não se pode deixar de observar a famosa citação:

[...] o comportamento dos seres humanos apresenta diferenças que a ética, desprezando o fato de que tais diferenças são determinadas, classifica como “boas” ou “más”. Enquanto essas inegáveis diferenças não forem removidas, a obediência às elevadas exigências éticas acarreta prejuízos aos objetivos da civilização, por incentivar o ser mau. (Freud, 1930/1980, p. 132)

O *bom* e o *mau* como estratos axiológicos, valorativos, da vida humana prestam-se também a filiações e identificações muito profundas. Uma sociedade em colapso pode começar a perder a confiança em suas instituições, a recriar leis; pequenos grupos se tornam tribos urbanas, cujo sentido da vida passa a ser pautado somente pelas leis da tribo, e o menor sinal de discordância é visto como *mau* aos olhos dos autoproclamados *bons*. Freud observa esse fenômeno de irrupção das massas quando o partido nazista toma o poder em 30 de janeiro de 1933 – *O mal-estar na civilização* adianta um pouco as consequências do totalitarismo na Europa. Esse continente que, no passado, fora sede do rico encontro de múltiplas culturas, enxergava, já desde a Primeira Guerra Mundial, um lento e degradante colapso que se estenderia até os dias de hoje. A mentalidade tribal não desapareceu pois, mesmo para uma Europa *civilizada*, é ainda muito custoso deixar de enxergar o *exótico* como particularmente *assustador*.

As sementes do bem que a natureza põe em nós são tão miúdas e escorregadias que não podem suportar o menor choque do alimento contrário: abastardam-se mais facilmente do que se mantêm, dissolvem-se e se anulam tanto quanto as árvores frutíferas que têm um natural próprio que conservam se as deixam crescer, mas logo abandonam para dar outros frutos estranhos e não os seus próprios se as enxertam. (La Boétie, 2022, p. 102)

Ao afirmar que a natureza e sua riqueza são rapidamente subvertidas pela arrogância do homem, La Boétie dialoga com os aspectos observados por Freud quando o binarismo *bem-mal* leva a estereótipos da maior fragilidade racional. Na atualidade, esses estereótipos apenas reforçam as impressões de uma realidade midiática, a qual serve para afastar as pessoas da realidade, criando assim uma bolha de isolamento. A lógica das redes sociais e seus algoritmos evidencia esse apelo ao servilismo incondicional às *Big Techs*. O Estado, por seu turno, ao dar anuência à instalação das *bets* (agências de apostas eletrônicas), contribui para o estabelecimento de um ambiente propício aos vícios “descontrolados” de uma população pobre e ingênua. Ainda que regule a atividade, o Estado não consegue fiscalizar as empresas, provocando um nítido

contraste: o ente estatal, que deveria proteger o cidadão, permite que um tipo de mal seja infligido às pessoas. Um mal silencioso, não percebido.

A natureza do homem é mesmo de ser franco e querer sê-lo; mas, também sua natureza é tal que naturalmente ele conserva a feição que a educação lhe dá. Portanto, digamos então que ao homem todas as coisas lhe são como que naturais; nelas se cria e acostuma; mas só ele é ingênuo a isso — a que o chama sua natureza simples e inalterada; assim, a primeira razão da servidão voluntária é o costume — como os mais bravos courtaus [cavalos de crina e orelhas cortadas] que no início mordem o freio e depois descutam; e onde outrora escoiceavam contra a sela, agora se ostentam nos arreios e soberbos pavoneiam-se sob a barda. (La Boétie, 2022, p. 108-109)

La Boétie parece dizer que é triste o homem que abdica de se educar. Ele perde assim a condição que o faz pertencer a uma rede própria, a poder escolher, como nos termos de Spinoza (2008), o que lhe é por direito. Esse exercício da liberdade se torna paulatinamente mais estreito à medida que o tempo parece ser sempre mais escasso para se afirmar quem se é diante de si mesmo. Afinal, é mais fácil seguir as massas. A formulação de uma afirmação a partir de argumentos científicos, por exemplo, gera um esforço muito grande, um tempo de estudo do qual as pessoas não mais dispõem, o tempo de analisar, e assim, observar a si e suas dificuldades em face do objeto estudado.

Pelo viés da Psicanálise, não se deve esquecer que tempo é investimento – um investimento da pessoa, que a leva a conhecer o que lhe é próprio, único e iniludível. Esse ponto é de suma importância para a abordagem psicanalítica, tanto que Joel Birman (2000) reconhece, na Psicanálise, o retorno do cuidado de si, tão valorizado pelas culturas clássicas da antiguidade, em cujo escopo não há a noção de culpa em relação a erros e acertos. Errar e acertar eram vistos como próprios da aprendizagem, germe do que hoje chamamos de ideal de educação em suas diferentes variações. Birman relaciona estreitamente o pensamento de Freud ao pensamento de Foucault, como alguém que entende os limites da educação, quando esta já não é mais capaz de chegar no íntimo do ser humano. Nesse cenário, a revisão da Psicanálise urge em necessidade, como uma interpretação renovada do ideal platônico. A educação do Estado segue-se a uma educação dos homens, a fim de que sirvam ao aperfeiçoamento e à melhoria da própria sociedade. Afinal, um Estado somente aure ser bom na medida em que permite a bondade entre seus membros, respeitando-os ao invés de tentar aprisioná-los em círculos cada vez menores de experiências e pensamentos. Tal como se vê na mensagem do Oráculo de Delfos – conhece-te a mesmo (*gnote seauton*) ou cuida de ti mesmo (*epimeleia heauton*) –, trata-se de um desafio que a prática psicanalítica traz para si com vigor e coragem.

Ora, comumente, ficam sem efeito o bom zelo e afeição dos que apesar do tempo conservaram a devoção à liberdade, por mais numerosos que sejam, porque não se conhecem; sob o tirano, é-lhes tirada toda a liberdade de fazer, de falar, e quase de pensar: todos se tornam singulares em suas fantasias. (La Boétie, 2022, p. 111)

La Boétie elabora um diagnóstico tenso sobre seu tempo: ele enxerga a submissão do homem moderno ao déspota como um problema que está na origem de uma má educação, quando comparado ao feudalismo medieval. Seria o homem realmente moderno ou estaria ele apenas repetindo algo que continua sendo problema com o passar das eras? O homem seria realmente livre em algum momento de sua história? A observação de La Boétie provoca a reflexão sobre todos os discursos ocidentais:

Mas voltando às nossas palavras, das quais quase me perderei: a primeira razão por que os homens servem de bom grado é que nascem servos e são criados como tais. Desta decorre uma outra: que sob os tiranos as pessoas facilmente se tornam covardes e efeminadas. (La Boétie, 2022, p. 113)

O ocidente estaria em crise desde seus fundamentos? A covardia é a resposta após a aparente vitória da revolução tecnológica moderna. O ocidente vê a si mesmo como vitorioso diante de um oriente velho e cheio de encantamentos sem sentido. Essa visão arrogante, a qual culminará na Revolução Francesa, se parece cada vez mais com uma revisão civilizacional pois, por mais doloroso que tenha sido, o levante de 1789 pôs fim ao regime feudal europeu. Sua marcha, com traços de uma ascendente democracia retomada da Grécia antiga, pôde se realizar graças ao poder do capital da burguesia rica, descontente com a monarquia. Aqui ecoa o pensamento de La Boétie, moderno e iconoclasta, anti-imperialista, anticlerical, embora reconhecedor da erudição dos gregos, com um apreço advindo de sua educação. A potência do discurso boeciano mexe com a cabeça de quem o lê, mesmo séculos depois de sua publicação, tal como um fantasma a cruzar a Europa advertindo os novos leitores acerca das tensões de uma propalada *liberdade* ou das ilusões sobre conceitos tão bem construídos, porém desconectados da realidade.

Étienne de La Boétie e Sigmund Freud não compartilham do mesmo vocabulário ou método, mas ambos se depararam com a mesma questão: as condições que tornam possível a dominação. La Boétie recusou a explicação pela força bruta, apontando para algo que os sujeitos carregam consigo e que os dispõe à servidão. Freud, por sua vez, recusou a explicação pela ignorância, apontando para o inconsciente como o campo onde se organizam os processos que sustentam formas de vida e que contradizem os interesses conscientes do sujeito. Com efeito, a Psicanálise não resolve o enigma de La

Boétie. Ela o relança, com novos instrumentos conceituais, em um terreno que a filosofia política da época não podia alcançar.

Retomando a citação de La Boétie, já marcada na introdução deste escrito, percebe-se que a locução “de algum modo” nomeia um enigma:

Coisa extraordinária, por certo; e, porém, tão comum que se deve mais lastimar-se do que espantar-se ao ver um milhão de homens servir miseravelmente, com o pescoço sob o jugo, não obrigados por uma força maior, mas de algum modo (ao que parece) encantados e enfeitiçados apenas pelo nome de um, de quem não devem temer o poderio pois ele é só [...] (La Boétie, 2022, p. 21).

Ao referir que os homens submetiam-se não por coação, mas “de algum modo encantados e enfeitiçados pelo nome do tirano”, o filósofo renascentista admitia a existência de um processo que não conseguia descrever. Esse “de algum modo” é o ponto de maior densidade da citação boeciana, instante em que a filosofia reconhece que o fenômeno da servidão ultrapassa as categorias do consciente, do racional. Pois é precisamente esse o ponto de entrada da Psicanálise como interlocutora legítima no debate.

No operador coesivo “de algum modo”, onde a Filosofia enunciou um enigma, a Psicanálise encontrou um conceito/fenômeno. Ao formular o conceito metapsicológico do inconsciente, Freud enunciou aquilo que La Boétie apenas pôde indicar como encantamento. O sujeito que serve voluntariamente ao tirano não o faz a partir de uma escolha deliberada e plenamente consciente, mas, sim, o faz a partir de um funcionamento psíquico que, em larga medida, escapa à sua consciência e à vontade racional. O inconsciente freudiano é instância dotada de lógica própria, governada por processos que sustentam a adesão à dominação. A ausência de contradição, a intemporalidade, o predomínio da condensação e do deslocamento, a substituição da realidade externa pela realidade psíquica interna (características do inconsciente, como já visto), permitem compreender por que sujeitos podem, ao mesmo tempo, temer e desejar o tirano, odiar e amar aquele que os domina, buscar e recusar a liberdade, sem que essas contradições produzam, necessariamente, conflito consciente. Para o inconsciente, não há contradição. Para o que a razão política experimentaria como impasse, a economia pulsional inconsciente vive como coexistência.

Essa formulação instiga a repensar a própria noção de voluntariedade, que dá ao texto de La Boétie seu título e sua força provocativa. Há uma tensão fecunda, que percorreu toda esta pesquisa, entre a premissa de La Boétie (se os homens servem voluntariamente, é porque poderiam não servir?) e a descoberta freudiana de que o

sujeito não é soberano em sua própria casa. Se a servidão é "voluntária" no sentido boeciano, então se trata de uma vontade que não conhece a si mesma, de uma liberdade que carrega, em seu interior, os grilhões do inconsciente. Em face desse dilema aparente, a Psicanálise não anula a voluntariedade da servidão; antes, demonstra que essa voluntariedade é muito mais complexa do que qualquer concepção puramente racionalista de sujeito poderia supor. O que aparece como consentimento pode ser formação de compromisso; o que aparece como escolha pode ser compulsão à repetição; o que aparece como adesão pode ser identificação inconsciente com a lógica do dominador. Quando La Boétie observa que os homens parecem "encantados" pelo tirano, ele está falando, sem o saber, do fascínio narcísico, isto é, da captura do sujeito por uma imagem que promete a restituição da completude perdida. O encantamento não é uma ilusão no sentido banal do termo; ele é investimento libidinal, traz energia psíquica do sujeito depositada numa imagem que lhe devolve o que ele foi ou pensou ter sido um dia.

Como já fora tratado anteriormente neste estudo, em especial no Capítulo 4, o líder (tirânico ou não) ocupa, na economia psíquica dos grupos e massas, duas posições que se complementam: a do eu ideal e a do ideal do eu. Essa duplicidade é decisiva para compreender por que o vínculo com o líder autoritário é tão intenso e tão difícil de dissolver. Na dimensão do eu ideal (*idealich*), o líder funciona como superfície/objeto de projeção narcísica. O indivíduo que fantasia ter perdido algo que, na verdade, nunca teve (a plenitude narcísica originária) reencontra no líder a encenação daquilo que ele próprio foi ou acreditou ter sido. Como anteriormente citado, o líder é alguém que não vacila, que não teme, que não precisa de ninguém, que encarna uma onipotência que o sujeito sabe, obscuramente, não possuir mais. Logo, aquele líder que vocifera, insulta os adversários, desafia as instituições com uma postura de invulnerabilidade pode ser percebido pela massa não como um desequilibrado, mas como alguém que conseguiu realizar o que cada membro apenas fantasia. É nesse sentido preciso que Freud observa que a atração exercida por figuras narcísicas deriva do fato de que nelas o sujeito reconhece "[...] a conservação de um estado psíquico bem-aventurado, uma posição libidinal inatacável" (1914/2010, p. 34). Já na dimensão do ideal do eu (*ichideal*), a operação é distinta e complementar: o líder, além de amado, é obedecido como instância que julga e exige. Quando o membro da massa deposita no líder o lugar do ideal do eu, a instância que internamente o censurava e o vigiava é, ao menos parcialmente,

externalizada. O líder passa a ser o único “árbitro” do que é permitido e do que é proibido.

Essa articulação entre narcisismo, laço social e submissão subjetiva encontra um importante aprofundamento na obra de Joel Birman, especialmente na *Genealogia do narcisismo* (2019). Se em Freud a problemática do narcisismo aparece inicialmente vinculada à constituição do eu e aos investimentos libidinais, em Birman essa discussão é ampliada para o campo histórico, político e ético, permitindo compreender o narcisismo como uma modalidade de constituição subjetiva característica da modernidade. A contribuição de Birman torna-se particularmente relevante para a presente análise pois possibilita compreender como os processos identificatórios descritos por Freud em *Psicologia das Massas* não se restringem ao funcionamento intrapsíquico, mas se articulam às formas modernas de organização do sujeito e dos laços sociais.

Uma vez mais referindo o que fora anteriormente apontado, Freud (1921/2011) demonstrou que a massa se constitui por meio de investimentos libidinais dirigidos ao líder e também aos demais membros do grupo, formando uma rede de identificações sustentada pelo ideal do eu. O líder ocupa o lugar do ideal compartilhado, produzindo forte coesão grupal e redução da singularidade subjetiva, enquanto o indivíduo encontra no líder uma imagem idealizada capaz de restaurar imaginariamente uma experiência narcísica de completude perdida. Nesse ponto, a contribuição de Birman oferece um desdobramento teórico ao reconstruir genealogicamente a noção de narcisismo. O autor demonstra que a modernidade produziu uma valorização crescente da figura do indivíduo, organizada em torno da centralidade do eu, da interioridade e da autonomia subjetiva. Para ele, a emergência da sociedade moderna está diretamente relacionada à constituição do “indivíduo-valor” (Birman, 2019p.52), conceito desenvolvido a partir do antropólogo francês Louis Dumont (1911-1998), segundo o qual o indivíduo deixa de ser subordinado integralmente a totalidades sociais anteriores para ocupar o lugar de unidade fundamental da organização social. Nesse contexto, o sujeito moderno passa a ser marcado por intensa valorização narcísica de si, fundada na ideia de autonomia e singularidade.

Entretanto, Birman demonstra que essa valorização do indivíduo não ocorre sem tensões. Ao analisar autores como La Rochefoucauld e Rousseau, o psicanalista evidencia a existência de um conflito estrutural entre o amor de si, o amor-próprio, e o amor do outro. Sendo que o amor de si estaria associado ao autocentramento narcísico,

ao egoísmo e à tendência do sujeito ao fechamento sobre si mesmo. Já o amor do outro remeteria à experiência da alteridade e da construção dos laços sociais.

Vale dizer, se apropriar de sua diferença singular face ao outro implicaria igualmente no *reconhecimento* do outro em sua diferença e singularidade, de forma que essa marcação eloquente de diferenças imantaria efetivamente a experiência da alteridade entre os diversos sujeitos confrontados entre si, que estabeleceriam assim laços consistentes no espaço social. (Birman, 2019, p.48)

A formulação de Birman tem importantes implicações para a compreensão da servidão voluntária e dos vínculos, em especial os autoritários, isso porque o laço autoritário pode ser pensado como uma tentativa de resolução narcísica do conflito entre singularidade e pertencimento. O sujeito, fragilizado diante do desamparo e da instabilidade dos laços sociais, busca no líder uma imagem idealizada capaz de restaurar fantasias de unidade, proteção e completude. Nesse sentido, o líder autoritário ocupa simultaneamente duas funções psíquicas fundamentais descritas por Freud. Primeiramente, ele aparece como suporte do eu ideal, isto é, como encarnação imaginária da perfeição narcísica perdida. Com já visto, o sujeito tende a reencontrar no objeto amado, outrora abandonado, “[...] a conservação de um estado psíquico bem-aventurado” (Freud, 1914/2010, p. 34). Além disso, o líder passa a ocupar também o lugar do ideal do eu, tornando-se referência normativa e moral para os membros da massa. O sujeito passa a medir a si mesmo a partir dessa figura idealizada, transferindo para ela funções anteriormente exercidas pela própria instância crítica interna. Como afirma Freud, “o indivíduo renuncia ao seu ideal do eu e o troca pelo ideal da massa corporificado no líder” (1921/2011, p.93).

A partir da leitura de Birman, é possível compreender que essa dinâmica identificatória encontra terreno fértil na própria constituição subjetiva moderna, sendo que, quanto mais o sujeito é convocado a sustentar ideais de autonomia, desempenho e autoafirmação narcísica, maior tende a ser a sua fragilidade diante do desamparo e da insuficiência constitutiva da experiência humana. Nesse sentido, a adesão do sujeito à massa e ao líder não pode ser compreendida apenas como efeito de manipulação ideológica ou irracionalidade coletiva, pois é também uma solução libidinal para o sofrimento narcísico produzido pelas contradições da modernidade. O vínculo autoritário pode oferecer ao sujeito pertencimento, reconhecimento e participação imaginária em uma totalidade idealizada. O autor ainda destaca que a modernidade instaura uma tensão entre individualismo e laço social, afirmando que o grupo social

não consegue tolerar ou suportar qualquer diferença, e essa “[...] impossibilidade é que conduziria os sujeitos a se reunirem em grupos centrados em torno de um chefe que canaliza para a violência o capital perverso de seus corpos, gozar à custa do outro de forma predatória se torna o único imperativo possível” (Birman, 2024, p. 318).

Assim, a massa pode servir como promessa de superação da solidão narcísica do indivíduo moderno. Ao integrar-se ao coletivo, o sujeito experimenta a ilusão de pertencimento absoluto e suspensão temporária do desamparo, atravessada pela imagem de um líder que promete restituição imaginária da potência narcísica perdida. Nesse contexto, a servidão voluntária pode ser interpretada como uma formação de compromisso, no sentido freudiano, por meio da qual o sujeito simultaneamente renuncia a parcelas de sua autonomia e obtém satisfação narcísica através da identificação coletiva.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que, para a Psicanálise, cuja ética não se orienta pela promessa de completude imaginária, mas pela possibilidade de sustentação da falta e da diferença, é possível afirmar que o contrário da servidão não seria a eliminação do narcisismo, mas a construção de formas de subjetivação capazes de suportar a incompletude constitutiva da experiência humana sem recorrer à submissão ao líder ou à massa como garantia narcísica de identidade.

Enfim, é oportuno e importante marcar que, no âmbito desta pesquisa, após todos os apontamentos levantados, a formação de compromisso revelada desautoriza qualquer abordagem que trate a servidão voluntária como simples ignorância a ser corrigida pela informação, ou como fraqueza moral a ser superada pela vontade. Isto é, o “servo” aqui não serve porque desconhece que é livre; ele serve porque sua liberdade está comprometida com forças psíquicas que a consciência/razão, por si só, não alcança. Portanto, uma crítica da tirania, para ser eficaz, não pode prescindir da escuta analítica, não com o propósito de substituir a política pela clínica, mas para reconhecer que o terreno onde a dominação se instala é também, e decisivamente, o terreno do inconsciente.

6. SOBRAS DE UM DIZER: ONDE A ANÁLISE NÃO TERMINA (CONSIDERAÇÕES FINAIS)

Apresentar a Psicanálise não é tarefa simples, pois ela não nasce como uma teoria que explica o mundo, mas sim como uma experiência que o desorganiza. E, entre dois espaços (o do divã e o da página), parece que algo se construiu. Não uma verdade. Mas, quem sabe, outra pergunta.

O psicanalista que aqui escreveu não esqueceu sua sala de trabalho. Trouxe para a dissertação o que a clínica lembra todos os dias: que nenhum saber é neutro, que todo texto tem transferência, que a escrita também tem inconsciente e que as palavras escolhidas falam até do que o autor ainda não conseguiu perguntar.

Em *Análise terminável e interminável* (1937), Freud distingue o fim prático do ambicioso. Para ele, há um fim prático: o momento em que analista e analisando deixam de se encontrar, tendo esclarecido material psíquico suficiente para não temer a repetição do sofrimento. No entanto, há também um fim ambicioso, aquele em que nada mais precisaria ser tocado, nenhum conflito retornaria, nenhum resíduo restaria. Sobre esse segundo fim, Freud adverte que, além de ambicioso, ele é uma ficção.

O escrito desta pesquisa chegou ao seu fim prático. O momento da entrega, o ritual da defesa, orientadores e arguidores como cúmplices e testemunhas. Tudo isso é constituinte do protocolo de encerramento possível, aquele que o dispositivo acadêmico sustenta. Quanto ao fim ambicioso, ao qual se chegaria se o tema da servidão voluntária fosse aqui esgotado, ou se a tirania que habita a todos fosse suficientemente nomeada, ou ainda, se nada mais restasse... Esse fim não existiu e, quiçá, nem exista.

A voluntariedade na servidão não é um tema que se esgota. É uma condição que se revisita. E essa foi a tentativa em todo o escrito aqui apresentado – o revisitar contínuo daquilo que acorrenta sem correntes visíveis, daquilo que obedece antes mesmo de saber que há ordem. Não do tirano que mora no palácio, mas do que habita dentro de cada um, e que acaba confundindo o amor com a submissão, o laço com o nó, o cuidado com o controle.

A Psicanálise nos ensina que os processos de transformação se realizam quase sempre de modo incompleto, deixando fenômenos residuais. Ela nos oferece a imagem dos confins, apontando que a pesquisa pode operar em fronteiras que remetem sempre a

espaços inexplorados, onde não existe barreira impossível de ser ultrapassada, mas apenas o limite do fôlego de quem caminha.

Terminar este texto não é esgotar o assunto. É reconhecer que o assunto é maior do que o texto, e que essa assimetria não é fracasso, é a condição de qualquer investigação honesta. Este percurso dissertativo buscou colocar em diálogo La Boétie e Freud, não como autores que se completam, mas como autores que se perturbam mutuamente de modo produtivo. La Boétie encontrou o enigma: como tantos servem a tão poucos, voluntariamente, por hábito, por medo, por um estranhíssimo amor ao próprio jugo? Freud desceu ao porão onde esse enigma se fabrica: o sujeito repete o que o faz sofrer, retorna ao que o destrói, e revela, na repetição, que a tirania tem morada psíquica antes de ter morada política. O entrelaço entre os dois autores não é forçado, é um diálogo necessário, pois sem La Boétie a pergunta não tem espanto, e sem Freud a resposta pode ficar superficial.

Qualquer investigação é, em sua essência, um processo contínuo. Sempre haverá restos, sobras de questões não respondidas, novas perspectivas que surgirão após o ponto final, sendo o que se encerra apenas um ciclo, uma etapa, não uma verdade definitiva sobre o fenômeno e o pensamento que o interroga.

No tema desta dissertação, essa força tem nome e endereço: a realidade política e histórica que não cessa de produzir novos tiranos, novas submissões, novos laços que se fazem passar por amor ou por proteção. Novos eventos históricos podem desarrumar o que aqui se tentou situar. A servidão íntima não é um objeto estável: ela respira, reorganiza-se, encontra novas formas de habituar o sujeito ao seu próprio jugo. O pesquisador que hoje escreve estas linhas sabe que o mundo lá fora não parou de acontecer, pois a tirania que habita todos nós é também a tirania que habita o tempo presente.

Evocar em Freud que “penetramos por todas as camadas psicológicas até a ‘rocha básica’ e, portanto, ao fim de nosso trabalho” (1937/2018, p. 432) implica assumir que a análise encontra seu limite último num núcleo duro que resiste a toda elaboração, onde o trabalho de transformação toca o intransformável. No Mestrado, quem sabe, essa rocha seja representada pelos contornos institucionais: os prazos, o número de páginas, as exigências formais, os limites do próprio pesquisador. Aceitar o fim da dissertação é aceitar que o trabalho atingiu o plano onde a continuidade exigiria outro dispositivo, outro contrato, outro fôlego (talvez o Doutorado, talvez a clínica, talvez uma escrita que não precise de banca ou certificado para existir).

Essa aceitação não é resignação. É maturidade de percurso. O psicanalista que aqui escreveu aprendeu, em sua sala de análise, no silêncio atento, que o fim de uma análise não é a extinção do desejo, mas a transformação de sua relação com ele. O mesmo vale para esta dissertação, pois o que se encerra não é a interrogação, e sim a forma que ela tomou neste dispositivo.

Freud alertava que o analista deve submeter-se periodicamente a novas análises, e que o aprimoramento de si é uma tarefa sem fim. A formação psicanalítica não tem certificado de encerramento, ela é um compromisso permanente com a própria implicação no que se escuta e no que se pensa. Esse compromisso alcança também o pesquisador que escolheu como tema o desejo e o poder no laço social.

O fim do Mestrado deve ser lido como o fim de uma análise terminável. Um corte necessário. Uma interrupção que tem a dignidade de um gesto analítico ou de vida. Porém, o compromisso com a busca da resposta ao que foi aqui perguntado (sobre a servidão, sobre a tirania íntima, sobre os laços que nos constituem e nos prendem), esse compromisso não tem prazo de entrega. Ele continua na clínica, na escuta, na próxima escrita, no próximo encontro com um sujeito que, como todos, carrega um tirano dentro de si, enfim, ele continua em cada novo encontro ou reencontro com diferentes objetos.

Ao final, não é sem algum desconforto que o autor destas páginas se pergunta se o ato de submeter este trabalho a uma banca, o ato de acolher suas sugestões, de ajustar o argumento às expectativas institucionais, de fazer do parecer alheio a esteira do próprio pensamento não seria, esse próprio ato, uma forma de servidão voluntária? La Boétie lembrou que o servo não é apenas aquele que obedece sob ameaça, mas aquele que aprende a amar a obediência, a encontrar nela o sabor do reconhecimento. Freud nos lembrou que o sujeito repete os laços que o constituíram, inclusive os laços de submissão. Cabe então perguntar: ao entregar o texto à avaliação da orientação e da banca, ao recuar diante de uma crítica, de uma sugestão, ao suavizar uma afirmação que poderia incomodar, o pesquisador está exercendo a maturidade intelectual que o dispositivo acadêmico exige, ou está reproduzindo, dentro da própria dissertação, aquela servidão íntima que se propôs a investigar? Seria a orientação/banca um espelho da servidão silenciosa que o pesquisador não viu em si? A resposta honesta é que talvez se trate das duas coisas ao mesmo tempo, e que essa impossibilidade de separar completamente o gesto acadêmico do gesto de submissão seja, ela mesma, uma das teses mais silenciosas e mais verdadeiras deste trabalho.

Esta dissertação é terminável enquanto documento depositado. E é interminável enquanto interrogação do desejo e do poder no laço social. Chega-se ao fim dela como se chega ao fim de uma sessão: sem resolução, com algo que se moveu e se move. Quem sabe, com uma pergunta mais clara do que a questão inicial da pesquisa.

Antes de encerrar, é preciso apontar alguns dos limites deste percurso, não como confissão de insuficiência, mas como parte do rigor que se propõe. No plano teórico, a servidão voluntária, tal como aqui pensada, é uma leitura possível, mas também poderia ter seguido outros percursos teóricos como, por exemplo, a Escola de Frankfurt e a biopolítica, que teriam iluminado a mesma tirania íntima por ângulos que este trabalho não objetivou ou não teve fôlego para percorrer. No plano prático, a pesquisa permaneceu no campo bibliográfico e conceitual, sem o encontro direto com sujeitos, grupos ou instituições onde a servidão voluntária se performa cotidianamente; isso é, quem sabe poderia esta dissertação realizar uma escuta clínica ou de campo que poderia confrontar o conceito com sua encarnação concreta, e essa ausência é também um convite. Fica, então, como desdobramento possível para a UFFS, como uma universidade que se pensa e se pratica como espaço de resistência crítica, a sugestão de que esta dissertação sirva menos como resposta acabada e mais como dispositivo de abertura, um ponto de partida para pesquisas futuras, vinculadas ao PPGICH, que investiguem empiricamente as formas contemporâneas de servidão voluntária nos laços institucionais, educacionais e comunitários da própria região, articulando o que aqui foi pensado em livros à escuta viva daqueles que a universidade pública, gratuita e crítica ainda insiste em formar.

A tirania e a voluntariedade em relação a ela insistem e resistem!

Ao fim, libertar-se do tirano exterior exige, antes, confrontar o tirano interior que sustenta, com prazer e gozo, a repetição da servidão.

7. REFERÊNCIAS

ABRAHAM, Nicolas & TOROK, Maria. **A Casca e o núcleo**. Tradução Maria José Coracini. São Paulo: Editora Escuta, 1995.

ADORNO, Theodor W. **Indústria cultural e sociedade**. Organização de Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ADORNO, Theodor W. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. Tradução de Verlaine Freitas. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

ADORNO, Theodor W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. Tradução de Carlos Henrique Pissardo; Francisco Lopez Toledo Correa; Virginia Helena Ferreira da Costa. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

APPLEBAUM, Anne. **O crepúsculo da democracia**: como o autoritarismo seduz e as amizades são desfeitas em nome da política. Rio de Janeiro: Record, 2021.

AURÉLIO, Diogo Pires. Introdução. In: SPINOZA, Benedictus de. **Tratado teológico-político**. Tradução de Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BIRMAN, Joel. **Psicanálise, ciência e cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

BIRMAN, Joel. A dádiva e o outro: sobre o conceito de desamparo no discurso freudiano. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 9–30, 1999.

BIRMAN, Joel. **Entre cuidados e saber de si: sobre Foucault e a psicanálise**. São Paulo: Relume Dumará, 2000.

BIRMAN, Joel. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BIRMAN, Joel. **Genealogia do narcisismo**. 1. ed. São Paulo: Instituto Langage, 2019.

BIRMAN, Joel. **Ser justo com a Psicanálise – Ensaio de Psicanálise e Filosofia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade**. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026**. Institui a Política de Integridade na Atividade Científica. Brasília, DF: CNPq, 2026. Disponível em: http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/23142775. Acesso em: 1 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Gestão da Informação, Inovação e Avaliação de Políticas Educacionais. **Referencial para o Uso e Desenvolvimento Responsáveis de Inteligência Artificial na Educação**. Brasília, DF: MEC/SEGAPÉ,

fev. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/referencial-de-ia-na-educacao>. Acesso em: 1 maio 2026.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

DAL FORNO, Cristiano; MACEDO, Mônica Medeiros Kother. Pesquisa Psicanalítica: Da Transferência com a Psicanálise à Produção do Ensaio Metapsicológico. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 37, p. 1-10, 2021.

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo: uma impressão freudiana**. Tradução de Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001a.

DERRIDA, Jacques. **Estados-da-Alma da Psicanálise: o impossível para além da soberana crueldade**. Tradução de Antonio Romane e Isabel Kahn Marin. São Paulo: Escuta, 2001b.

DERRIDA, Jacques. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. Tradução de Antonio Romane. São Paulo: Escuta, 2003.

DERRIDA, Jacques. **Gêneses, Genealogias, Gêneros e o Gênio**. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005.

DERRIDA, Jacques. **La difunta ceniza / Feu la cendre**. Traducción de Daniel Alvaro y Cristina de Peretti. Buenos Aires: Ediciones La Cebra, 2009.

DIAS, Mauro Mendes. **Os ódios: clínica e política do psicanalista**. São Paulo: Iluminuras, 2012.

DIAS, Mauro Mendes. **O discurso da estupidez**. São Paulo: Iluminuras, 2020.

DOCKHORN, Carolina N. B. F.; MACEDO, Maria Manuela K. Estratégia clínico-interpretativa: um recurso à pesquisa psicanalítica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 31, n. 4, p. 529–535, 2015.

FERENCZI, Sándor. **Confusão de línguas entre os adultos e a criança (1933)**. In: FERENCZI, Sándor. *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERREIRA, Rute Raquel Prates. **Fascismo de ontem e o fascismo de hoje: traços da personalidade autoritária no Brasil a partir de Theodor Adorno**. 2025. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2025.

FIGUEIREDO, Luiz Claudio. **Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi**. 2. ed. São Paulo: Escuta, 2024.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FREUD, Anna. **O eu e os mecanismos de defesa**. Tradução de Maria Tereza Jorge Pádua. Rio de Janeiro: Imago, 1986. (Obra original publicada em 1936).

FREUD, Sigmund. Estudos sobre a Histeria (1893-1895). In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980. v. 2.

FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica (1895). In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980. v. 1.

FREUD, Sigmund. Carta 71 (1897). In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980. v. 1.

FREUD, Sigmund. Totem e tabu (1913). In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980. v. 13.

FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo (1914). In: Freud, S. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v.12.

FREUD, Sigmund. O inconsciente (1915). In: FREUD, Sigmund **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980. v. 14.

FREUD, Sigmund. Os instintos e suas vicissitudes (1915). In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980. v. 14.

FREUD, Sigmund. Uma dificuldade no caminho da psicanálise (1917). In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980. v. 17.

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu (1921). In: FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920–1923)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 15.

FREUD, Sigmund. (1923/1922) Dois verbetes de psicanálise. In: J. Salomão (Ed.), **Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980. v. 18.

FREUD, Sigmund. (1923) O Ego e o Id. In: J. Salomão (Ed.), **Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980. v. 19.

FREUD, Sigmund. O problema econômico do masoquismo (1924). In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980. v. 19.

FREUD, Sigmund. A questão da análise leiga (1926). In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980. v. 20.

FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão (1927). In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980. v. 21.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização (1930). In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980. v. 21.

FREUD, Sigmund. Por que a guerra? (1932 [1933]). In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980. v. 22

FREUD, Sigmund. Análise terminável e interminável (1937). In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980, v. 23

FROMM, Erich. **O medo à liberdade**. Tradução de Milton Amado. 30. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2022. (Obra original publicada em 1941).

GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Tradução de Luiz Sergio Repa e Rodnei Nascimento São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HEIDEGGER, Martin. **Ser y Tiempo**. Traducción de Jorge Eduardo Rivera. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Tradução de João Paulo Monteiro; Maria Beatriz Nizza da Silva. 4. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009.

KETZER, Estevan de Negreiros. Sobre o medo e a intolerância que vem do preconceito: Adorno e a burrice totalitária. In: CAIRES, Fabio; MASS, Omar; PERIUS, Oneide (org.). **Anotações contemporâneas em teoria crítica**. Porto Alegre: Editora Fi, 2017. p. 27-45.

KETZER, Estevan de Negreiros. Uma Nota Sobre o Ruído: A teoria da ação comunicativa como crítica a uma interpretação cibernética. **Letrônica**, [S. l.], v. 05, p. 218-237, 2012.

KETZER, Estevan de Negreiros. Sobre o medo e a intolerância que vem do preconceito: Adorno e a burrice totalitária. In: CAIRES, Fabio; MASS, Omar; PERIUS, Oneide (org.). **Anotações contemporâneas em teoria crítica**. Porto Alegre: Editora Fi, 2017. p. 27-45.

KETZER, Estevan de Negreiros. Solomon Ibn Gabirol. **Revista do Instituto Ágora Perene**, Rio de Janeiro, v. 18, nov. 2025. Disponível em: <https://agorap.org/revista/solomon-ibn-gabirol/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

KETZER, Estevan de Negreiros. “**Perdi uma palavra, que me buscava**”: a linguagem do trauma, o trauma da linguagem, a diferença em questão na poética de Jacques Derrida e Paul Celan. 2017, 246 p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017.

LA BOÉTIE, Étienne de. **Discurso da servidão voluntária**. Tradução de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Instituto Rothbard, 2022.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário de psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

LE BON, Gustave. **Psicologia das multidões**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MACHADO, Rosa Pinheiro; SCALCO, Lúcia Mury. Da esperança ao ódio: juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. **Cadernos IHU Ideias**, São Leopoldo, v. 16, n. 278, p. 3–13, 2018.

MAIMÔNIDES, Moisés. **O guia dos perplexos**. Tradução de Yosef Flavio Horwitz. São Paulo: Sêfer, 2018.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Tradução de Olívia Bauduh. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINERBO, Marion. **Estratégias de Investigação em Psicanálise**: desconstrução e reconstrução do conhecimento. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Schwarz, 2020.

PLATÃO. **A República**. Tradução de Albertino Pinheiro. São Paulo: Atena, 1950.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

REALE, Giovanni. **O saber dos antigos**: terapia para os tempos atuais. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2014.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de massas do fascismo**. Tradução de Maria da Graça M. Macedo. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

ROTHBARD, Murray N. Prefácio. In: LA BOÉTIE, Étienne de. **Discurso da servidão voluntária**. Tradução de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Instituto Rothbard, 2022. p. 13-30.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Teoria crítica e psicanálise**. 5. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Sigmund Freud**: na sua época e em nosso tempo. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

SPINOZA, Benedictus de. **Tratado teológico-político**. Tradução de Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

STRACHEY, James. In: FREUD, Sigmund. Por que a guerra? (1932 [1933]). In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980. v. 22

SLOTERDIJK, Peter. **Derrida, um egípcio**. Tradução de Evando Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Tradução de Luciane de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2008.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. Tradução de Isis Borges da Fonseca. Rio de Janeiro: Difel, 2011

8. ANEXOS E APÊNDICES

Texto apresentado na banca de qualificação

Boa tarde a todos e todas.

Gostaria, inicialmente, de expressar meu agradecimento pela presença e pela disponibilidade das professoras Patrícia, Marcela, Mônica , Adriana e do Professor Fernando, em participar deste momento tão significativo do meu percurso acadêmico. A etapa de qualificação representa para mim, não apenas um rito institucional, mas um espaço privilegiado de interlocução crítica, onde a pesquisa se oferece à escuta do outro, ao olhar e à possibilidade de deslocamentos teóricos que possam aprofundar o trabalho em sua construção final.

Antes de adentrar no Entrelaços Com A Tirania Que Habita Todos Nós: Contribuições Da Psicanálise Em Diálogo Com A Filosofia gostaria de situar uma escolha de forma. A minha opção por apresentar a pesquisa por meio da leitura de um texto, em vez de recursos como o PowerPoint, não se trata de recusa tecnológica, mas da sustentação de uma posição própria à tradição psicanalítica de transmissão.

Desde Freud, a psicanálise se constitui como um saber que emerge da experiência clínica e da implicação subjetiva, não se reduzindo à exposição sistemática de conteúdos. Seu objeto: o inconsciente, convoca uma forma de transmissão que se dá na palavra, na escuta e no encadeamento discursivo.

Nesse sentido, a leitura preserva algo dessa dimensão, permitindo que a argumentação se construa de modo contínuo e reflexivo.

Lacan, no seminário 17, o avesso da psicanálise, ao distinguir os diferentes modos de organização do discurso, indica que o discurso analítico coloca em primeiro plano a divisão subjetiva e a impossibilidade de um saber completo. Isso não a opõe à

universidade, mas marca sua especificidade: a psicanálise contribui ao campo acadêmico justamente quando mantém seu modo singular de investigar e transmitir.

Assim, a forma escolhida busca ser coerente com essa tradição. Não se trata de abdicar do diálogo interdisciplinar, mas de sustentá-lo a partir da posição própria da psicanálise, na qual a transmissão não visa apenas informar, mas abrir espaço para a elaboração e para o pensamento.

E isso é ato interdisciplinar! Quando o analista não abre mão de seu modo singular de dizer, de investigar e de transmitir, é que a psicanálise pode contribuir academicamente com outros saberes. É a resistência na sua forma de se apresentar, de fazer valer o discurso do analista que pode residir e enriquecer o diálogo interdisciplinar.

E quanto a psicanálise ser um dispositivo interdisciplinar recorro a Joel Birman quando anuncia que “ao se inserir no diálogo interdisciplinar, a psicanálise passa a responder às mesmas questões de outras disciplinas que participam de uma interlocução desta ordem, ou seja, os limites de sua incursão na exterioridade do campo clássico de suas referências, a legitimidade de seus movimentos para a periferia de seu campo e o rendimento conceitual dessas incursões. Isso acarreta perguntas inevitáveis para os diferentes saberes que aceitam o desafio interdisciplinar: seriam teoricamente rigorosas estas pesquisas, isto é, poder-se-ia falar sobre temas em princípio estranhos aos campos empíricos de referência de uma dada disciplina? Se essa indagação inicial é respondida de maneira afirmativa, a questão que se impõe em seguida é sobre a possível extensão da interdisciplinariedade e sobre seus limites, de forma a se manter seu rigor conceitual das problemáticas construídas.[...] Portanto, qualquer disciplina apresenta um limite epistemológico inevitável que define o campo dos possíveis para suas incursões, não podendo, pois, falar abusivamente do que queira e da maneira que queira . porém

quando o movimento de saída se realiza, com a sua contrapartida lógica de retorno e de reflexão sobre os seus fundamentos, a disciplina em pauta torna-se não apenas mais consistente, como também incrementa a potencialidade de seus conceitos em função das novas ligações estabelecidas pela problemática que pôde construir.” ((Birman, 1994; p. 8).

Nesse sentido a proposta de problemática/dissertação a ser construída que apresento hoje situa-se no campo de um diálogo interdisciplinar entre filosofia política e psicanálise, buscando investigar um problema que atravessa de maneira persistente a história das civilizações: a adesão subjetiva (muitas vezes voluntariosa e apaixonada) de indivíduos e coletividades a líderes autoritários, violentos e/ou tirânicos.

Parto da constatação de que a história humana é marcada por inúmeros exemplos históricos, tanto em experiências declaradamente fascistas ou de extrema-direita quanto em regimes que, embora nascidos de projetos revolucionários de esquerda, consolidaram estruturas centralizadas e repressivas. O problema, portanto, não reside apenas na orientação ideológica, mas na forma como o poder se organiza, se concentra e se legitima, frequentemente mobilizando identificações afetivas que sustentam práticas tirânicas.

Como é possível um número expressivo de pessoas se submeter voluntariamente, e por vezes com entusiasmo, a líderes que promovem segregação, violência e discursos de extermínio, até mesmo quando esses sujeitos podem ser as vítimas desse projeto? E é dessa pergunta constatação que Surge meu problema de investigação que é: de que modo a psicanálise em diálogo com a filosofia pode oferecer uma compreensão ampliada do fenômeno filosófico-político em que condições psíquicas sustentam a adesão das massas a líderes tirânicos?

Essa pergunta, que atravessa o trabalho, não pode ser respondida apenas por fatores econômicos, sociológicos ou racionais. É preciso incluir aquilo que, na psicanálise, se apresenta como núcleo decisivo: a dimensão inconsciente do vínculo social e político. Ou seja, compreender que a submissão não é apenas produto da coerção externa, mas também efeito de mecanismos psíquicos, de identificações e investimentos libidinais que estruturam o laço com a autoridade.

É nesse horizonte que emerge como eixo central desta pesquisa a obra *Discurso da Servidão Voluntária*, de Étienne de La Boétie, escrita por volta de 1548. Acredito se tratar de um dos textos fundadores da reflexão crítica sobre poder, dominação e obediência. A originalidade de La Boétie reside justamente em deslocar a questão da tirania do soberano para os dominados. Ele pergunta, de modo radical: como é possível que tantos consintam com sua própria escravidão?

La Boétie descreve como extraordinário e, ao mesmo tempo, comum, ver (abre aspas) “um milhão de homens servir miseravelmente, com o pescoço sob o jugo, não obrigados por força maior, mas de algum modo encantados pelo nome de um só”.

Essa expressão, “de algum modo”, é decisiva. Ela aponta para um enigma: existe algo na obediência que não se reduz ao medo racional da punição. Algo que parece envolver fascínio, hábito, desejo, crença, alienação e investimento subjetivo. La Boétie inaugura, assim, um problema que não é apenas político, mas também profundamente psíquico.

E é justamente aqui que a psicanálise pode oferecer uma estrada teórica privilegiada. Freud nos ensina que o sujeito não é soberano em si mesmo. No texto *Uma dificuldade no caminho da psicanálise*, ele afirma que no decorrer da história a humanidade sofreu três grandes golpes narcísicos pelas pesquisas científicas. O primeiro com Nicolau Copérnico, que constatou que a Terra não é o centro do universo, mas gira em torno do sol, junto com outros planetas. O segundo com Charles Darwin,

que demonstrou que os seres humanos não são diferentes dos outros animais, tendo eles mesmos ascendência animal. E por terceiro, com ele, um golpe psicológico, de que o sujeito não é soberano sequer de si mesmo, regido em grande parte por processos inconscientes. Em outras palavras, a constatação de que NÃO SOMOS senhores em nossa casa “o ego não é o senhor da sua própria casa” (Freud, 1923, p. 178).

Essa afirmação é estrutural. Ela nos permite pensar que a submissão voluntária não pode ser compreendida apenas como decisão consciente, mas como efeito de processos inconscientes, de conflitos pulsionais e de uma economia libidinal que se organiza no interior do laço social.

Assim, a questão de La Boétie deixa de ser apenas filosófica e torna-se também metapsicológica: haveria um desejo inconsciente de servidão? Haveria um medo da liberdade? Haveria, no vínculo com o tirano, algo que funciona como defesa contra o desamparo?

Essa inquietação ganha ainda mais urgência quando olhamos para o presente. No Brasil recente, por exemplo, a ascensão de um discurso mítico constitui um caso paradigmático. Mesmo sustentando um discurso marcado por misoginia, xenofobia, aporofobia e desprezo pela alteridade, essa proposta foi eleita em 2018 com mais de 57 milhões de votos equivalente a 55,13% dos votos válidos, mantendo uma adesão massiva mesmo diante de reiteradas ameaças ao pacto democrático.

Fenômenos semelhantes podem ser encontrados internacionalmente e atualmente, como Donald Trump, Viktor Orbán na Hungria, entre outros. Em comum, são lideranças que mobilizam afetos de ódio, ressentimento e medo, produzindo uma narrativa de guerra permanente contra algum “outro” interno ou externo: minorias, imigrantes, opositores, ameaças imaginárias.

Portanto, este estudo busca pesquisar: o que, psiquicamente, sustenta esse pacto com a dominação?

Quanto às justificativas para esse estudo, situa-se aqui um psicanalista que propõe pensar a psicanálise como ferramenta de investigação social. Essa ampliação para além da clínica já foi defendida por Freud em *A questão da análise leiga* (1926), ao afirmar que o tratamento das neuroses é apenas uma das aplicações da psicanálise, sendo ela um instrumento relevante para compreender a civilização e suas instituições.

Desse modo, o saber psicanalítico não deve restringir-se aos consultórios, mas circular também no espaço acadêmico e nas instâncias onde se produzem decisões políticas e sociais.

Do ponto de vista social e acadêmico, investigar a servidão, o submetimento e o ódio na adesão das massas, implica enfrentar a inquietação suscitada pela ascensão de discursos totalitários e pela mobilização de afetos que sustentaram a eleição e quase reeleição de Jair Bolsonaro, fenômeno que acendeu um alerta quanto às condições atuais da democracia e do processo civilizatório no país.

A dissertação está organizada em um percurso que combina tradição filosófica e teoria psicanalítica e estabelece como objetivo geral desta pesquisa investigar através da teoria psicanalítica, conjugada interdisciplinarmente com a Filosofia, o fenômeno social da submissão de pessoas a líderes autoritários, propondo-se a outros objetivos mais específicos: como: (1) examinar a noção de servidão voluntária em Étienne de La Boétie; (2) caracterizar a Psicanálise como um instrumento de pesquisa social, e (3) apresentar conceitos da metapsicologia freudiana que contribuam para o entendimento do laço com líderes tiranos, como por exemplo o desamparo, o masoquismo e a identificação.

Metodologicamente a pesquisa que se pretende realizar fundamenta-se nos aportes da Psicanálise em diálogo com a Filosofia. Se caracterizando por uma abordagem qualitativa de análise bibliográfica, interdisciplinar e interpretativa, pois o objetivo é investigar sob a luz das disciplinas já citadas o fenômeno em pauta. Acredita-se que se trate de uma escolha metodológica justificada pela especificidade do objeto, que exige a exploração do campo conceitual e interpretativo acrescida de uma orientação interdisciplinar. O que corrobora o professor Eduardo Mourão Vasconcelos, dizendo que os objetos atravessados por dimensões subjetivas, institucionais e políticas (como aqueles analisados nesta pesquisa) não podem ser adequadamente compreendidos a partir de um único campo disciplinar, exigindo o diálogo crítico entre diferentes saberes. Assim, a interdisciplinaridade é mobilizada aqui como um recurso metodológico voltado ao enfrentamento da fragmentação do conhecimento e à construção de análises capazes de apreender a complexidade e as contradições do objeto investigado (Vasconcelos, 2011).

No primeiro grande eixo, analiso a tradição da servidão voluntária em La Boétie, articulando-o com outros filósofos como Platão, Spinoza e Adorno.

Com Platão, especialmente na alegoria da caverna, torna-se possível pensar que a dominação não se exerce apenas por força, mas também por adesão às sombras. O sujeito, diante da verdade, resiste porque ela desacomoda. Há uma dimensão de apego subjetivo à prisão, quando ela oferece estabilidade.

Com o filósofo holandês Spinoza, vemos o problema se deslocar para os afetos políticos, entre eles o medo, a esperança e também para a captura da imaginação. Os sujeitos podem agir contra si mesmos em nome de uma segurança fantasiosa. A servidão aparece como economia das paixões.

Com Adorno, no século XX, a sociedade de massas revela como a dominação se apoia em mecanismos de regressão subjetiva, identificação com o líder e empobrecimento da capacidade crítica. A abolição da democracia pode ocorrer com apoio das massas contra o próprio princípio democrático.

Esse percurso filosófico permite afirmar: a liberdade não é garantida. Ela é frágil, permanentemente ameaçada não só por coerções externas, mas também por disposições internas, afetivas e identificatórias.

No segundo eixo, entro diretamente na psicanálise freudiana e seus desdobramentos.

Retomo a descoberta do inconsciente, sistematizada em 1915, onde Freud apresenta suas propriedades fundamentais: ausência de contradição, atemporalidade, predomínio do processo primário e substituição da realidade externa pela realidade psíquica.

Isso significa que o sujeito é atravessado por desejos e forças que escapam à racionalidade. E, portanto, a política não pode ser pensada apenas como escolha consciente, mas como lugar de investimento libidinal e retorno do recalado.

É em Psicologia das Massas e Análise do Eu que Freud radicaliza esse ponto: toda psicologia individual é desde o início psicologia social. O outro é modelo, o outro é adversário, o outro é objeto e é ideal.

Freud mostra que a massa se organiza por laços libidinais. O líder ocupa o lugar do ideal do eu. Cada membro renuncia ao seu próprio ideal substituindo-o pelo do líder. A massa se sustenta por identificação horizontal entre os membros e identificação vertical com a figura de autoridade.

Aqui podemos dizer que reside o cerne do fascínio político: não é apenas ideologia, mas libido. O sujeito empobrece seu eu para entregar-se ao objeto, como no enamoramento extremo.

Outro conceito fundamental abordado é o de identificação com o agressor, formulado por Anna Freud. Trata-se de um mecanismo defensivo: diante da ameaça, o sujeito incorpora traços do agressor como forma de lidar com o medo e a impotência que sente. No plano político, isso permite pensar por que sujeitos podem aderir a discursos que os violentam ou os colocam em risco. A introjeção do agressor produz consentimento e reprodução da dominação.

Além disso, a leitura de Fromm, Rouanet e Birman permite aprofundar a hipótese do caráter sadomasoquista: uma necessidade paradoxal de sofrer e fazer sofrer, de obedecer e dominar. Neste tema do masoquismo, Freud aponta o masoquismo moral como um sofrimento que é investido libidinalmente como punição inconsciente, articulando-se à culpa e ao superego.

Talvez o ponto mais decisivo da dissertação seja o conceito de desamparo, tal como trabalhado por Joel Birman.

O desamparo, em Freud, é condição estrutural: a cria humana depende do outro para sobreviver. Birman radicaliza isso na contemporaneidade: o sujeito moderno vive uma intensificação do desamparo, uma precariedade simbólica dos laços.

Nesse contexto, o pacto masoquista aparece como solução paradoxal: o sujeito aceita qualquer coisa, como submissão, sofrimento, servidão, desde que não se sinta desamparado.

Birman formula isso de maneira contundente: (abre aspas) “goze comigo como quiser, mas não me deixe sozinho com meu desamparo”.

Aqui se encontra uma das chaves para pensar o laço autoritário: o líder se apresenta como aquele que triunfou sobre o desamparo. Ele oferece uma promessa de ordem absoluta, convertendo medo em servidão e ódio em pertencimento. – (escritores criativos e devaneios: herói)

O terceiro eixo dessa pesquisa, que será realizado após essa banca de qualificação pretende a articulação entre filosofia e psicanálise para compreender a servidão voluntária como fenômeno político e psíquico, como economia libidinal e forma de subjetivação. Então trará novos interlocutores teóricos para esse capítulo final, entre eles Vladimir Safatle, que traz no seu livro *O circuito dos afetos*, a proposta de compreender a política a partir da circulação social dos afetos, mostrando como medo, desamparo e ressentimento estruturam formas de identificação e adesão coletiva. A obra desloca a análise do campo institucional para a economia afetiva que sustenta regimes de poder e modos de subjetivação.

De forma provisória, gostaria de enfatizar que esta pesquisa se insere num tempo em que discursos autoritários retornam com força, e a democracia se encontra ameaçada.

A filosofia política de La Boétie sentada a mesa com a psicanálise encontra uma interlocutora capaz de revelar aquilo que escapa à razão: isso é, aquilo que é da ordem do desejo, do desamparo, do gozo e das identificações que sustentam o pacto com o tirano.

Portanto, a tirania não é apenas externa. Ela também tem morada no sujeito. E a liberdade não depende apenas de esclarecimento racional, mas de uma travessia subjetiva do desejo e do laço com a autoridade.

Se, como nos ensina a psicanálise, o sujeito é dividido, também o é seu laço com o poder. Há amor no ódio político, há identificação na submissão, há gozo onde supomos apenas coerção.

Ao concluir esta etapa da pesquisa, compreendi que minhas transferências também escreveram, em parte, o percurso da pesquisa. Esse reconhecimento não me paralisa, mas me convoca à vigilância: para que o pesquisador não seja capturado por suas próprias implicações e para que a psicanálise não seja capturada por uma lógica que lhe é estrangeira.

Entre uma captura e outra, sustento a aposta numa tensão produtiva tendo a Universidade Pública como espaço onde essa travessia pode se dar: espaço onde a palavra encontra abrigo, onde o pensamento é convocado a não ceder à tirania das certezas e onde o saber pode permanecer vivo justamente porque não se encerra, não se completa e não se fecha. A UFFS/ERECHIM é, nesse sentido, mais que uma instituição: é lugar de travessia subjetiva, de desamparo compartilhado que se transforma em produção de laço, de crítica e de desejo de saber. Se a tirania se alimenta do silenciamento e da captura das consciências, é aqui na aposta radical do pensamento, na escuta e na diferença que algo da liberdade pode ainda insistir. Que este trabalho seja, portanto, não apenas uma investigação sobre a servidão, mas também um gesto de fidelidade à função ética da academia que é sustentar, no campo do saber, o impossível necessário de uma palavra que não se ajoelha.

Agradeço novamente pela escuta e fico à disposição para escutar todas e todos.

